

ABRIL

revista de reflexão socialista

0-491 070-2648
NOVEMBRO 78

30\$00

9

- Chile: uma solidariedade necessária
(António Lopes Cardoso)
- Entrevista com Fernando Claudin
- Drogas e a ideologia da droga
- Portugal e a C.E.E.: que integração?
(José Pedro Pontes)
- O navio "Night"
(Marguerite Duras)
- Textos perversos: sobre a bondade
(João Esteves da Silva)

QUESTÕES DE FUNDO

EDUARDO PRADO COELHO

Tornou-se frequente ouvir entre militantes de Esquerda frases como estas: "Cada vez percebo menos de política!" ou "Não entendo nada do que se passa!"

O que é inequívoco sintoma de como a História ultrapassa os esquemas teóricos que forjámos para a sua compreensão. Esta ultrapassagem tem sido tecla muito batida nas páginas de ABRIL — e, se algum sentido se pode apontar ao trabalho realizado, ele reside no esforço para reunir materiais que permitam um melhor entendimento de tais contradições. Isto implica, aliás, que, na babugem das confrontações ideológicas e das táticas conjunturais, se consiga fazer ressaltar o **essencial** do debate teórico. Sucede até que a Esquerda muitas vezes, com a sofreguidão de demolir o adversário e exaltar os seus valores específicos (valores afectivos, intelectuais e "pessoais"), se esquece de apreender as **questões de fundo**. Dou exemplos.

Questão de fundo é hoje a de sabermos se existe um projecto socialista suficientemente **emancipado e reflectido** que impeça que do socialismo se possa pensar que ele é um cálculo constante e algo despudorado de cedências ora à sua esquerda comunista ora à sua direita social-democrata. A especificidade de um tal projecto sabemos nós qual é: trata-se de um socialismo que não seja **nem** totalitário **nem** social-democrata. Resta averiguar até que ponto esta dupla negativa significa **na prática** mais do que isso. A actuação do Partido Socialista é um exemplo de exercício afogueado e eufórico deste **nem-nem** amorfo e incaracterístico. E será talvez ingénua para as outras forças de Esquerda precipitaram-se logo, trémulas de emoção, sempre que, neste movimento pendular, o balanço inclina para o lado que mais lhes convem. Desta questão de fundo se apercebeu oportunamente António Reis, no artigo publicado no **Diário de Notícias**, em 16 de Outubro, "Sobre as fronteiras ideológicas dos socialistas", embora se trate sobretudo de uma formulação do problema mais do que de um esboço de resposta capaz de superar o esquema da dupla negativa.

Outra questão de fundo poderá emergir da presença de Álvaro Cunhal no programa **Directíssimo**. Aceitando um terreno de jogo que lhe era particularmente ingrato, e sujeitando-se à inevitável devassa de uma "curiosidade burguesa", Cunhal jogou forte e **perdeu**. Digamos que perdeu em várias frentes: pela denegação obcecada da dimensão subjectiva criando um perfil antipático (no sentido rigoroso do termo) dos dirigentes comunistas; pela restrição mental; pela **gaffe** desastrada dos seis contos e tal (apressadamente corrigida no comício seguinte, na Marinha Grande); mas sobretudo por duas razões: por ter deixado junto dos não-comunistas **uma imagem de rosto não-humano**; por ter criado junto dos comunistas **a primeira brecha no mito da sua infalibilidade**. Quer dizer que as consequências a médio prazo desta aventura televisiva poderão ser consideráveis. E elas engrenam numa outra questão de fundo: aquela que nos leva a interrogarmo-nos sobre a viabilidade da articulação do projecto **político** comunista e do projecto **político** de socialismo democrático para além da evidente **base de classe** que a deveria fundamentar.

Terceira questão de fundo: a dos "valores patrióticos". Ela é tanto mais oportuna quanto o governo Mota Pinto (o mais reaccionário de todos os governos após o 25 de Abril) parece iniciar, pela boca do seu Primeiro-Ministro, uma campanha de revitalização dos valores da Pátria, que, no contexto de Direita em que obviamente se situa, não deixa de ter inquietantes ressonâncias. (Donde a curiosidade de vermos como perante tudo isto se comporta a fanfarronice inconsequente dos adversários do "tecnocrático" e "comprometido com o PC" Nobre da Costa). Mas a questão é aquela que Eduardo Lourenço formula em **O labirinto da saudade**: "É verdade que os valores de 'pátria', 'patriotismo', 'sentimento nacional', pelo seu teor afectivo, de cariz irracional, não costumam ser reivindicados pela Esquerda. É um erro funesto. Nenhuma Revolução triunfou com argumentos meramente ideológicos" (P. 67). Questão a rever, pois — e a debater.

ABRIL

ANTÓNIO LOPES CARDOSO

Sumário

- 2 — **Chile cinco anos depois: uma solidariedade necessária**
António Lopes Cardoso
- 6 — **As lições da crise**
António Vitorino
- 11 — **Entrevista com Fernando Claudin**
- 20 — **Drogas e Ideologia da droga**
Entrevista com Giovanni Jervis
- 24 — **Portugal e a CEE: Que Integração?**
José Pedro Pontes
- 30 — **Crise económica, crise da democracia. A repressão nos países capitalistas avançados**
James F. Petras
- 36 — **Nota de leitura**
Fernando Pereira Marques
- 37 — **O Navio "Night"**
Marguerite Duras
Desenho de José Rodrigues
- 43 — **Tão longa sedução**
Joana Morais Varela
- 45 — **Textos perversos: sobre a bondade**
João Esteves da Silva
- 48 — **Dois poemas de Aura Amaral**

Director — Eduardo Prado Coelho

Propriedade — Associação de Cultura Socialista Fraternidade Operária

Editor — Apartado 2860 — Lisboa-2

Composição e montagem — OHGMIUS-Artes Gráficas — R. St.º António dos Capuchos, 15-1/c — Lisboa

Impressão e acabamento — Tipografia Dulmaro — Praceta Luís Reis Santos, 5 — Odivelas

Distribuição — Dijournal — Distribuidora de livros e periódicos, Ld.ª

Tiragem — 10 000 exemplares

Condições de assinatura — Anual: Portugal 360\$00; Estrangeiro 560\$00

Publicação mensal

Os artigos assinados são da responsabilidade dos autores

CHILE CINCO ANOS DEPOIS: UMA SOLIDARIEDADE NECESSÁRIA

ANTÓNIO LOPES CARDOSO

Quando em 11 de setembro de 1973 Salvador Allende morria combatendo, de armas na mão, pelos ideais a que dedicara uma vida inteira; pelos ideais a que, ao contrário de tantos outros, soubera manter-se fiel, Salvador Allende não morria apenas pela liberdade do seu país, morria lutando, também, pela nossa liberdade.

E todos quantos, de Salvador Allende ao mais anónimo dos camaradas chilenos, nesse dia e desde desse dia, têm caído vítimas de uma ditadura de administração das grandes multinacionais, apoiada, financiada e armada pelo imperialismo capitalista, não foram apenas os heróis combatentes pela libertação do Chile, mas soldados de um exercito que não conhece fronteiras. O exercito dos oprimidos, dos explorados, dos deixados por conta de uma civilização que nasceu sob o signo da "igualdade, da liberdade e da fraternidade", mas onde a liberdade é cada vez mais a liberdade de oprimir, a igualdade uma palavra vazia de conteúdo e a fraternidade se traduz pelo "salve-se quem puder e como puder".

Por isso, Salvador Allende, herdeiro das tradições de um povo que soube inscrever na sua história algumas das mais belas páginas da luta pela emancipação do homem, é hoje um símbolo, não apenas para a resistência chilena, mas para todos quantos não desertaram o combate pela liberdade e pelo socialismo. Por isso, cada chileno que continua hoje, na luta quotidiana contra a ditadura, a gesta dos mineiros de Santa Maria de Iquique, é também para nós um símbolo. Mas, muito mais do que um símbolo, um companheiro que, solidário connosco, sabe que conta com a nossa solidariedade. Solidariedade que não se acoberta por detrás das razões de Estado que não ousam apresentar-se como aquilo que são: as razões de uma classe.

É para reafirmarmos, uma vez mais, essa solidariedade que aqui estamos hoje. Para levarmos a nossa voz até junto daqueles que, nas prisões de Pinochet, no frio do exílio ou na clandestinidade prosseguem, nos campos e cidades do Chile, o combate sem tréguas contra a ditadura; para lhes dizermos que estamos a seu lado e que sabemos que também eles estão connosco e que isso é uma razão mais para reforçar o

nosso ânimo, a nossa determinação, a nossa certeza de que juntos venceremos um dia.

Nós, portugueses, que vivemos uma das mais longas ditaduras de que nos fala a história, que sabemos, por um saber de experiência feito, o que são as prisões e a tortura, que percorremos os caminhos difíceis de exílio, que conhecemos os dias duros da clandestinidade, não ignoramos o que significa a solidariedade internacional; a importância que pode ter uma simples palavra, um simples gesto de apoio e de incentivo quando por vezes tudo parece perdido, quando o desânimo se insinua, quando muitos parecem vacilar e o desespero e a descrença ameaçam tornar-se um adversário bem mais difícil que todas as polícias de todos os Pinochets, porque é um adversário que se instala dentro de nós próprios.

Aprendemos ao longo de 50 anos a medir o significado e a importância da solidariedade internacional e aprendemos também a conhecer a hipocrisia de certas campanhas em torno dos direitos humanos, que mais não são do que a cortina de fumo com que se tenta encobrir a determinação de perpetuar um sistema de privilégios que é a negação mesma desses direitos.

Se estamos aqui para reafirmar a nossa solidariedade para com o Povo do Chile, atrever-me-ia a dizer que a melhor forma de a concretizarmos será, ainda e sempre, prosseguirmos o nosso próprio combate pela liberdade e pela democracia, ou se quisermos uma palavra só, pelo socialismo.

Pelo socialismo que certos senhores bem pensantes, certos intelectuais em mal de modernidade, mas tão velhos como os cenários solarengos em que voa baixo a sua imaginação, se esforçam por apresentar como algo de ultrapassado e envelhecido; como se a exploração e a opressão em que se caldeou e forjou o ideal socialista fossem, elas, realidades ultrapassadas e envelhecidas. Como se o socialismo não fosse afinal, acima de tudo e antes de tudo, um imenso anseio colectivo de justiça social. Tão velho, é verdade, quanto velha é a exploração do homem pelo homem, mas tão dos nossos dias quanto é dos nossos dias essa exploração.

E eu pergunto se pode haver solidariedade autêntica para com o Povo do Chile



CHILE CINCO ANOS UMA SOLIDARIEDADE

ANTÓNIO LOPES CARDOSO

Quando em 11 de setembro de 1973 Salvador Allende morria combatendo, de armas na mão, pelos ideais a que dedicara uma vida inteira; pelos ideais a que, ao contrário de tantos outros, soubera manter-se fiel, Salvador Allende não morria apenas pela liberdade do seu país, morria lutando, também, pela nossa liberdade.

E todos quantos, de Salvador Allende ao mais anónimo dos camaradas chilenos, nesse dia e desde desse dia, têm caído vítimas de uma ditadura de administração das grandes multinacionais, apoiada, financiada e armada pelo imperialismo capitalista, não foram apenas os heróis combatentes pela libertação do Chile, mas soldados de um exercito que não conhece fronteiras. O exército dos oprimidos, dos explorados, dos deixados por conta de uma civilização que nasceu sob o signo da "igualdade, da liberdade e da fraternidade", mas onde a liberdade é cada vez mais a liberdade de oprimir, a igualdade uma palavra vazia de conteúdo e a fraternidade se traduz pelo "salve-se quem puder e como puder".

Por isso, Salvador Allende, herdeiro das tradições de um povo que soube inscrever na sua história algumas das mais belas páginas da luta pela emancipação do homem, é hoje um símbolo, não apenas para a resistência chilena, mas para todos quantos não desertaram o combate pela liberdade e pelo socialismo. Por isso, cada chileno que continua hoje, na luta quotidiana contra a ditadura, a gesta dos mineiros de Santa Maria de Iquique, é também para nós um símbolo. Mas, muito mais do que um símbolo, um companheiro que, solidário connosco, sabe que conta com a nossa solidariedade. Solidariedade que não se acoberta por detrás das razões de Estado que não ousam apresentar-se como aquilo que são: as razões de uma classe.

É para reafirmarmos, uma vez mais, essa solidariedade que aqui estamos hoje. Para levarmos a nossa voz até junto daqueles que, nas prisões de Pinochet, no frio do exílio ou na clandestinidade prosseguem, nos campos e cidades do Chile, o combate sem tréguas contra a ditadura; para lhes dizermos que estamos a seu lado e que sabemos que também eles estão connosco e que isso é uma razão mais para reforçar o

nosso ânimo, a nossa determinação, a nossa certeza de que juntos venceremos um dia.

Nós, portugueses, que vivemos uma das mais longas ditaduras de que nos fala a história, que sabemos, por um saber de experiência feito, o que são as prisões e a tortura, que percorremos os caminhos difíceis de exílio, que conhecemos os dias duros da clandestinidade, não ignoramos o que significa a solidariedade internacional; a importância que pode ter uma simples palavra, um simples gesto de apoio e de incentivo quando por vezes tudo parece perdido, quando o desânimo se insinua, quando muitos parecem vacilar e o desespero e a descrença ameaçam tornar-se um adversário bem mais difícil que todas as polícias de todos os Pinochets, porque é um adversário que se instala dentro de nós próprios.

Aprendemos ao longo de 50 anos a medir o significado e a importância da solidariedade internacional e aprendemos também a conhecer a hipocrisia de certas campanhas em torno dos direitos humanos, que mais não são do que a cortina de fumo com que se tenta encobrir a determinação de perpetuar um sistema de privilégios que é a negação mesma desses direitos.

Se estamos aqui para reafirmar a nossa solidariedade para com o Povo do Chile, atrever-me-ia a dizer que a melhor forma de a concretizarmos será, ainda e sempre, prosseguirmos o nosso próprio combate pela liberdade e pela democracia, ou se quisermos uma palavra só, pelo socialismo.

Pelo socialismo que certos senhores bem pensantes, certos intelectuais em mal de modernidade, mas tão velhos como os cenários solarengos em que voa baixo a sua imaginação, se esforçam por apresentar como algo de ultrapassado e envelhecido; como se a exploração e a opressão em que se caldeou e forjou o ideal socialista fossem, elas, realidades ultrapassadas e envelhecidas. Como se o socialismo não fosse afinal, acima de tudo e antes de tudo, um imenso anseio colectivo de justiça social. Tão velho, é verdade, quanto velha é a exploração do homem pelo homem, mas tão dos nossos dias quanto é dos nossos dias essa exploração.

E eu pergunto se pode haver solidariedade autêntica para com o Povo do Chile

OS DEPOIS: DADE NECESSÁRIA



que não seja também em cada instante, a da luta contra a ordem económica e social em que assenta a ditadura chilena. Pergunto se se pode realmente ser solidário em pequenas palavras em pequenos actos que, não deixando de ser para alguns um lenitivo, são sobretudo um capital mal ganho de boa consciência quando na sua prática política vão quotidianamente cedendo o seu palmo de chão em que ganha raízes e forças o imperialismo capitalista que oprime o Chile.

A solidariedade é — tem que ser — muito mais do que uma mera ajuda. É o acto de cada trabalhador que no Alentejo luta pela Reforma Agrária; é a defesa obstinada de cada operário pela parcela de direitos que conquistou e que vê fugir-lhe, com a cumplicidade de alguns que se arrogam seus representantes; é a voz de cada homem, de cada mulher que anonimamente defende a justiça, pratica a igualdade, vence o medo. Para além da compreensão fraterna a solidariedade é também a coragem e a coerência na luta contra o inimigo comum, contra o comum opressor.

Podem ser solidários com o Chile nas palavras, não o são nos actos os que em Portugal prosseguem uma política que, contrária à vontade maioritariamente expressa pelo povo português, vai refazendo pouco a pouco a base social e económica do antigo regime, vai pouco a pouco comprometendo a própria democracia.

Podem ser solidários com o Chile nas palavras, não o são na prática os que no nosso país vão abrindo de par em par as portas às multinacionais e ao imperialismo capitalista, artífices e suportes da ditadura chilena.

Vai fazer dois anos, o II Congresso do Partido Socialista aprovava por uma esmagadora maioria que incluía, não só o seu Secretário-Geral e então Primeiro-Ministro, como todos os militantes que tinham nesse momento assento no Governo e todos os membros do Secretariado Nacional, uma moção recomendando ao Governo o corte de relações diplomáticas com o Chile. Passaram dois anos, sucederam-se dois Governos presididos pelo Secretário-Geral do Partido Socialista, mantêm-se as relações diplomáticas com o Chile.

Dos discursos aos actos, das palavras à prática, vai a distância que mede a coerência de atitudes, a distância que separa a hipocrisia do empenhamento sincero nos ideais que se proclamam.

O drama chileno tem estado presente ao longo de todo o processo político português e a experiência do Chile é para nós rica de ensinamentos. Não retirar dela as lições que comporta seria trair o sacrifício dos que a pagaram com a vida, com a prisão ou com o exílio. Mas importa dizer também que é, igualmente, trair esses sacrifícios evocá-la para justificar todas as cedências, todos os conluios, todas as cumplicidades com aqueles que em Portugal, como no Chile, só

aceitam a democracia enquanto mais não é que um privilégio de classe, só a aceitam enquanto serve os seus próprios interesses.

Para esses gostaria de se lembrar as últimas palavras de Salvador Allende: “tenho a certeza de que o meu sacrifício não será vão, tenho a certeza que, pelo menos haverá uma sanção moral que castigará a felonía, a cobardia, a traição”.

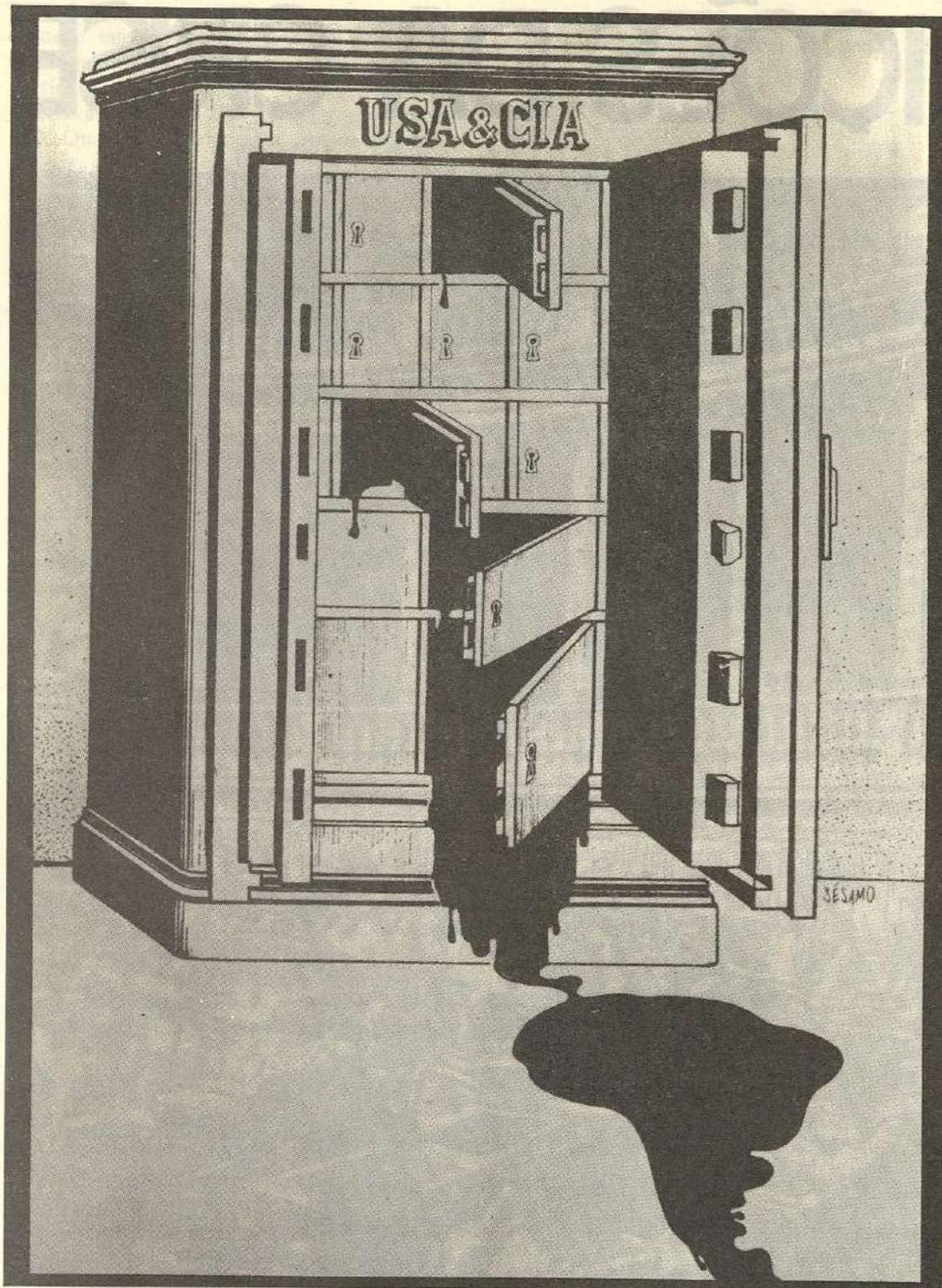
Não é cedendo continuamente às forças de direita que se evita o Chile, não é congelando o socialismo que se defende a democracia. Não bastará para o demonstrar aquilo que se passa hoje entre nós?

Dir-se-á que em Portugal não corremos o risco imediato de um qualquer Pinochet. Todavia ainda ontem em Évora o Dr. Sá Carneiro clamava pelo o que ele designa por “ruptura democrática” inserida numa diátribe violenta contra as conquistas de Abril. O Dr. Sá Carneiro representa como o indica a inqualificável discriminação que o Governo Regional da Madeira se prepara para aplicar contra a esquerda, o polo onde se aglutinam todos os ódios revanchistas dos que perderam ou viram ameaçados os seus privilégios após o 25 de Abril, o lugar geométrico dos interesses de todas as forças reaccionárias. A lógica do discurso de Sá Carneiro encerra uma dinâmica que pode conduzir, se não for travada a tempo, a um autoritarismo fascizante de consequências imprevisíveis.

Multiplicam-se hoje as vozes que reclamam uma confrontação política decisiva com o PCP. Seria bom que tais vozes tivesse a coragem da clareza e nos explicassem claramente o que significa no seu entender um tal confronto. A interdição do PCP? Pela nossa parte e independentemente de tudo o que dele nos separa não a aceitaremos. Dizemo-lo sem rodeios, certos dos ataques e das calúnias que nos valerão estas palavras. A liberdade é indivisível. Assim como lutámos ontem pela liberdade daqueles que reclamam hoje o confronto decisivo com o PCP, lutaremos amanhã contra os que pretendem remetê-lo ao silêncio. A liberdade é indivisível. Talvez não saibamos sempre por onde começam os ataques contra ela mas sabemos bem demais onde terminam. O confronto global que a direita reclama hoje com o PCP será amanhã reclamado contra toda a esquerda, exigido contra todos os que acreditam e se batem pela democracia.

Haverá talvez quem pense que me afasto do tema da minha intervenção. Sinceramente creio que assim não é. Sinceramente creio que como disse, a nossa luta faz parte da luta do povo chileno, exactamente do mesmo modo que a luta no Chile é uma parcela de luta que aqui travamos. Quando a liberdade no Chile é esmagada é um pouco da nossa liberdade que nos é arrancada. Quando a liberdade corre perigo em Portugal são as condições de luta do povo chileno que se tornam mais duras.





A experiência do Chile é rica de ensinamentos, a experiência portuguesa também. Saibamos aproveitá-los. Não deixemos que a tão controvertida frase de Pierre Chevenement: "não morrer como no Chile, não trair como em Portugal" venha a ganhar toda a sua dimensão de tragédia. Está nas nossas mãos evitá-lo; fazê-lo é a melhor prova de solidariedade que podemos dar ao Povo chileno.

Sim, a ideia de socialismo é velha: tão velha quanto a injustiça, tão velha como a opressão. Mas ao mesmo tempo tão nova como elas que todos os dias ganham novas forças sobre as cedências e os abandonos daqueles que desistem, daqueles que traem.

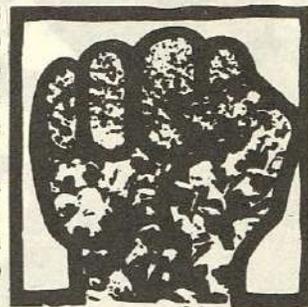
Sim, foi em nome dessa ideia que Salvador Allende deu a vida, foi em seu

nome que milhares e milhares de chilenos se sacrificaram na certeza de que, como disse Salvador Allende em 11 de setembro de 1973, outros homens serão capazes de superar aquele momento cinzento que "muito mais cedo que tarde se abrirão as grandes alamedas por onde passe o homem livre para construir uma sociedade melhor".

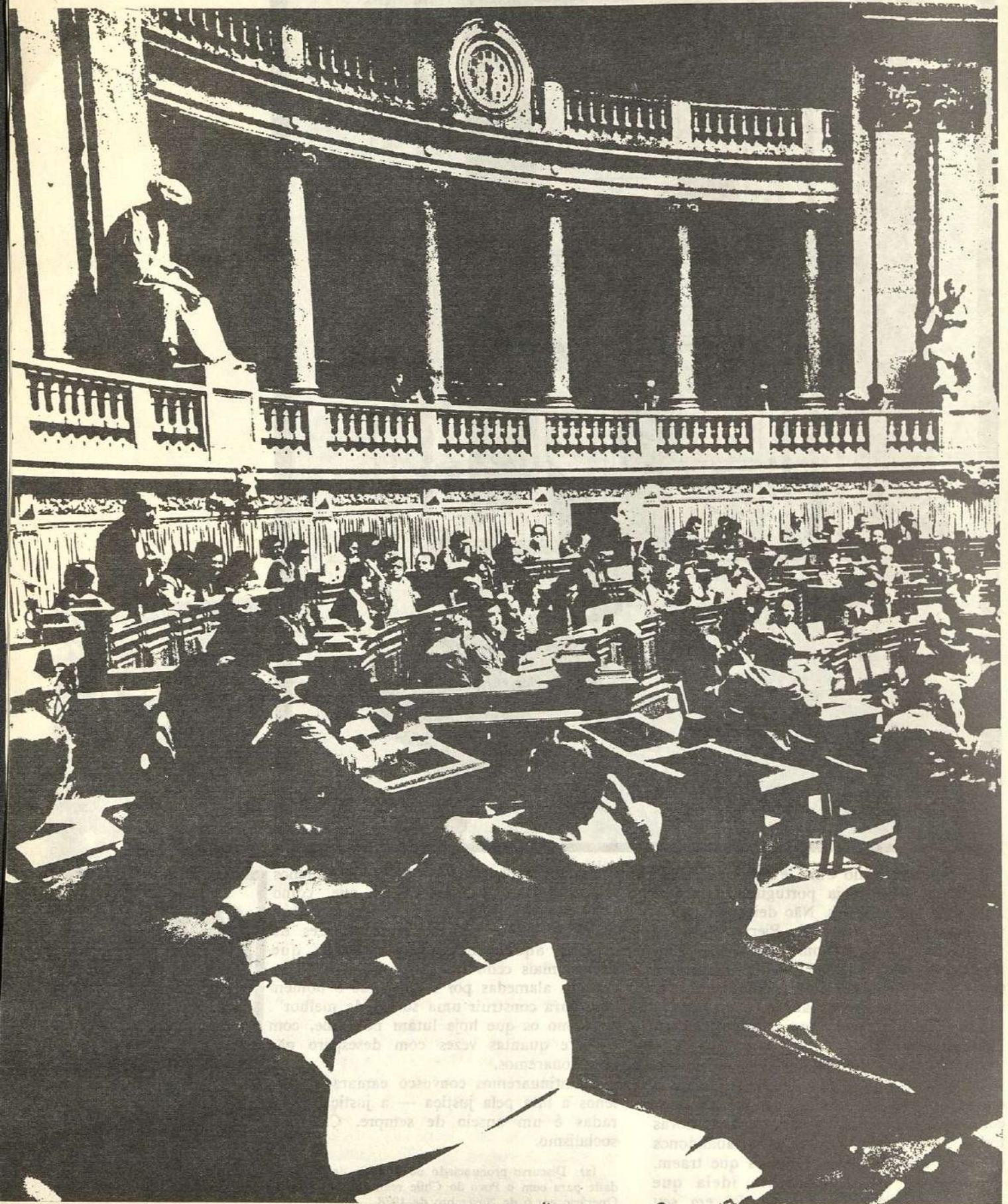
Como os que hoje lutam no Chile, com força e quantas vezes com desespero não abandonaremos.

Continuaremos convosco camaradas chilenos a luta pela justiça — a justiça camaradas é um anseio de sempre. Chama-se socialismo.

(x) Discurso pronunciado no Comício de Solidariedade para com o Povo do Chile realizado em Voz do Operário em 6 de Novembro de 1978.



AS LIÇÕES DA CRISE



1. Completaram-se já quatro meses desde o início da presente crise político-governamental (considerando como ponto de partida a rotura entre PS e CDS que levaria à queda do 2.º governo constitucional). Quatro meses onde a par da agudização de conflitos e polémicas se registaram convergências algo inesperadas e de carácter eminentemente tático (entre as Opções Inadiáveis e o grupo Sá Carneiro, por exemplo) logo seguidas de novas divergências quando temática de ordem mais estratégica está em jogo, como seja por exemplo a verificada em torno do tipo de imagem pública profundamente degradada que a direcção Sá Carneiro pretende apresentar do Parlamento, com que os sectores mais significativos das Opções Inadiáveis manifestamente não concordam.

A propósito de imagem pública do Parlamento, a discussão do programa de governo do eng.º Nobre da Costa constituiu, em termos de trabalhos parlamentares, um dos pontos mais críticos para o prestígio da Assembleia da República, para o que contribuíram factores tão diversos como a demagogia de argumentação do PS e o radicalismo enervado e balofo da direcção do CDS a par do próprio formalismo neutralista da moção de rejeição do PCP.

Ao assistir à sessão de encerramento do debate parlamentar através da televisão o povo português teve diante dos seus olhos um lastimável espectáculo de hipocrisia e de oportunismo político que em nada beneficiou a imagem dos partidos políticos, em particular, nem das instituições democráticas em geral.

Com efeito todo o processo que levou à formação do governo Nobre da Costa, através de uma iniciativa presidencial renunciadora da ambição do Presidente da República por mais latos poderes na condução política dos assuntos do Estado, bem como o posicionamento de cada partido (e associações sindicais e patronais) em relação ao mesmo governo constitui o afloramento de duas realidades mais profundas cuja dimensão importa equacionar: a) por um lado constata-se que a estratégia e a tática dos partidos políticos representados na AR (com especial relevo para aqueles que exerceram funções governamentais nestes últimos dois anos) bem como os métodos políticos de que se têm servido contribuíram para a existência de um real desfasamento entre o sentimento político de uma esmagadora maioria do povo português e a vida política que, servindo-se das instituições democráticas, têm artificialmente criado para estrita satisfação de clientelas eleitorais ou de interesses partidários parcelares; b) por outro lado ressalta que as divergências existentes no seio do bloco dominante ainda não encontraram um ponto de conciliação ou sequer instrumentos de mediação que se

traduzem numa fórmula político-governamental estável de exercício do poder político.

Debrucemo-nos sobre cada questão de per si.

2. Algumas eleições autárquicas pontuais e certas sondagens eleitorais recentes fazem ressaltar dois vectores fundamentais no panorama político português, no que concerne o comportamento dos partidos políticos enquanto instituições destinadas a contribuir para a conformação e expressão externa da vontade política do povo português.

Em primeiro lugar o aumento do abstencionismo, ou seja, a criação de uma situação progressivamente mais clara e onerosa de indiferença e auto-marginalização dos cidadãos perante os problemas políticos com que o país se debate. As perdas eleitorais do PS são mais significativamente canalizadas para a abstenção do que para a esquerda ou para a direita especificamente. Contudo, cumulativamente, à esquerda, o PCP não cobre todo o espaço político que o PS deixa sem mediação, e à direita, se existem alguns indícios de transferência de apoio eleitoral do PS para a PSD e do CDS para o PSD, não é menos significativo que PSD e CDS no seu conjunto também sofrem certa erosão para a abstenção, que não é de menosprezar e não resulta apenas das perdas do partido democrata-cristão.

Um segundo vector releva da inconsistência dos próprios partidos políticos na sua composição actual. O PS é abandonado pelos sectores presidencialistas, que contudo continuam a reclamar-se do "socialismo democrático" (tentando aparentar uma imagem "de esquerda" face à direcção do PS), no PSD as divergências entre as Opções Inadiáveis e a direcção Sá Carneiro agudizam-se até um ponto que parece de novo perto da rotura, à direita do CDS o MIRN e o PDC aprontam-se para partilharem alguns ossos no banquete do eleitorado direito, reaccionário e conservador que a "civilizada" direcção do CDS congregou em anteriores consultas eleitorais.

Perante esta dinâmica, PS e CDS manifestam-se contrariamente à realização de eleições antecipadas, cujos resultados lhe poderiam ser francamente desfavoráveis, traduzíveis numa queda numérica do PS (ultrapassado eventualmente como partido mais votado pelo PSD) e do CDS (reduzido pelo PSD e pelo MIRN a quarto partido, rondando os 10 ou 12%). O PSD, por seu turno, pretende a realização de eleições antecipadas para se afirmar como partido mais votado. Contudo enquanto a direcção Sá Carneiro visa obter tal posição para assim mais facilmente denegrir a Constituição, o sistema institucional democrático nela consignado e afirmar o seu projecto de revisão inconstitucional da Constituição me-

ANTÓNIO
VITORINO



diante um referendo a realizar antes de 1980, as Opções Inadiáveis movem-se num terreno que julgamos nada ter a ver com aquela solução de "golpe constitucional" e antes centrar-se na definição e conformação de uma plataforma político-constitucional que garanta não só a composição actual do poder político como um consenso maioritário para revisão da Constituição em 1980, segundo fundamentos políticos e sociais claramente distintos dos do grupo Sá Carneiro.

Toda esta problemática, contudo, na sua expressão pública, é em grande parte alheia às preocupações reais do povo português. Com esta afirmação não se pretende dizer que a evolução das estratégias atrás esboçadas não tenha extrema importância (que decerto tem). Mas significa, isso sim, que os partidos têm sido incapazes de articularem a sua conduta e os seus objectivos de actuação política nos órgãos de soberania ou perante eles com as preocupações fundamentais e os reais problemas concretos do povo português. Apenas o discurso populista de Dr. Sá Carneiro, de contraposição irreductível entre a sociedade política e a sociedade civil (esta "redentora" daquela), se apresenta como uma estratégia superestrutural que reveste fórmulas capazes de se tornarem minimamente atractivas para concitarem a adesão e o apoio activo de estratos sociais bem determinados, e que são vítimas directas da política económica e social preconizada pelo FMI e prosseguida pelos governos constitucionais. É por isso que muitos portugueses não perceberam e encararam com descontentamento a atitude dos partidos no Parlamento impedindo que o governo Nobre da Costa governasse e por esse facto se tenham sentido naturalmente atraídos para o discurso simplificador e pretensamente apolítico do chefe do 3.º governo constitucional, como reacção de incompreensão para com as estratégias partidárias e de descontentamento pela inoperância de que os partidos quotidianamente dão provas.

Se esta panorâmica é verdadeira em função dos partidos da direita e do próprio PS, importa reconhecer que à esquerda do PS as dificuldades de posicionamento das diversas forças políticas parecem também persistir, se bem que com intensidade e a níveis distintos.

A "colagem" inicial feita pelo PCP ao Presidente da república quanto à formação do governo Nobre da Costa, só afectada pela "escolha infeliz" feita pelo Presidente para as pastas do Ministério da Agricultura e Pescas e a decisão do Comité Central do PC de 10 de Setembro, ao transformar a sua moção de rejeição do 3.º governo em acção de propaganda interna e ao neutralizar os quarenta votos de que o PC dispõe na AR pronunciando-se pela abstenção face a qualquer outra moção de rejeição, são elementos que demonstram que apesar dos aumentos significativos da APU em algu-

mas consultas eleitorais para as autarquias, o PCP não tem sabido contudo definir um relacionamento com o movimento popular que lhe permita numa perspectiva de esquerda canalizar não só o descontentamento provocado pela política do PS no eleitorado deste partido, como o descontentamento popular generalizado que grassa na sociedade portuguesa e que não encontra no discurso dos partidos políticos o necessário eco e entendimento.

Esta situação, a persistir no seu conjunto e a aprofundar-se constitui, o terreno mais fértil para aventuras autocráticas e que, mesmo que não revistam as formas obsoletas do salazarismo ou do pinochetismo, serão sem dúvida extremamente onerosas para o povo português, com a agravante de que originariamente um sebastianismo de tipo populista pode vir a ter um real apoio de massas...

3. A situação que acabamos de descrever no que respeita à evolução dos próprios partidos políticos constitui um elemento de um processo mais global, cujo desenvolvimento se tem vindo a verificar de há algum tempo a esta parte e que sob a capa da polémica "parlamentarismo/presidencialismo" ou "bipolarização/tripolarização" representa, como já tivemos oportunidade de dizer (ABRIL n.º 5 — "As Opções da Direita Portuguesa") um período de mutação da expressão política das alianças sociais que dão textura ao bloco no poder.

As insuficiências demonstradas pelo PS quer quanto ao ritmo de condução do processo de recuperação capitalista, quer quanto à (in)flexibilidade no exercício de uma função de mediação social, precipitam a ofensiva da direita que passa a pôr frontalmente em causa o papel "de charneira" desempenhado pelo PS e consequentemente o centro de equilíbrio político até há quatro meses representado por aquele partido. Se o CDS e o grupo das Opções Inadiáveis consideram que a reformulação das alianças sociais no seio do bloco dominante e a respectiva expressão político-governamental, no quadro da actual AR ou de um novo parlamento a eleger em 1980, exigem ainda de forma indubitável a participação do PS num papel de relevo, os chamados sectores presidencialistas e o grupo Sá Carneiro reservam para o PS um papel de apagada subalternidade, cometendo ao partido presidencialista (desenvolvimento lógico de um qualquer "Movimento Reformador") e ao PSD respectivamente o papel central de equilíbrio político do bloco no poder (o que depende também de que tipo de coesão interna vai desfrutar o PSD nos próximos tempos).

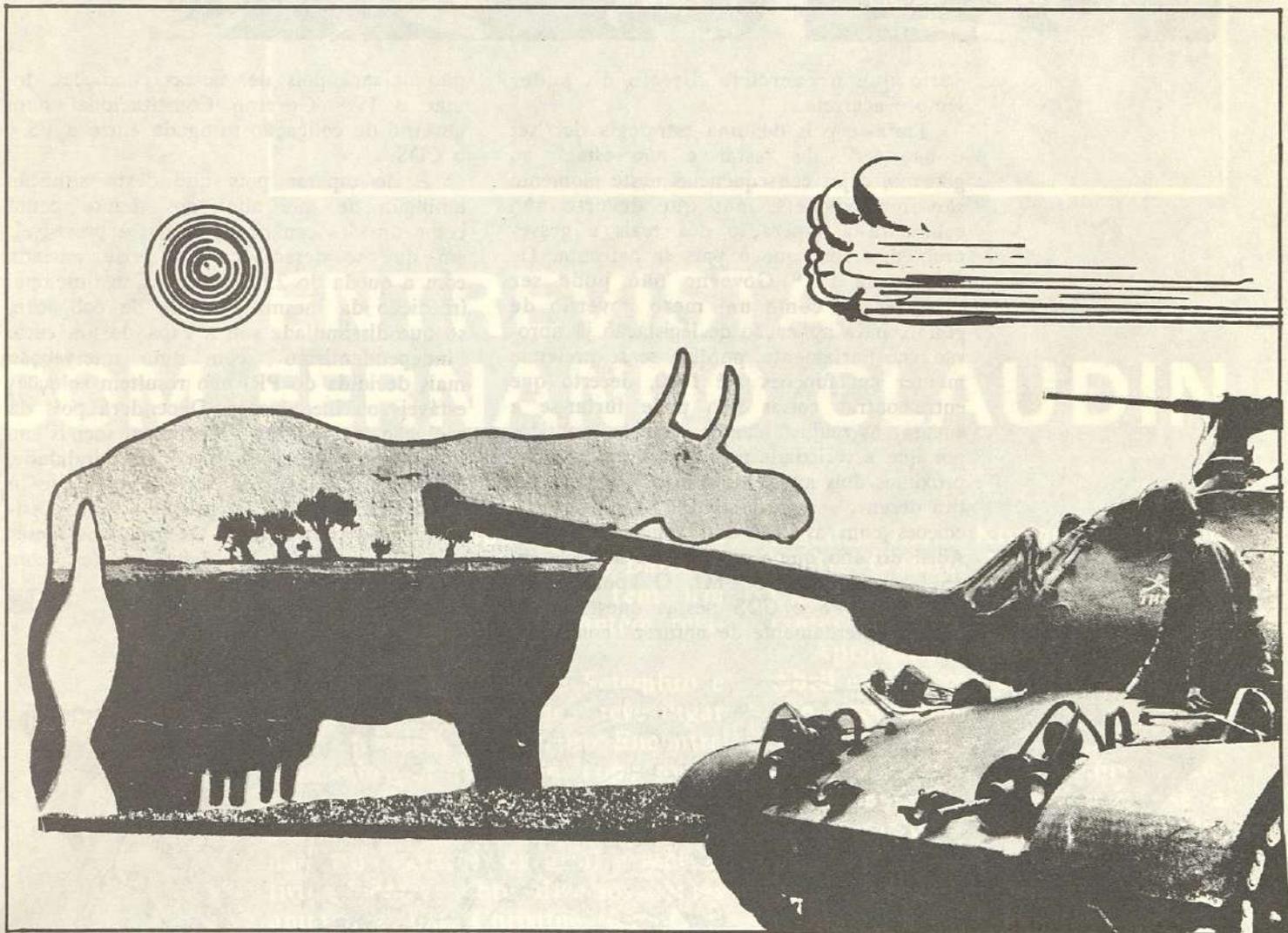
A direita populista, a coberto da audiência e importância política da direcção Sá Carneiro do PSD, aposta assim no descrédito dos partidos políticos, por forma a, através das confrontações entre eles verificadas, denegrir publicamente a imagem da AR e das instituições democráticas



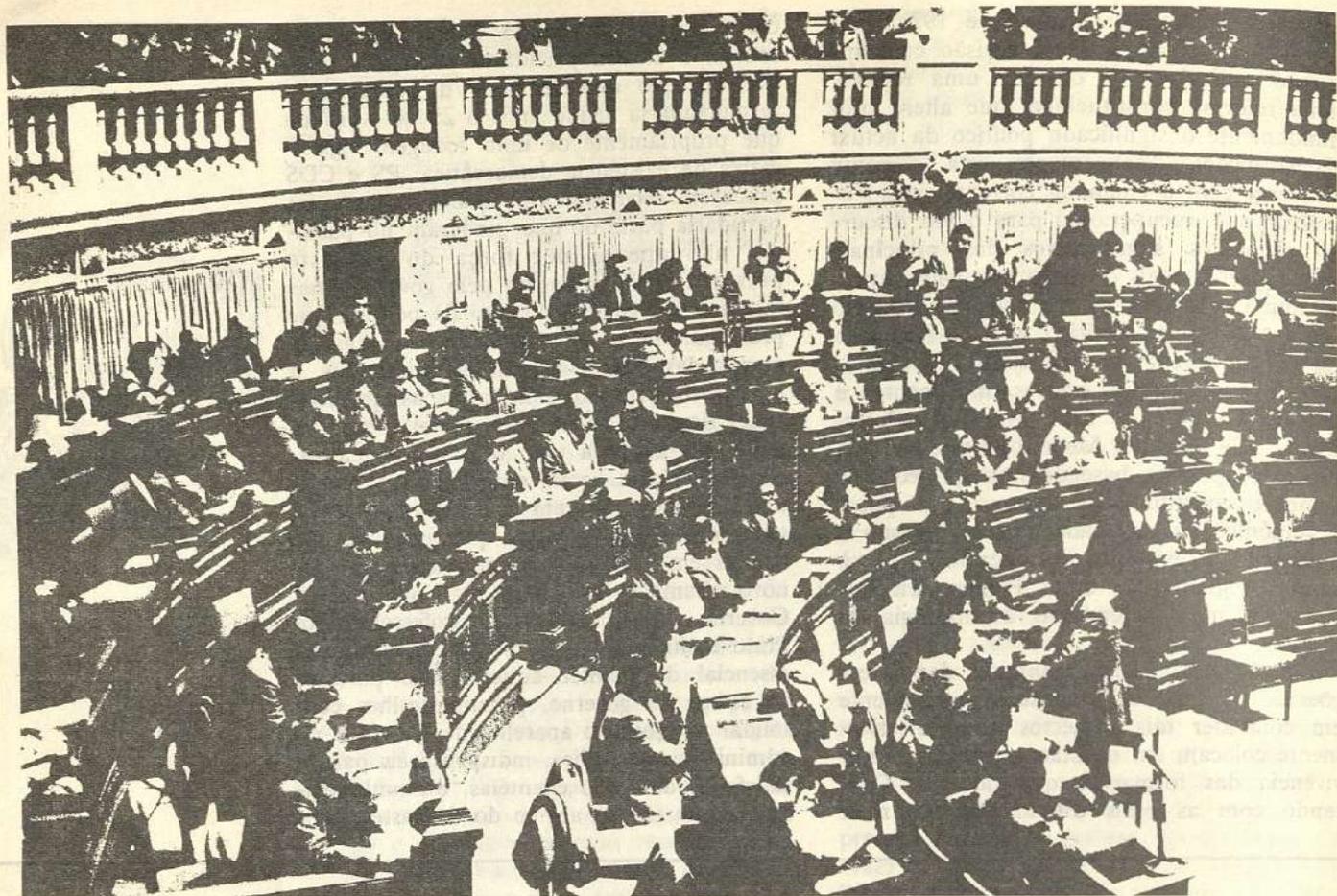
consagradas na Constituição de 1976, preparando o terreno para a revisão constitucional radical (mais do que uma revisão, uma reforma constitucional que altere profundamente o significado político da actual Constituição). Tacticamente esta corrente converge com a chamada corrente presidencialista que, recuperando para o seu discurso elementos significativos das principais preocupações reais do povo português, aposta numa recomposição do xadrez partidário que abra espaço político vital à formação de um movimento presidencialista (a federação de partidos, associações, movimentos e pessoas na base de um "Manifesto Reformador" de que fala Medeiros Ferreira) cuja expressão política baseada num projecto de reforma constitucional assuma um papel hegemónico na sociedade portuguesa, sob a égide do Presidente da República e à sombra vigilante de umas Forças Armadas cada vez mais enfeudadas à estratégia da direita.

O objectivo tático conjunto das direcções do PS e do CDS consiste precisamente em combater tais projectos que objectivamente colocam em questão a própria sobrevivência das formações que lideram. Contando com as reais dificuldades de num

curto espaço de tempo alterar de forma radical o xadrez partidário português, cuja estratificação decorre mais da experiência revolucionária vivida após o 25 de Abril do que propriamente de uma rodagem significativa de existência democrática, PS e CDS procuram recuperar em termos de imagem partidária parte do que perderam no passado, não apenas por força do desgaste provocado pela passagem pelo governo, mas também em virtude do tipo de política que prosseguiram e que conduziu ao agravamento das suas contradições internas e a um certo divórcio com as suas próprias bases de apoio (eleitoral e social). Para tal terão que evitar a todo o transe a realização de eleições gerais antecipadas e simultaneamente garantirem a exequibilidade de uma fórmula governativa que assegure que apenas em 1980 o povo português será de novo chamado às urnas. Daí que o IV^o Governo Constitucional do professor Mota Pinto tenha, para o PS e o CDS, a função essencial de manter aqueles dois partidos na esfera do governo, permitindo-lhes consolidar posições no aparelho de Estado e na administração pública, indispensáveis para a satisfação das suas clientelas, e simultaneamente estarem ao abrigo do desgaste parti-



"Reforma agrária na ponta de mira", desenho de Vasco do álbum "Situações, faces e formas" (Ed. Cultarte).



dário que o exercício directo do poder sempre acarreta.

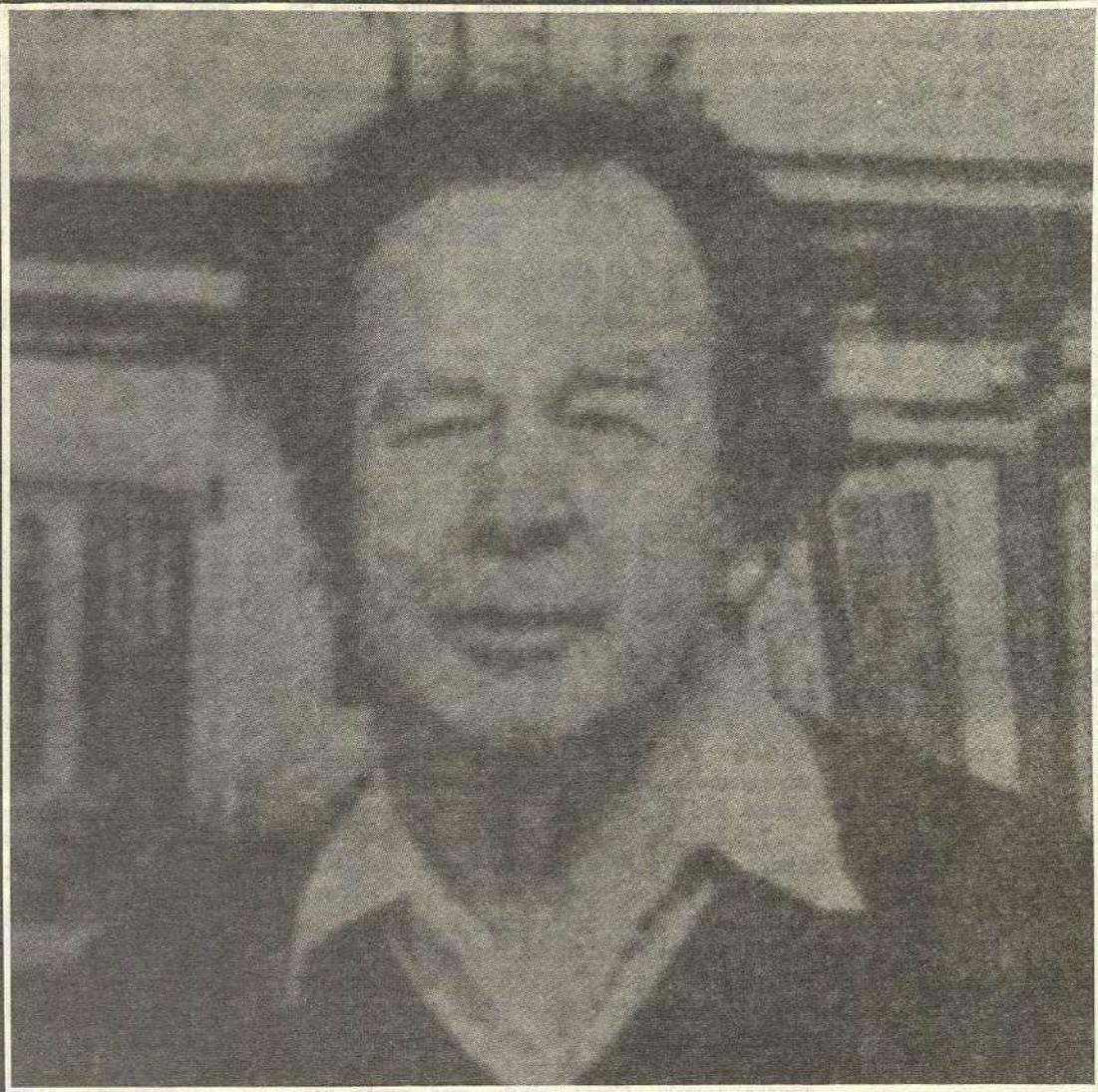
Trata-se pois de uma estratégia de "ser e não ser", de "estar e não estar" no governo, cujas consequências neste momento são imprevisíveis, mas que decerto não conduzirá à superação dos reais e graves problemas com que o país se defronta. De facto este IV.º Governo não pode ser considerado como um mero governo de gestão, para aplicação de legislação já aprovada no Parlamento, porque, se se pretende manter em funções até 1980, decerto que entre outras coisas não pode furtar-se a encarar os reajustamentos sociais e políticos por que a sociedade portuguesa passará nos próximos dois anos, assim como lhe competirá desenvolver parte significativa das negociações com a CEE e a renegociação em Abril do ano que vem de uma nova carta de intenções com o FMI. O apoio parlamentar de PS e CDS nestas questões, ele próprio internamente de natureza conflitual,

não deixará pois de, nestas condições, tomar o IV.º Governo Constitucional num governo de coligação mitigada entre o PS e o CDS.

É de esperar pois que desta situação ambígua de que aqui nos demos conta como um dos cenários possíveis e previsíveis em que se desembocará a crise iniciada com a queda do 2.º Governo Constitucional (reedição da mesma fórmula de coligação, só que dissimulada sob a capa de um certo "independentismo", com uma intervenção mais decidida do PR) não resultem soluções estáveis ou inequívocas. Dependerá pois da evolução da relação de forças sociais no seio do bloco no poder e da vitalidade, coesão e unidade na diversidade que o movimento popular der provas a uma possível solução para a crise. Os próximos meses serão neste particular determinantes, com ou sem eleições antecipadas.

1. Novembro. 78





ENTREVISTA COM FERNANDO CLAUDIN

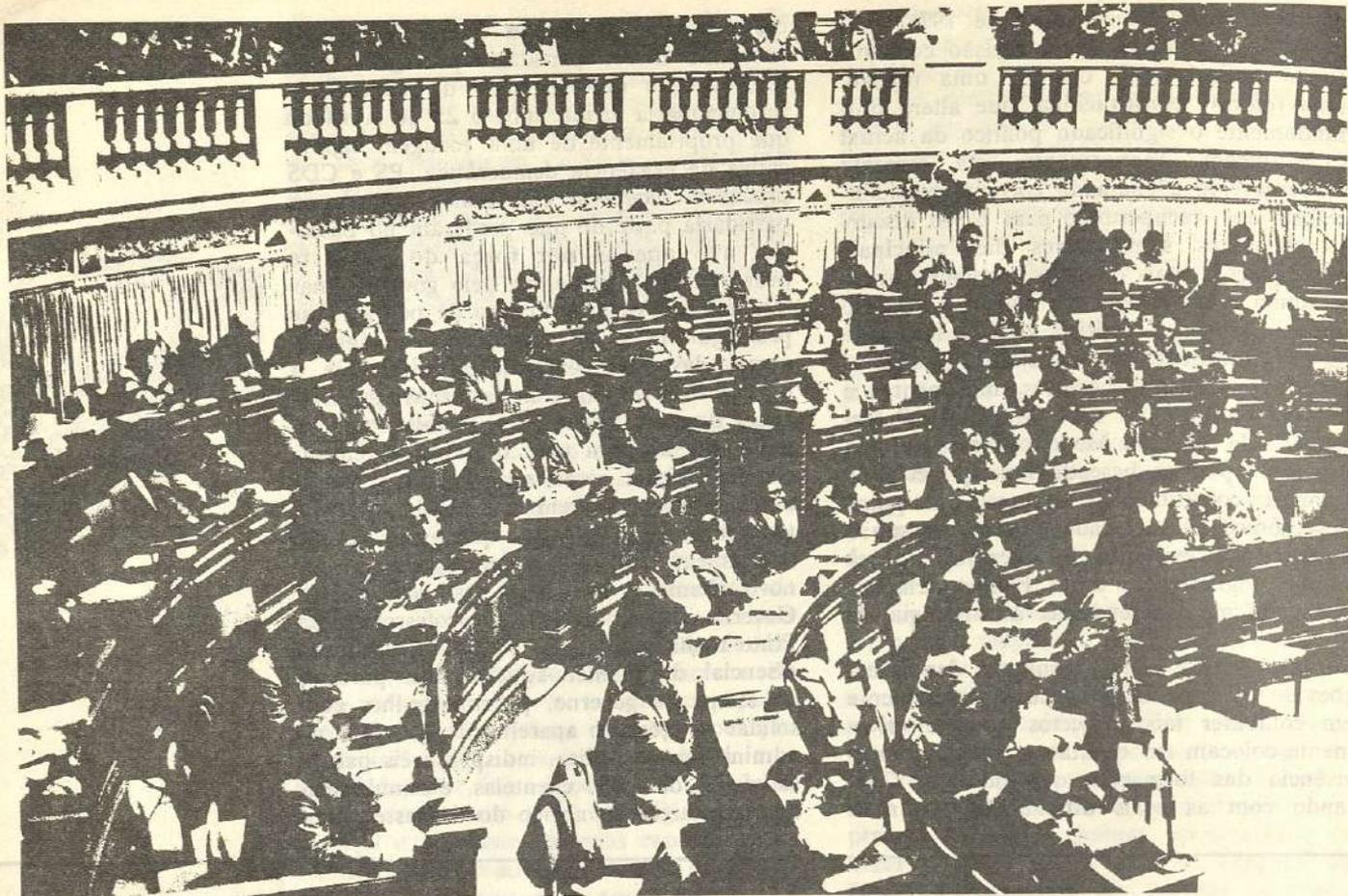
El Viejo Topo é uma revista mensal que se publica em Barcelona com a qual **Abril** tem um acordo de permuta e mantém relações fraternais.

Nos últimos dias de Setembro e no primeiro de Outubro, teve lugar nessa cidade um primeiro Encontro realizado por **El Viejo Topo** sob o lema **mudar a vida**, durante o qual se realizariam, entre outras actividades de carácter cultural e recreativo, debates sobre diversos temas animados por Christine Buci-Glucksmann, Etienne Balibar, Jorge Semprun, Lucio Magri, Ernest

Mandel, Alain Krivine, K.S.Karol, André Gunder Frank, Fernando Claudin, Giovanni Jervis, representantes do PCE, do PSOE, etc.

Aproveitando esta oportunidade **Abril** estabeleceu diversos contactos que esperamos virão a contribuir para um enriquecimento ainda maior do seu leque de colaboradores. Por outro lado, recolheu-se a entrevista com Fernando Claudin que publicamos a seguir.

Pelo seu interesse também publicamos ainda uma entrevista com Giovanni Jervis retirada de um dos últimos números de **El Viejo Topo**.



dário que o exercício directo do poder sempre acarreta.

Trata-se pois de uma estratégia de "ser e não ser", de "estar e não estar" no governo, cujas consequências neste momento são imprevisíveis, mas que decerto não conduzirá à superação dos reais e graves problemas com que o país se defronta. De facto este IV.º Governo não pode ser considerado como um mero governo de gestão, para aplicação de legislação já aprovada no Parlamento, porque, se se pretende manter em funções até 1980, decerto que entre outras coisas não pode furtar-se a encarar os reajustamentos sociais e políticos por que a sociedade portuguesa passará nos próximos dois anos, assim como lhe competirá desenvolver parte significativa das negociações com a CEE e a renegociação em Abril do ano que vem de uma nova carta de intenções com o FMI. O apoio parlamentar de PS e CDS nestas questões, ele próprio internamente de natureza conflitual,

não deixará pois de, nestas condições, tomar o IV.º Governo Constitucional num governo de coligação mitigada entre o PS e o CDS.

É de esperar pois que desta situação ambígua de que aqui nos demos conta como um dos cenários possíveis e previsíveis em que se desembocará a crise iniciada com a queda do 2.º Governo Constitucional (reedição da mesma fórmula de coligação, só que dissimulada sob a capa de um certo "independentismo", com uma intervenção mais decidida do PR) não resultem soluções estáveis ou inequívocas. Dependerá pois da evolução da relação de forças sociais no seio do bloco no poder e da vitalidade, coesão e unidade na diversidade que o movimento popular der provas a uma possível solução para a crise. Os próximos meses serão neste particular determinantes, com ou sem eleições antecipadas.

1. Novembro.78





ENTREVISTA COM FERNANDO CLAUDIN

El **Viejo Topo** é uma revista mensal que se publica em Barcelona com a qual **Abril** tem um acordo de permuta e mantém relações fraternais.

Nos últimos dias de Setembro e no primeiro de Outubro, teve lugar nessa cidade um primeiro Encontro realizado por **El Viejo Topo** sob o lema **mudar a vida**, durante o qual se realizariam, entre outras actividades de carácter cultural e recreativo, debates sobre diversos temas animados por Christine Buci-Glucksmann, Etienne Balibar, Jorge Semprun, Lucio Magri, Ernest

Mandel, Alain Krivine, K.S.Karol, André Gunder Frank, Fernando Claudin, Giovanni Jervis, representantes do PCE, do PSOE, etc.

Aproveitando esta oportunidade **Abril** estabeleceu diversos contactos que esperamos virão a contribuir para um enriquecimento ainda maior do seu leque de colaboradores. Por outro lado, recolheu-se a entrevista com Fernando Claudin que publicamos a seguir.

Pelo seu interesse também publicamos ainda uma entrevista com Giovanni Jervis retirada de um dos últimos números de **El Viejo Topo**.

**FERNANDO
CLAUDIN FOI
IMPORTANTE
DIRIGENTE DO
P.C.E. SENDO
EXCLUÍDO EM
1965 COM JORGE
SEMPRUN
NA SEQUÊNCIA
DE
DIVERGÊNCIAS
DE QUE FALA
NESTA
ENTREVISTA.
É AUTOR DE
VÁRIOS LIVROS
NOMEADA-
MENTE DO
"EUROCOMU-
NISMO E SOCIA-
LISMO" JA
TRADUZIDO EM
DIVERSAS
LINGUAS.**

**EUROCOMU-
NISMO E SOCIA-
LISMO**

Abril — De acordo com o que dizes no teu livro **Eurocomunismo e Socialismo**, e fazendo um pouco a história dos últimos quinze anos, acreditou-se a dada altura — por exemplo, em 74 na Europa Ocidental —, que tendo havido o 25 de Abril em Portugal, parecendo inevitável o processo de democratização e a ruptura democrática em Espanha, acreditando-se na vitória da União da Esquerda em França, havendo uma situação evolutiva em Itália, novas perspectivas se abriam às forças populares, à luta pelo socialismo. Quatro anos depois, em 1978, as coisas são um pouco mais complicadas, a situação parece mais bloqueada e não há a curto prazo perspectivas claras sobre a crise da esquerda, nomeadamente a daqueles que se tentaram bater fora dos partidos tradicionais.

No teu livro apostas um pouco nas transformações históricas dos partidos tradicionais, observando-se o que pode representar para uma evolução positiva, na Europa o fenómeno do Eurocomunismo. Estando de acordo que isso é uma perspectiva possível, como pensas que se vai passar, em tempo útil, esse processo de transformação interna dos grandes partidos tradicionais, nomeadamente dos PC e PS.

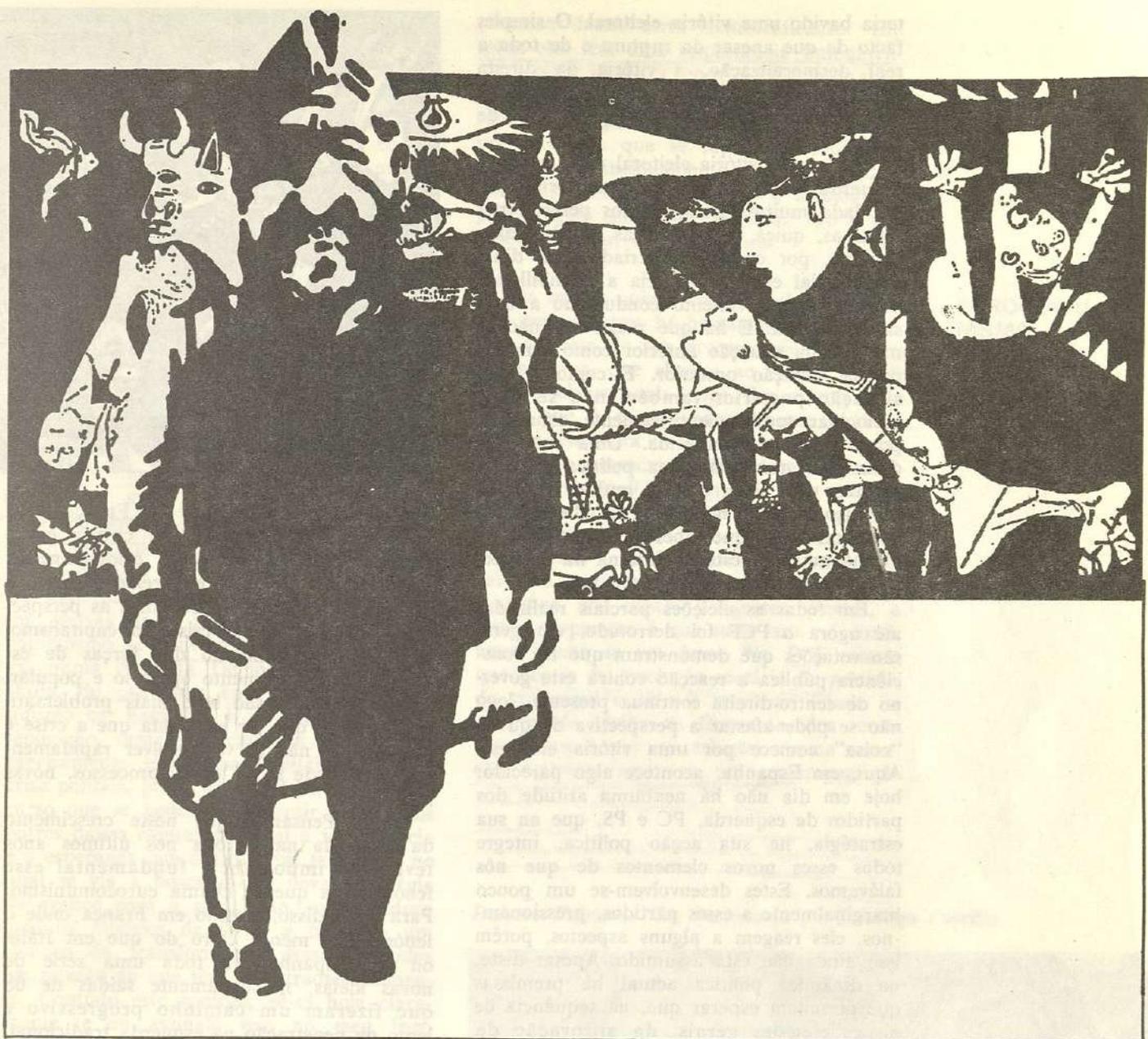
F. Claudin — No final do meu livro digo que no contexto da crise actual do capitalismo nos países do Sul da Europa, abre-se uma certa perspectiva de avanço das forças de esquerda numa direcção de democracia e de criação de premissas para um avanço posterior para o socialismo. Porém, também digo que é um caminho muito difícil e estreito que, no entanto, há que tentar seguir. Creio ainda que neste momento seria totalmente ilusório ser optimista sobre as perspectivas, porque, efectivamente, temos a ruptura e a derrota da União da Esquerda em França, temos uma situação muito complexa em Itália — pantanosa, falta de dinâmica, a política do compromisso histórico do PCI, não parece criar até agora perspectivas de avanço, inclusive dá a sensação que por vezes favorece a democracia cristã. Em Espanha, o processo de democratização conseguiu sem dúvida dar passos em frente: a aprovação da Constituição, o projecto de Constituição e a sua quase segura reafirmação por referendo, creio que representa um passo positivo muito importante. Mas há outros: sobretudo o desenvolvimento das organizações sindicais e o processo de consolidação dos partidos de esquerda. De qualquer maneira é um processo muito lento, muito complexo, e no qual não é seguro, se bem que haja algumas possibilidades, haver proximamente uma mudança nas relações de força tanto parlamentares como fora do Parlamento, que permita uma política de reformas mais a fundo, que vá mais longe. Em Portugal também há uma situação muito bloqueada, ao que parece.

Portanto, a perspectiva de que desta nova crise do capitalismo possa sair um processo de avanço para o socialismo, é,

neste momento, muito problemática. Uma das probabilidades é a alternativa inversa: que apesar dos esforços da classe operária para defender as suas condições de vida, para atenuar — o que no fundamental se tem conseguido — as repercussões da crise sobre ela, em definitivo se acabe por sair desta crise com uma racionalização dos mecanismos capitalistas que permitam ao sistema percorrer um novo ciclo. Ainda que isto não seja claro, porque, com efeito, as consequências da luta de classes, da resistência da classe operária, não permitem entrever como do ponto de vista estrito dos mecanismos capitalistas se possa sair da crise. Segundo a opinião de alguns economistas isso só seria possível, e não muito rapidamente, na base duma nova divisão do trabalho à escala mundial, o que é um processo muito vasto. Por isso, esta é uma crise que pode prolongar-se sem que haja uma saída favorável às classes populares, mas sem que também o capitalismo consiga recompôr-se de maneira sólida e iniciar um novo ciclo largo de desenvolvimento, baseado em novas tecnologias, com novas formas de organização do trabalho, etc.

A. — Acreditas que uma hipótese de saída possível seria o que se designa por um "governo de esquerda" e, além disso, achas que a derrota do Programa Comum, em França, é a derrota também dum programa "exclusivamente político", demasiado "estatal" e insuficiente a nível das propostas no movimento social, da mudança de vida, das condições de existência das pessoas. Não achas que situar-se numa perspectiva de governo e de unidade da esquerda, implica, antes da constituição duma maioria eleitoral, uma reconstrução cultural e ideológica dessa mesma esquerda? Senão não há vitória eleitoral, como se viu em França...

F.C. — Eu creio, efectivamente, dum ponto de vista óptimo, nas possibilidades de que uma vitória da esquerda, uma mudança na relação forças a favor da esquerda, constitua uma mudança sólida com perspectivas de desenvolvimento. Evidentemente que, deste ponto de vista, seria necessária uma verdadeira transformação dos partidos tradicionais da esquerda os PC e os PS que, mais ou menos, vão pelo mesmo caminho — o P.S. francês, o espanhol, o italiano, etc. Isto é tanto mais verdade, quanto esses partidos, à parte outra série de "pesos mortos" e de travões que há, estes partidos dizia, têm uma concepção do político muito tradicional, não incorporaram na sua concepção do político, da acção social, toda uma série de novos elementos que jogam um papel fundamental, como os problemas de carácter político que tem o "privado", começando pelo papel da família, pela questão feminina, pelo problema da juventude, problema ecológico, problema da sexualidade, o problema da repressão aos chamados delitos comuns, todas estas questões que esses partidos não abordam, senão muito marginalmente e muito força-



"Guernica... e o artista", desenho de Vasco, do álbum "Situações, faces e formas" (Ed. Cultarte)

dos pela pressão social — e não por iniciativa própria, como questões fundamentais na luta pela transformação social.

Esses partidos estão muito polarizados na questão do poder político, concebido este poder político de uma maneira muito estatal, muito estreita. Isso é verdade. Deste ponto de vista, é evidente que se estes partidos experimentassem certas transformações e concebessem dessa maneira nova a luta política e social, a eficácia das suas acções seria muito maior. Porém, desgrazadamente, em política as coisas nunca se passam como deviam ser mas como são.

Assim, o que me parece mais provável, é que apesar de todas as insuficiências e limitações desses partidos, a possibilidade duma mudança comece por uma alteração de forças no campo mais estritamente político, parlamentar e não parlamentar, assim como das lutas sociais mais tradicionais, que criem as condições para uma impre-

gnação desses partidos para todos os outros aspectos a que nos estamos referindo, que criem uma dinâmica nova, uma situação nova na qual todos estes novos problemas sejam objecto de uma certa atenção e desenvolvimento.

Por exemplo, muito concretamente em França, está fora de dúvida que a ruptura da União da Esquerda e a sua derrota não se explicam só pela atitude sectária e tradicional do PCF. Explica-se também porque a União da Esquerda estava concebida desse modo, sobre essa base política estreita e tradicional, não fomentando os movimentos sociais nos seus múltiplos aspectos. Isto é verdade. Porém, tal facto não quer dizer que as causas mais imediatas e directas da derrota eleitoral tenham sido essa debilidade geral. É perfeitamente concebível, face aos dados existentes, que se não tivesse havido a ruptura de esquerda, se se tivesse mantido a esperança e a dinâmica criadas,

A DERROTA DA UNIÃO DA ESQUERDA

teria havido uma vitória eleitoral. O simples facto de que apesar da ruptura e de toda a real desmoralização, a vitória da direita tenha sido por uma margem ínfima leva a supor que haveria muitas possibilidades de êxito.

Então essa vitória eleitoral teria criado à esquerda uma situação contraditória: por um lado muitos riscos, muitos perigos, por todas as, quiçá, insuficiências do Programa Comum, por outro teria criado uma dinâmica social em que haveria a possibilidade de um desenvolvimento conduzindo a uma situação nova. E há que raciocinar não só na base da situação anterior como também na da situação posterior. E como é uma situação posterior também não se pode raciocinar muito cientificamente sobre ela porque não é conhecida. Uma mudança desse tipo, uma mudança política e parlamentar, pode fazer ocorrer muitas coisas. E no caso francês, não se pode alienar essa perspectiva, porque apesar da atitude do PC há uma contestação interna na perspectiva do Congresso do próximo ano.

Em todas as eleições parciais realizadas até agora o PCF foi derrotado, em geral são votações que demonstram que na consciência pública a reacção contra este governo de centro-direita continua presente, logo não se pode afastar a perspectiva de que a "coisa" comece por uma vitória eleitoral. Aqui, em Espanha, acontece algo parecido: hoje em dia não há nenhuma atitude dos partidos de esquerda, PC e PS, que na sua estratégia, na sua acção política, integre todos esses novos elementos de que nós falávamos. Estes desenvolvem-se um pouco marginalmente a esses partidos, pressionam-nos, eles reagem a alguns aspectos, porém isso ainda não está assumido. Apesar disto, na dinâmica política actual há premissas que permitem esperar que, na sequência de novas eleições gerais, da aprovação da Constituição e das eleições municipais, se dê uma alteração na relação de forças parlamentares e fora do Parlamento que permita, se não uma mudança muito profunda, o deslocar da hegemonia do partido do centro-direito de Suarez e o criar uma situação em que o PSOE, e só pode ser ele, possa conseguir uma posição de predomínio no governo em combinação com outras forças. Mesmo assim é dificilmente concebível reformas muito profundas, dado que as questões chave como a da transformação do aparelho de Estado enfrentam grandes dificuldades, porque neste Estado conservam-se ainda, em grande medida, todas as estruturas e o pessoal político anterior, sobretudo nos corpos repressivos. Contudo, começa um processo de transformação e cria-se uma nova situação política em que o fortalecimento das organizações populares e o desenvolvimento do movimento de massas poderão dar passos importantes.

Em Itália vejo a situação menos clara e não vejo como possa aparecer uma dinâmica nova. Em Portugal também a situação me parece bloqueada, porém conheço mal o



que aí se passa. Julgo que em França e em Espanha é ainda onde as coisas estão melhores. Porém, em geral, evidentemente, existe uma diferença em relação ao que podiam ser há dois ou três anos as perspectivas para sair desta crise do capitalismo, com um fortalecimento das forças de esquerda e do movimento operário e popular, perspectivas que são hoje mais problemáticas. Mas há que ter em conta que a crise é prolongada, não se vai resolver rapidamente, e que pode haver novos processos, novas mudanças.

A. — Pensamos que neste crescimento da esquerda na Europa nos últimos anos teve uma importância fundamental esse fenómeno a que se chama eurocomunismo. Para além disso, mesmo em França onde o fenómeno é menos claro do que em Itália ou em Espanha, há toda uma série de novas ideias, nomeadamente saídas de 68 que fizeram um caminho progressivo e lento de penetração na esquerda tradicional. Isso demora muito tempo, mas houve uma certa influência, uma certa transformação dos partidos comunistas e socialistas. No começo teve-se a sensação de que o eurocomunismo seria o meio de reforçar a esquerda, de fazer crescer uma nova força e uma nova alternativa. Agora parece que, de certa maneira, o eurocomunismo não sabe gerir a sua própria força. Cresceu, reforçou-se, mas agora parece que essas mesmas ideias, essas mesmas linhas de pensamento e acção que reforçaram a esquerda agora a bloqueiam. Por exemplo, o PCI tem tanta força que agora não sabe como dar uma saída positiva à força que criou na sociedade civil e mesmo a nível do Estado. O que é verdadeiramente o eurocomunismo, ou se quiseres, aquilo a que se poderia chamar a segunda fase do eurocomunismo? Por que é que o eurocomunismo actualmente parece bloqueado?

F.C. — Em primeiro lugar creio que não é demais precisar que o eurocomunismo é um fenómeno muito localizado: alguns PC importantes do mundo capitalista, do Sul da Europa, do Japão e algum outro.

TRANSFORMAÇÃO EM ESPANHA

Porém, há que situar isto no contexto dum problema muito mais geral que eu assinalai no meu livro sobre a crise do movimento comunista, e que é um dos factores importantes desta crise. É que, realmente, a Internacional Comunista (I.C.) não conseguiu nunca, salvo em alguns poucos países, desenvolver-se, constituir-se numa força política importante nos centros fundamentais do capitalismo: nos EUA, na Inglaterra, na Alemanha. Neste último país foi uma força que foi destruída, o que constitui um dos factos mais extraordinários da História do movimento comunista, que o grande PC alemão tenha desaparecido duma maneira quase total. Hoje é um pequeno grupo sectário. E, portanto, o eurocomunismo já nasce dentro deste fenómeno geral de falta de implantação nos centros fundamentais do capitalismo, não só dos PC em particular mas em geral também do marxismo.

O eurocomunismo é, pois, um fenómeno localizado que adquire a sua importância sobretudo pelo facto de que diz respeito aos PC mais importantes no mundo capitalista, em países onde justamente a crise do capitalismo se converteu numa crise política, numa crise da Democracia Cristã em Itália, do gaullismo em França, do franquismo em Espanha. E na sequência deste fenómeno, desta evolução dos PC e dada precisamente essa crise capitalista e essa crise política, podia desencadear-se um novo curso que se poderia repercutir depois nos outros países capitalistas. Daí a importância e a esperança que suscitou tal fenómeno no qual se via a busca duma nova estratégia de avanço para o socialismo, uma ruptura com os modelos de Leste e inclusive um começo da transformação desses partidos em relação ao que têm sido tradicionalmente. Contudo este começo, vê-se hoje claramente (e eu assinalo isso no meu livro porque isso já era perceptível) é um processo muito contraditório, e, quando se pensa um pouco nele, é evidente que não podia deixar de ser contraditório. É um processo no qual os velhos factores, os velhos elementos, os velhos aspectos estalinistas, o modelo de partido criado no contexto da I.C. se misturam contraditoriamente com novos aspectos, com novos fenómenos, com a tentativa de enveredar por um novo caminho, uma nova maneira de ser desses partidos. E esta contradição do processo também não se desenvolve linearmente, num sentido progressivo da sua própria superação positiva, mas desenvolve-se, sim, com fluxos e refluxos, com uma luta interna que tem diversas alternativas, diversos momentos, que se vêem quando se observa a situação concreta de cada um desses partidos.

No PCF houve uma fase em que parecia que havia um começo de transformação no partido, uma busca real duma nova estratégia, ainda que com todas as limitações que tinha a União da Esquerda. O mesmo se passou no PCI. No PCE também houve um

processo duma certa democratização. Em todos eles têm uma importância fundamental a sua ruptura com a subordinação anterior ao centro soviético. E isto não era somente um problema exterior, era também um problema que se repercutia profundamente no funcionamento destes partidos, nas suas concepções políticas e ideológicas, porém, tudo isto, como já disse, não é um processo linear, é contraditório.

Na minha opinião seria totalmente erróneo pensar, como há bastantes que pensam, que se trata de um processo que não tem perspectivas, que chegou ao fim e que já não vai chegar mais longe. Por exemplo, no PCE, que é o que naturalmente conheço melhor, está fora de dúvida que nele houve uma certa democratização interna, sobretudo a partir do 9.º Congresso. Isto, todavia, é limitado, não vai ainda muito longe, não se reflectiu de modo correspondente às mudanças e ao debate que há na base e no seio do partido, não se reflectiu numa mudança nos órgãos dirigentes. Porém, a minha impressão é que tudo isso vai continuar e não se vai deter. No PCF, vimos que depois da involução sectária do partido, do seu papel e da sua responsabilidade na ruptura da União da Esquerda, dos retrocessos que houve em relação a uma situação anterior, apareceu um movimento de

EUROCOMUNISMO: PROCESSO QUE NÃO CHEGOU AO FIM

Dolores Ibárruri, "La Pasionaria", e Santiago Carrillo.



contestação muito importante dentro do partido que noutras ocasiões teria terminado com uma série de expulsões, o que actualmente não se deu. E a mim parece-me provável, ainda que não de uma maneira radical, que na perspectiva da preparação do próximo Congresso, haja talvez um passo em frente na evolução interna do partido. Por tudo isto creio que não há que considerar o eurocomunismo um fenómeno liquidado, mas que tem perspectivas, e se bem que não seja irremediável que essas perspectivas avancem, há contudo a possibilidade de que as mesmas continuem a existir.

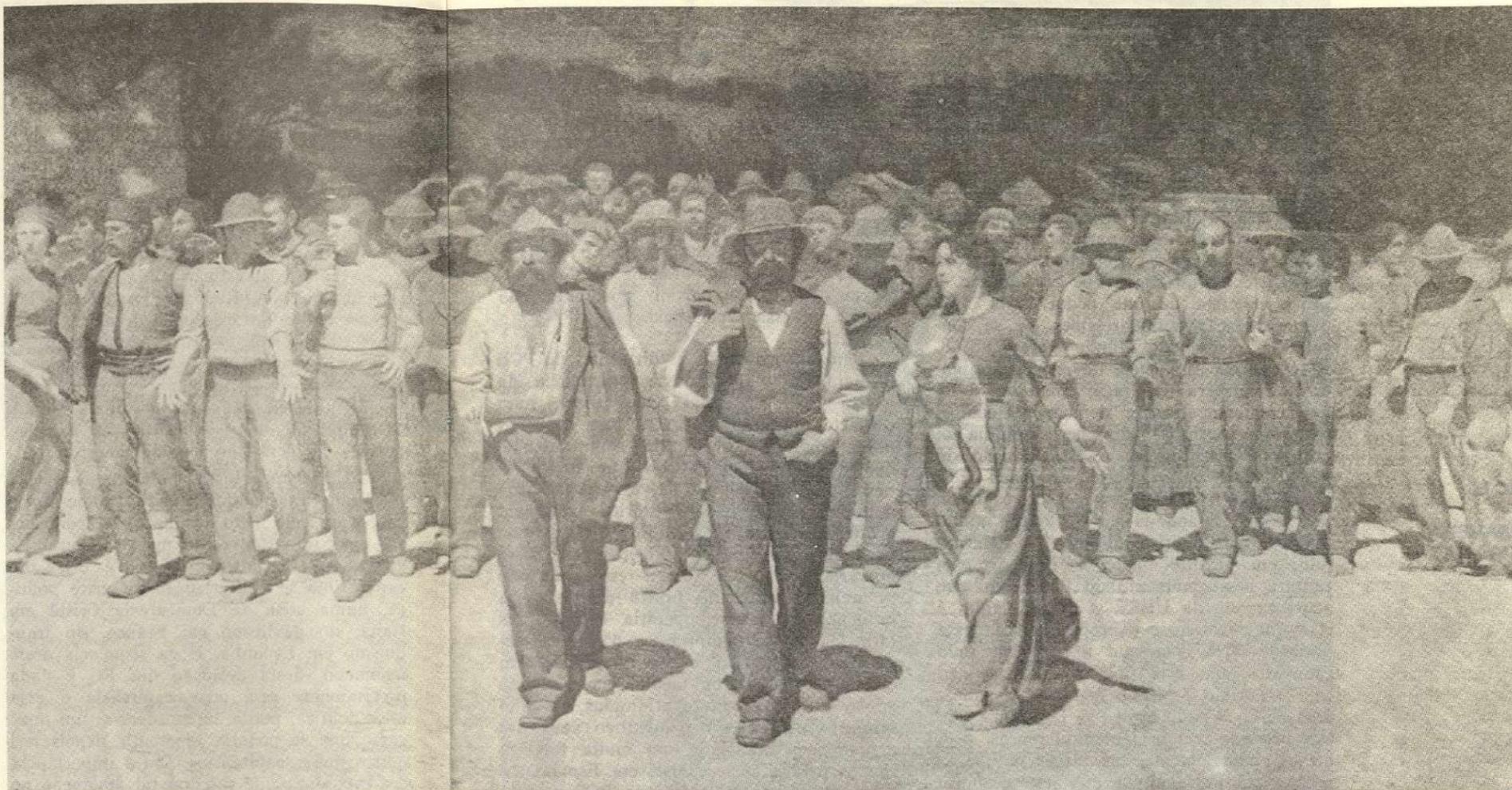
A. — Como é que explicas então que possa ainda existir na Europa ocidental um PC como o português, que sob um certo ponto de vista tem posições aparentemente mais radicais, que conserva um certo ar "duro", que luta contra a burguesia (o PCP diz-se "o partido da classe operária") utilizando uma linguagem à primeira vista mais de "esquerda", mais radical, mais de classe, seja, por outro lado, um partido extremamente "direitista" em relação ao seu funcionamento, à democracia interna, à transparência das suas contradições. Disseste que uma questão importante para ti foi a ruptura com Moscovo. Que hipóteses podes avançar para se compreender a subsistência das posições extremamente dependentes, estalinistas do PCP? Esse tipo de posições em geral, sem entrar em pormenores, explica-se só pela dependência exterior, ou também pela composição da classe operária em Portugal, a sua "juventude", a sua formação recente, a sua falta de hábitos democráticos e políticos?

F.C. — Receio não poder dar uma explicação satisfatória. Uma de tipo muito geral é que todo o processo de transformação de uma série de PC é muito influenciado pelas tradições históricas, pela formação que teve cada um desses partidos o que não depende...

A. — O PCP é de origem anarquista e anarco-sindicalista, ao contrário dos outros, sabes?

F.C. — No PCE também há uma componente anarco-sindicalista na sua formação, na sua origem, muito importante. O meu amigo José Diaz era anarco-sindicalista e foi secretário-geral do partido pouco depois de sair do anarco-sindicalismo.

Diz-se em geral que o eurocomunismo é a busca — e que está muito determinado por isto — duma nova estratégia para a revolução socialista nos países de capitalismo desenvolvido. Contudo, vemos que um PC como o da Áustria onde houve um núcleo que se orientava num sentido eurocomunista, este foi eliminado e esse partido é hoje estalinista. Na Dinamarca e na RFA é quase igual. Nos EUA o mesmo. O que



quer dizer que esta condicionante que é a característica da sociedade em geral não é suficiente para determinar a mudança, a formação histórica e ideológica desses partidos. As vicissitudes por que passaram, o tipo da sua dependência em relação a Moscovo, as características dos seus dirigentes influíram de tal maneira que têm impedido uma evolução porque, claro, essa evolução não é algo inexorável.

Portanto, não é forçoso que os partidos comunistas em capitalismo se desenvolvam nessa linha eurocomunista. Contudo a perspectiva real é a deles evoluírem nesse sentido ou continuarem a ser o que têm sido, uma força muito minoritária, voltada sobre si mesma, isolada da sociedade. No entanto poder-se-ão manter, a ideologia tem muita força, determinado sistema ideológico pode manter a coesão de um grupo. Vêem-se tantos grupúsculos...

A. — Tu dizes "continuarem a ser uma força minoritária", mas, por exemplo, o PCP é uma força mais importante do que o PCE eleitoralmente, e os comunistas portugueses, depois das eleições, usaram isso contra os espanhóis dizendo: "Vejam! Vejam!..."

F.C. — Eu quando penso um pouco no PCP, não sei porquê lembro-me sempre do PCF. Quer dizer, esse obreirismo do PCF que constitui uma grande força e, ao

mesmo tempo, um grande obstáculo para a sua transformação e para o seu desenvolvimento. O PCF também foi um dos últimos e que com mais dificuldades efectuou a sua ruptura em relação à subordinação ao centro soviético.

Penso que talvez isso também possa ser função da maneira como se operou o processo de luta contra a ditadura. Em Espanha, no processo de luta contra a ditadura, muito tempo antes da morte de Franco, inclusive desde a segunda metade dos anos 50, começaram a aparecer uma série de forças da burguesia que apesar de não se terem constituído formalmente como forças políticas tiveram um papel bastante importante na decomposição da ditadura franquista. O PCE compreendeu com bastante antecedência a importância destas correntes que apareciam no seio do próprio ditadura. Daí a nossa reflexão e a nossa política de reconciliação nacional, quer dizer, nós víamos que uma série de sectores sociais, de núcleos que haviam estado no campo dos vencedores começavam a reagir contra a ditadura e que era muito importante encontrar uma política de aproximação junto destas forças que superasse a barreira artificial que a própria ditadura estabelecia entre vencedores e vencidos da guerra. Penso que isto preparou muito o

PCE para a evolução posterior. A necessidade de encontrar uma política e uma linguagem de aliança com todas essas forças.

No processo de procura destas alianças que começámos muito cedo — esta viragem política começa em 1956 —, um obstáculo objectivo importante era a dependência em que aparecia o partido face aos sistemas de Leste, da qual começámos a tomar consciência, uns mais outros menos. Justamente as minhas divergências e de outros com a maioria da direcção eram acerca deste problema, da necessidade duma ruptura muito mais aberta com o estalinismo, porém, isto não quer dizer que esta consciência não existisse também em Carrillo e nos outros, se bem que com atraso. Isto foi-se agudizando cada vez mais sobretudo após o caso da Checoslováquia, quando nós já estávamos na direcção do partido, tanto mais que as outras forças políticas de oposição à ditadura dentro do campo da burguesia tornavam-se mais evidentes, sobretudo entre as profissões liberais. Isto ajudou também — e é importante — para a tática que utilizávamos no terreno operário e sindical, de aproveitamento das possibilidades legais, dentro dos sindicatos verticais, surgindo o movimento das Comissões Obreras que assentava em grande

EUROCOMUNISMO
NISMO
PROCESSO
QUE NÃO
CHEGOU A
RIM

ACERCA
DO P.C.
PORTUGUÊS

contestação muito importante dentro do partido que noutras ocasiões teria terminado com uma série de expulsões, o que actualmente não se deu. E a mim parece-me provável, ainda que não de uma maneira radical, que na perspectiva da preparação do próximo Congresso, haja talvez um passo em frente na evolução interna do partido. Por tudo isto creio que não há que considerar o eurocomunismo um fenómeno liquidado, mas que tem perspectivas, e se bem que não seja irremediável que essas perspectivas avancem, há contudo a possibilidade de que as mesmas continuem a existir.

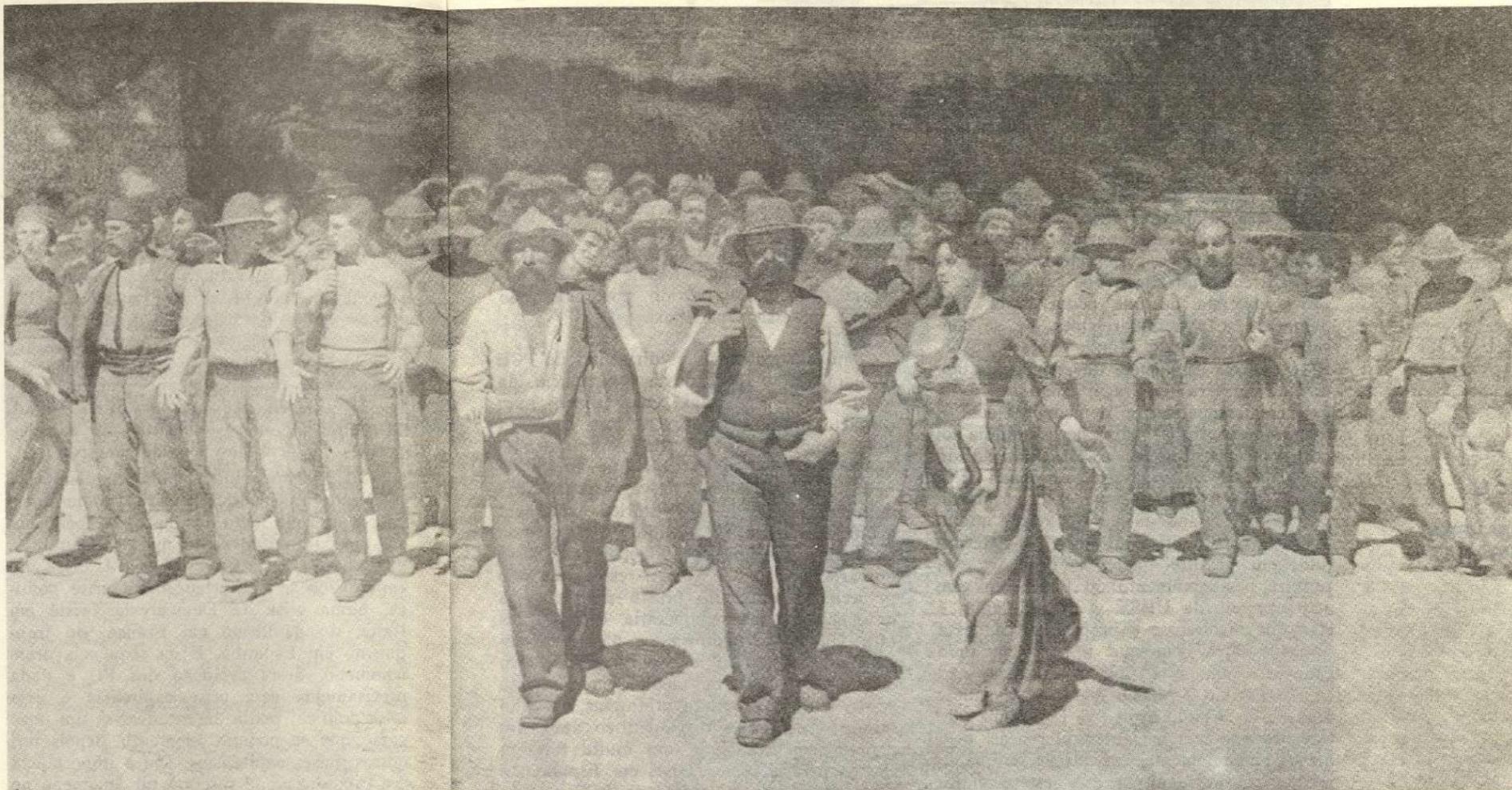
A. — Como é que explicas então que possa ainda existir na Europa ocidental um PC como o português, que sob um certo ponto de vista tem posições aparentemente mais radicais, que conserva um certo ar "duro", que luta contra a burguesia (o PCP diz-se "o partido da classe operária") utilizando uma linguagem à primeira vista mais de "esquerda", mais radical, mais de classe, seja, por outro lado, um partido extremamente "direitista" em relação ao seu funcionamento, à democracia interna, à transparência das suas contradições. Disseste que uma questão importante para ti foi a ruptura com Moscovo. Que hipóteses podes avançar para se compreender a subsistência das posições extremamente dependentes, estalinistas do PCP? Esse tipo de posições em geral, sem entrar em pormenores, explica-se só pela dependência exterior, ou também pela composição da classe operária em Portugal, a sua "juventude", a sua formação recente, a sua falta de hábitos democráticos e políticos?

F.C. — Receio não poder dar uma explicação satisfatória. Uma de tipo muito geral é que todo o processo de transformação de uma série de PC é muito influenciado pelas tradições históricas, pela formação que teve cada um desses partidos o que não depende...

A. — O PCP é de origem anarquista e anarco-sindicalista, ao contrário dos outros, sabes?

F.C. — No PCE também há uma componente anarco-sindicalista na sua formação, na sua origem, muito importante. O meu amigo José Diaz era anarco-sindicalista e foi secretário-geral do partido pouco depois de sair do anarco-sindicalismo.

Diz-se em geral que o eurocomunismo é a busca — e que está muito determinado por isto — duma nova estratégia para a revolução socialista nos países de capitalismo desenvolvido. Contudo, vemos que um PC como o da Áustria onde houve um núcleo que se orientava num sentido eurocomunista, este foi eliminado e esse partido é hoje estalinista. Na Dinamarca e na RFA é quase igual. Nos EUA o mesmo. O que



quer dizer que esta condicionante que é a característica da sociedade em geral não é suficiente para determinar a mudança, a formação histórica e ideológica desses partidos. As vicissitudes por que passaram, o tipo da sua dependência em relação a Moscovo, as características dos seus dirigentes influenciaram de tal maneira que têm impedido uma evolução porque, claro, essa evolução não é algo inexorável.

Portanto, não é forçoso que os partidos comunistas em capitalismo se desenvolvam nessa linha eurocomunista. Contudo a perspectiva real é a deles evoluírem nesse sentido ou continuarem a ser o que têm sido, uma força muito minoritária, voltada sobre si mesma, isolada da sociedade. No entanto poder-se-ão manter, a ideologia tem muita força, determinado sistema ideológico pode manter a coesão de um grupo. Vêem-se tantos grupúsculos...

A. — Tu dizes "continuarem a ser uma força minoritária", mas, por exemplo, o PCP é uma força mais importante do que o PCE eleitoralmente, e os comunistas portugueses, depois das eleições, usaram isso contra os espanhóis dizendo: "Vejam! Vejam!..."

F.C. — Eu quando penso um pouco no PCP, não sei porquê lembro-me sempre do PCF. Quer dizer, esse obreirismo do PCF que constitui uma grande força e, ao

mesmo tempo, um grande obstáculo para a sua transformação e para o seu desenvolvimento. O PCF também foi um dos últimos e que com mais dificuldades efectuou a sua ruptura em relação à subordinação ao centro soviético.

Penso que talvez isso também possa ser função da maneira como se operou o processo de luta contra a ditadura. Em Espanha, no processo de luta contra a ditadura, muito tempo antes da morte de Franco, inclusive desde a segunda metade dos anos 50, começaram a aparecer uma série de forças da burguesia que apesar de não se terem constituído formalmente como forças políticas tiveram um papel bastante importante na decomposição da ditadura franquista. O PCE compreendeu com bastante antecedência a importância destas correntes que apareciam no seio do próprio ditadura. Daí a nossa reflexão e a nossa política de reconciliação nacional, quer dizer, nós víamos que uma série de sectores sociais, de núcleos que haviam estado no campo dos vencedores começavam a reagir contra a ditadura e que era muito importante encontrar uma política de aproximação junto destas forças que superasse a barreira artificial que a própria ditadura estabelecia entre vencedores e vencidos da guerra. Penso que isto preparou muito o

PCE para a evolução posterior. A necessidade de encontrar uma política e uma linguagem de aliança com todas essas forças.

No processo de procura destas alianças que começámos muito cedo — esta viragem política começa em 1956 —, um obstáculo objectivo importante era a dependência em que aparecia o partido face aos sistemas de Leste, da qual começámos a tomar consciência, uns mais outros menos. Justamente as minhas divergências e de outros com a maioria da direcção eram acerca deste problema, da necessidade duma ruptura muito mais aberta com o estalinismo, porém, isto não quer dizer que esta consciência não existisse também em Carrillo e nos outros, se bem que com atraso. Isto foi-se agudizando cada vez mais sobretudo após o caso da Checoslováquia, quando nós já estávamos na direcção do partido, tanto mais que as outras forças políticas de oposição à ditadura dentro do campo da burguesia tornavam-se mais evidentes, sobretudo entre as profissões liberais. Isto ajudou também — e é importante — para a tática que utilizávamos no terreno operário e sindical, de aproveitamento das possibilidades legais, dentro dos sindicatos verticais, surgindo o movimento das Comissões Obreras que assentava em grande

ACERCA DO P.C. PORTUGUÊS

contestação muito importante dentro do partido que noutras ocasiões teria terminado com uma série de expulsões, o que actualmente não se deu. E a mim parece-me provável, ainda que não de uma maneira radical, que na perspectiva da preparação do próximo Congresso, haja talvez um passo em frente na evolução interna do partido. Por tudo isto creio que não há que considerar o eurocomunismo um fenómeno liquidado, mas que tem perspectivas, e se bem que não seja irremediável que essas perspectivas avancem, há contudo a possibilidade de que as mesmas continuem a existir.

A. — Como é que explicas então que possa ainda existir na Europa ocidental um PC como o português, que sob um certo ponto de vista tem posições aparentemente mais radicais, que conserva um certo ar "duro", que luta contra a burguesia (o PCP diz-se "o partido da classe operária") utilizando uma linguagem à primeira vista mais de "esquerda", mais radical, mais de classe, seja, por outro lado, um partido extremamente "direitista" em relação ao seu funcionamento, à democracia interna, à transparência das suas contradições. Disseste que uma questão importante para ti foi a ruptura com Moscovo. Que hipóteses podes avançar para se compreender a subsistência das posições extremamente dependentes, estalinistas do PCP? Esse tipo de posições em geral, sem entrar em pormenores, explica-se só pela dependência exterior, ou também pela composição da classe operária em Portugal, a sua "juventude", a sua formação recente, a sua falta de hábitos democráticos e políticos?

F.C. — Receio não poder dar uma explicação satisfatória. Uma de tipo muito geral é que todo o processo de transformação de uma série de PC é muito influenciado pelas tradições históricas, pela formação que teve cada um desses partidos o que não depende...

A. — O PCP é de origem anarquista e anarco-sindicalista, ao contrário dos outros, sabes?

F.C. — No PCE também há uma componente anarco-sindicalista na sua formação, na sua origem, muito importante. O meu amigo José Diaz era anarco-sindicalista e foi secretário-geral do partido pouco depois de sair do anarco-sindicalismo.

Diz-se em geral que o eurocomunismo é a busca — e que está muito determinado por isto — duma nova estratégia para a revolução socialista nos países de capitalismo desenvolvido. Contudo, vemos que um PC como o da Áustria onde houve um núcleo que se orientava num sentido eurocomunista, este foi eliminado e esse partido é hoje estalinista. Na Dinamarca e na RFA é quase igual. Nos EUA o mesmo. O que



quer dizer que esta condicionante que é a característica da sociedade em geral não é suficiente para determinar a mudança, a formação histórica e ideológica desses partidos. As vicissitudes por que passaram, o tipo da sua dependência em relação a Moscovo, as características dos seus dirigentes influíram de tal maneira que têm impedido uma evolução porque, claro, essa evolução não é algo inexorável.

Portanto, não é forçoso que os partidos comunistas em capitalismo se desenvolvam nessa linha eurocomunista. Contudo a perspectiva real é a deles evoluírem nesse sentido ou continuarem a ser o que têm sido, uma força muito minoritária, voltada sobre si mesma, isolada da sociedade. No entanto poder-se-ão manter, a ideologia tem muita força, determinado sistema ideológico pode manter a coesão de um grupo. Vêem-se tantos grupúsculos...

A. — Tu dizes "continuarem a ser uma força minoritária", mas, por exemplo, o PCP é uma força mais importante do que o PCE eleitoralmente, e os comunistas portugueses, depois das eleições, usaram isso contra os espanhóis dizendo: "Vejam! Vejam!..."

F.C. — Eu quando penso um pouco no PCP, não sei porquê lembro-me sempre do PCF. Quer dizer, esse obreirismo do PCF que constitui uma grande força e, ao

ACERCA DO P.C. PORTUGUÊS



mesmo tempo, um grande obstáculo para a sua transformação e para o seu desenvolvimento. O PCF também foi um dos últimos e que com mais dificuldades efectuou a sua ruptura em relação à subordinação ao centro soviético.

Penso que talvez isso também possa ser função da maneira como se operou o processo de luta contra a ditadura. Em Espanha, no processo de luta contra a ditadura, muito tempo antes da morte de Franco, inclusive desde a segunda metade dos anos 50, começaram a aparecer uma série de forças da burguesia que apesar de não se terem constituído formalmente como forças políticas tiveram um papel bastante importante na decomposição da ditadura franquista. O PCE compreendeu com bastante antecedência a importância destas correntes que apareciam no seio do próprio ditadura. Daí a nossa reflexão e a nossa política de reconciliação nacional, quer dizer, nós víamos que uma série de sectores sociais, de núcleos que haviam estado no campo dos vencedores começavam a reagir contra a ditadura e que era muito importante encontrar uma política de aproximação junto destas forças que superasse a barreira artificial que a própria ditadura estabelecia entre vencedores e vencidos da guerra. Penso que isto preparou muito o

PCE para a evolução posterior. A necessidade de encontrar uma política e uma linguagem de aliança com todas essas forças.

No processo de procura destas alianças que começámos muito cedo — esta viragem política começa em 1956 —, um obstáculo objectivo importante era a dependência em que aparecia o partido face aos sistemas de Leste, da qual começámos a tomar consciência, uns mais outros menos. Justamente as minhas divergências e de outros com a maioria da direcção eram acerca deste problema, da necessidade duma ruptura muito mais aberta com o estalinismo, porém, isto não quer dizer que esta consciência não existisse também em Carrillo e nos outros, se bem que com atraso. Isto foi-se agudizando cada vez mais sobretudo após o caso da Checoslováquia, quando nós já estávamos na direcção do partido, tanto mais que as outras forças políticas de oposição à ditadura dentro do campo da burguesia tornavam-se mais evidentes, sobretudo entre as profissões liberais. Isto ajudou também — e é importante — para a tática que utilizávamos no terreno operário e sindical, de aproveitamento das possibilidades legais, dentro dos sindicatos verticais, surgindo o movimento das Comisiones Obreras que assentava em grande

O P.C.E.
E A
PRIMAVERA
DE PRAGA

parte na utilização destas possibilidades, o que obrigava também a buscar alianças de toda uma série de elementos no campo operário que politicamente não eram comunistas. Tudo isto conduzia, portanto, a que aparecesse claramente uma contradição entre esta política e a subordinação aos países de Leste.

Isto explica que quando se produziram alterações no partido checoslovaco, se iniciou a evolução desse partido, o seu novo curso, que tudo fosse acolhido pela direcção do PCE como um maná que caía do céu, a prova concreta de que podia haver uma democratização desses regimes. Se se consultar a colecção do Mundo Obrero de 68, vê-se que ela está cheia de artigos exaltando a Primavera de Praga, como prova de que era compatível a democracia com o socialismo. A invasão da Checoslováquia foi um golpe muito duro a esta posição do PCE que o punha entre a espada e a parede. Se a aceitassem e não reagissem face a ela, criar-se-ia uma situação muito difícil na sua política interior. Isto determinou, em grande parte, a reacção e a ruptura nesse momento do PCE com esse acto concreto da URSS. A partir daqui, é claro, desenvolveu-se a própria lógica dessa posição e fez com que fosse acentuando cada vez mais este tipo de ruptura, não com o Partido Soviético mas com a subordinação ao Partido Soviético. Parece-me que este processo tem bastantes diferenças, pelo menos aparentemente, em relação ao que se passou em Portugal. O PCP esteve muito mais no "ghetto" da ditadura, muito mais isolado, ao que me parece, doutras forças sociais e políticas.

A. — Mesmo em Portugal a principal força de oposição eram mais os movimentos de libertação do que a oposição interna.

F.C. — Outro factor parece-me ser a questão do grupo dirigente, que me parece muito importante.

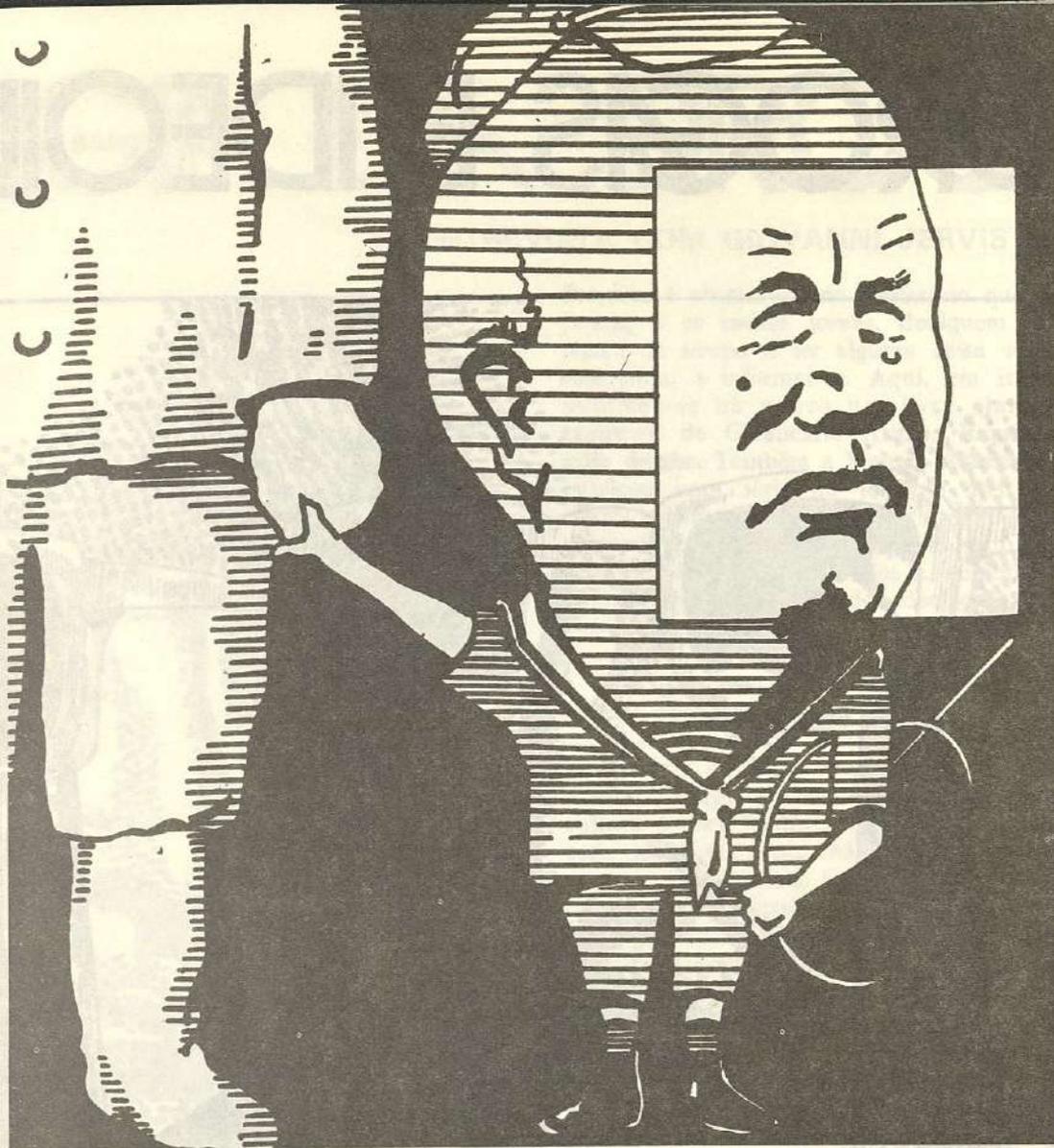
Eu conheci Alvaro Cunhal em circunstâncias muito particulares. Em 1945 passei ilegalmente por Lisboa, vinha da América Latina em direcção a França. Estive um mês clandestino em Lisboa e a direcção do PCP tinha que organizar a continuação da minha viagem num barco de pesca. Demorei muito a estabelecer a ligação com eles, porque o contacto que tinha não funcionava eficazmente. Eles tinham o "posto de comando" numas montanhas a noroeste de Lisboa, era muito difícil lá chegar, tinha que se ir de camioneta, depois de bicicleta. Sei que era uma região muito montanhosa, numa casita no campo muito isolada e aí eu conheci Cunhal, passei uns dias com ele e fez-me uma grande impressão. Era um homem capaz, com uma grande cultura, e neste sentido muito diferente do tipo de dirigente do PCE. Não só sabia de política e marxismo, como conhecia bem a História de Portugal, tinha escrito um livro, e este

homem que teve um peso enorme na formação do partido, foi um homem que passou a vida na prisão ou na clandestinidade portuguesa ou em Moscovo. Enquanto que nós, os dirigentes do PCE, éramos gente que em primeiro lugar — e creio isto muito importante quanto às diferentes formações —, passámos pela guerra civil, e a guerra civil foi também uma experiência de governo, uma experiência de relação muito estreita com as outras forças políticas, de realização, digamos, na prática e naquela situação histórica da viragem do 7.º Congresso da I.C. O partido português não passou por essa experiência.

Para além do mais os dirigentes do PCE formaram-se, depois dessa experiência da guerra civil, no exílio. Quer dizer, num contacto muito mais directo com todos os novos fenómenos que havia, com o debate dentro do marxismo. Creio que isto também tem influência. Talvez todas estas diferenças de formação histórica expliquem a diferença entre um partido e o outro. Isto porque o problema da influência na classe operária que o PCP tem — creio que é o primeiro partido do ponto de vista da influência na classe operária e das suas raízes na classe operária —, não é incompatível nem com a posição estalinista nem com o sectarismo, na medida em que isso apoia, tem raízes muito profundas, no mito que da revolução de Outubro saiu um regime socialista. Isto tem muita força a classe operária, pelo menos em Espanha, e vê-se em muitos militantes do PCE a ideia de que a revolução de Outubro é uma grande revolução, na qual as forças de vanguarda prosseguiram um projecto socialista, coisa que é real, é uma verdadeira história, mas que daí tenha saído um sistema que não é socialista já é mais difícil de perceber.

Para além deste factor, pode ter importância o facto de que apesar de Portugal pertencer à área capitalista europeia — é evidentemente um país capitalista —, as estruturas económicas portuguesas, as estruturas agrárias de tipo tradicional, têm um peso muito maior do que em Espanha. Em Espanha, durante a República, o proletariado agrícola eram três milhões numa população de 20 milhões. Hoje o proletariado agrícola não chega a 900.000 numa população de 30 e tantos milhões de habitantes. Penso que é um dado muito diferente de Portugal. E justamente, julgo eu, o proletariado agrícola, é um estrato da classe operária que pelas suas características é muito receptivo a uma política de tipo sectário.

A. — Uma última questão mais pessoal, se estás de acordo. Tu continuas fora dos partidos, saíste do PCE nos anos 60, mantens-te como homem de esquerda independente. O que é que isto significa para ti? Significa que não estás de acordo com os



Kroutchev, desenho de Vasco, do álbum "Situações, faces e formas" (Ed. Cultarte)

partidos, que tomas posições contra os partidos? Ainda acreditas no partido político como instrumento de transformação política?

F.C. — Evidentemente que acredito nos partidos políticos, ou não seria marxista. Julgo que pode haver circunstâncias em que se pode fazer um trabalho ideológico e político sem obrigatoriamente se estar num partido. No seu caso são circunstâncias pessoais. Creio que me seria muito difícil estar hoje no PCE se bem que — já o disse antes — ainda que não esteja totalmente de acordo, parece-me haver um processo de transformação desse partido. Porém, por razões pessoais, pela maneira como saí do partido, pelo tipo de relações com os seus dirigentes, ser-me-ia difícil estar aí. Se bem que haja uma maior margem de liberdade e discussão dentro do partido, é evidente que eu não poderia manter as opiniões que mantenho, tanto políticas como teóricas, estando dentro do partido. Sentir-me-ia coarctado.

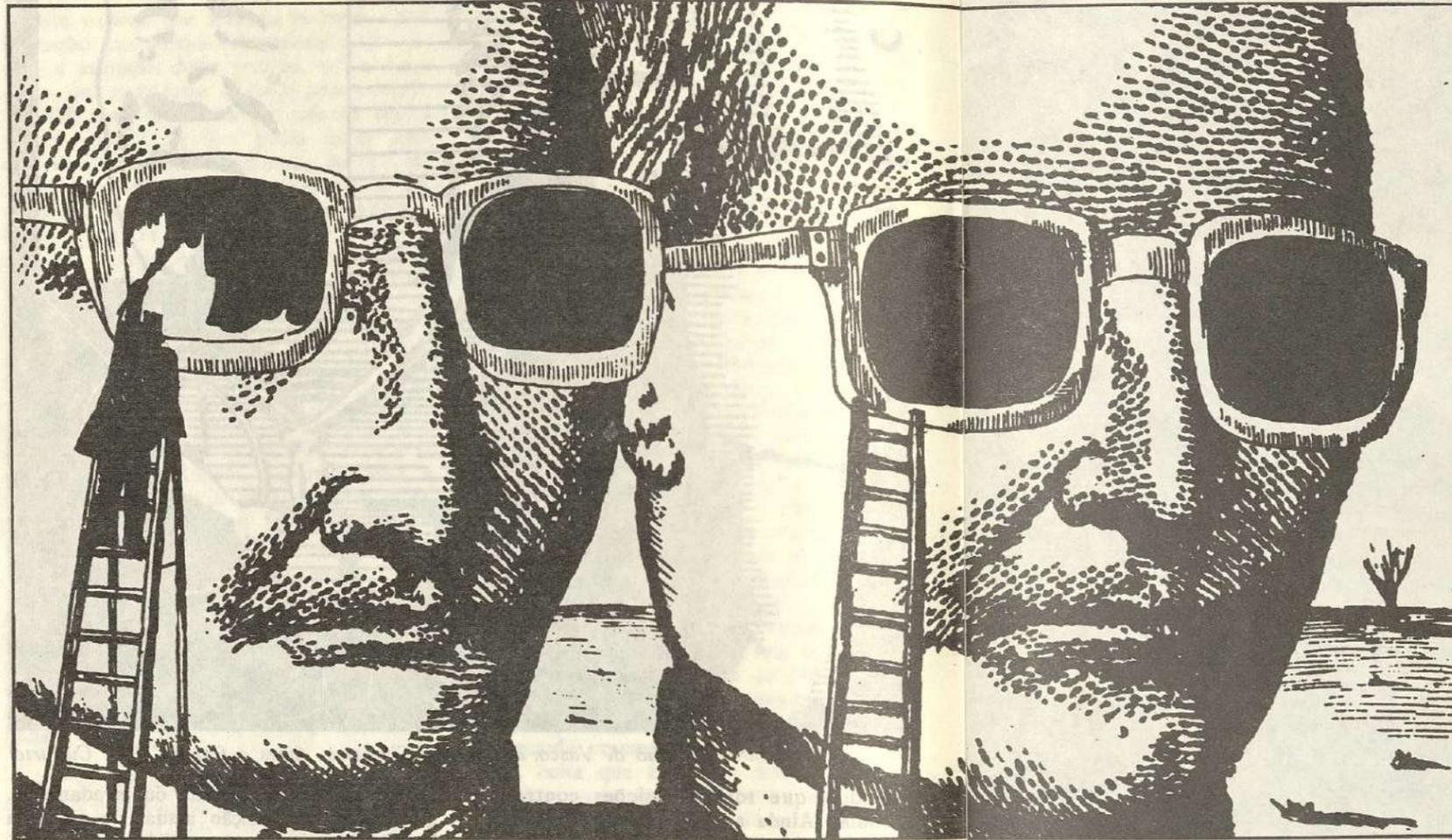
Outra possibilidade é o PSOE. É uma enorme força, muito pouco formado organicamente como partido, é uma massa eleitoral pouco formada ideologicamente, é um campo de luta entre diferentes tendências.

Porém considero, acertada ou erradamente, que na minha posição actual de marxista independente, com uma actividade de publicista e de contactos — dou muitas conferências a que assistem em geral comunistas e socialistas —, com relações com quadros dum e doutro partido, posso desenvolver um trabalho mais eficaz, numa perspectiva de contribuir para o entendimento destas duas forças que, de momento e infelizmente, têm relações bastante más — o que não poderia fazer se entrasse numa ou noutra. Neste sentido, a revista que temos, **Zona Abierta**, que entra numa nova etapa, queremos que seja um factor que contribua para propiciar o debate sem nenhuma espécie de diplomacia, chegando ao fundo dos problemas e com um tipo correcto de polémica. Finalmente há uma outra razão de tipo muito mais pessoal, é que também me interessa continuar a trabalhar numa série de questões, de problemas do marxismo, e nas condições actuais da Espanha, se te metes a fundo na acção política isso torna-se impossível. Estas são as razões. ■

(Entrevista recolhida em Barcelona, em 30 de Setembro passado, por Pedro Rodrigues e Fernando Pereira Marques.)

DROGAS E IDEOLOGIA DA DROGA

ENTREVISTA COM GIOVANNI JERVIS (x)



É possível dar uma definição da droga?

— Há uma grande confusão a esse respeito. Seria preciso redefinir muitas definições. Por exemplo, a maioria das vezes que se fala da "droga" em geral, não só não se diz nada, mas sim, o que é pior ainda, estimula-se uma falsa visão do problema. Não existe "a droga"; existem muitas substâncias, absolutamente heterogêneas que se podem considerar "drogas". São substâncias químicas voluptuosas, voluntariamente ingeridas na medida em que produzem modificações desejadas das condições psíquicas. Estas modificações podem ser de diferentes tipos. Algumas drogas são "legais", outras estão proibidas. As principais drogas legais são o álcool, os psicofármacos, o tabaco, a cafeína. As drogas proibidas são os opiáceos (entre os quais está a heroína), a cocaína, o chamado cannabis indiano, e os chamados alucinogêneos, como o LSD e outros.

Poder-se-á então dizer que as drogas em sentido estrito são aquelas substâncias tóxi-

cas que determinam um hábito, entendendo-se por isto que o organismo se acostuma a elas e as exige?

— Não creio que se possa falar de drogas "em sentido estrito", identificando-as com as substâncias mais venenosas que produzem hábito ou que estão proibidas. As drogas mais prejudiciais não são as que estão proibidas, sim as que são permitidas. O álcool é um veneno, produz hábito, e as consequências do seu consumo no indivíduo, na coletividade e na vida social são desastrosas. No Ocidente, o álcool causa mais estragos do que a heroína. Inclusivamente o fumo dos cigarros provoca morte por cancro no pulmão e infartos, e as pessoas que morrem por esta razão são muito mais numerosas do que as que morrem por ingerir drogas "proibidas". Entre as drogas proibidas encontra-se o cânhamo indiano (o cannabis que se fuma sob forma de haxixe ou de marijuana), que tem uma toxicidade escassíssima e que não produz hábito. A cocaína também não produz hábito, no sentido de que o organis-

mo não se acostuma a ela e não a exige, no entanto é muito tóxica.

Os alucinogêneos não produzem hábito e em contrapartida estão proibidos. E poderíamos continuar a citar muitos exemplos. Os psicofármacos têm efeitos distintos e hoje constituem a verdadeira e principal "droga do sistema"; as pessoas que os usam diariamente, exactamente como o álcool ou outras drogas e não conseguem prescindir dos mesmos, contam-se por milhares.

Pensas que existe desinformação a este respeito inclusivamente entre os jovens?

— Os jovens são os que estão melhor informados, mas, em geral, as ideias das pessoas acerca deste tema são muito confusas; e sobretudo há muitos preconceitos, concepções irracionais, mitologias, ideologias... E o que é pena é que acerca disto haveria que articular um discurso muito vasto e complexo, não se pode clarificar o problema com umas quantas fórmulas lapidárias ou com uma entrevista deste tipo.

Por isso é absolutamente necessário que os jovens, e os menos jovens, dediquem um pouco de tempo a ler alguma coisa sobre este tema, a informar-se. Aqui, em Itália, publicou-se há pouco um livro claro e exaustivo de Giancarlo Arnao, **Rapporto sulle droghe**. Também a **Stampa Alternativa** publicou uma série de folhetos úteis de contra-informação, e eu próprio escrevi recentemente um artigo em que trato de clarificar uma série de dados e, sobretudo, de examinar o significado ideológico dos mesmos(1)

Por que razão certas drogas estão proibidas e outras são legais?

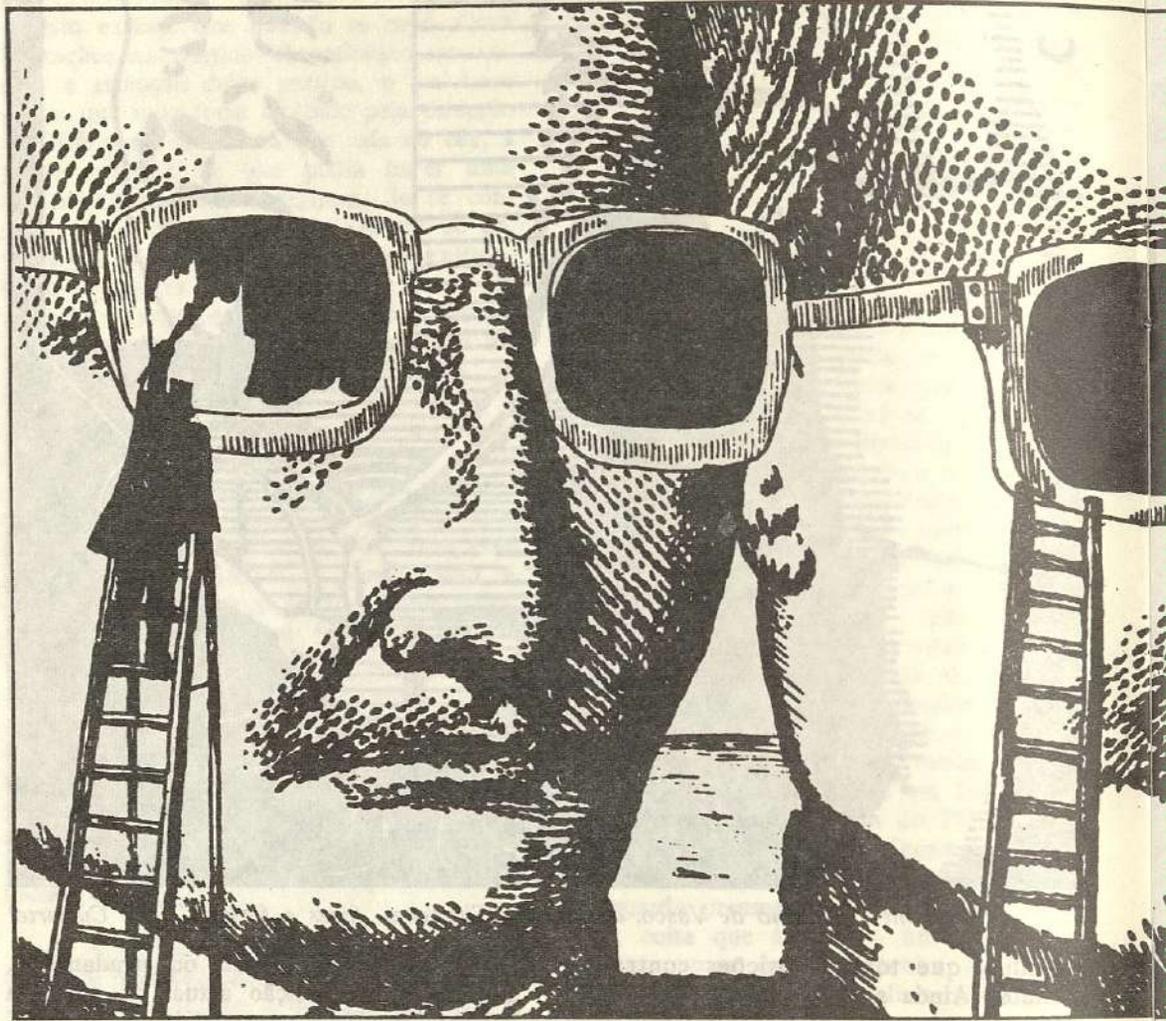
— A resposta é histórica e varia de uma para outra droga. O álcool, por exemplo, é legal na medida em que a nossa cultura é uma "cultura do álcool", e hoje, para além do mais, há uma quantidade enorme de interesses industriais que favorecem o seu consumo. E no entanto há uma ignorância extrema acerca dos danos individuais e sociais que provoca. Pensa no significado dessa descarada publicidade que insinua que um pouco de alcoolismo não faz nenhum mal. Seria como se os placards publicitários estivessem cheios de anúncios às cores dizendo: "Heroína tailandesa Super-Flash, contra o desgaste da vida moderna...", ou ainda como na publicidade de muitos psicofármacos tranquilizantes: "Contra o stress citadino", etc. Não tem nada de lógico, não há nenhum motivo racional para proibir os opiáceos e tolerar o álcool. Para não falar na proibição do cannabis.

Significa isso que a heroína virá a ser liberalizada?

— Não. Significa que é preciso lutar contra os produtos alcoólicos, contra os psicofármacos e contra a lógica implícita no seu consumo. Isto não significa que se deva proibi-los: quando na América proibiram o consumo do álcool, passou-se o que agora se passa com a heroína. O álcool converteu-se no símbolo do proibido, da transgressão, num paraíso artificial, e todos os seus consumidores passavam rapidamente de um uso moderado ao abuso; o tráfico cresceu e prosperou graças a isso, os poderes públicos sucumbiram à corrupção, etc. Exactamente o mesmo que se está passando agora com a heroína. No caso da heroína, no entanto, há também um interesse específico do poder estadual em difundi-la entre os militantes para os destruir. Seja como for, devido a uma série de mecanismos que seria demasiado vasto examinar aqui, a proibição de qualquer droga cria automaticamente uma cultura antagónica da própria droga,



DROGAS E IDEOLOGIA



O P.C.S.
E A
PRIMAVERA
DE PARIS

É possível dar uma definição da droga?

— Há uma grande confusão a esse respeito. Seria preciso redefinir muitas definições. Por exemplo, a maioria das vezes que se fala da "droga" em geral, não só não se diz nada, mas sim, o que é pior ainda, estimula-se uma falsa visão do problema. Não existe "a droga"; existem **mul-tas** substâncias, absolutamente heterogêneas que se podem considerar "drogas". São substâncias químicas voluptuosas, voluntariamente ingeridas na medida em que produzem modificações desejadas das condições psíquicas. Estas modificações podem ser de diferentes tipos. Algumas drogas são "le-gais", outras estão proibidas. As principais drogas legais são o álcool, os psicofármacos, o tabaco, a cafeína. As drogas proibidas são os opiáceos (entre os quais está a heroína), a cocaína, o chamado cannabis indiano, e os chamados alucinogêneos, como o LSD e outros.

Poder-se-á então dizer que as drogas em sentido estrito são aquelas substâncias tóxi-

cas que determinam um hábito, entendendo-se por isto que o organismo se acostuma a elas e as exige?

— Não creio que se possa falar de drogas "em sentido estrito", identificando-as com as substâncias mais venenosas que produzem hábito ou que estão proibidas. As drogas mais prejudiciais não são as que estão proibidas, sim as que são permitidas. O álcool é um veneno, produz hábito, e as consequências do seu consumo no indivíduo, na colectividade e na vida social são desastrosas. No Ocidente, o álcool causa mais estragos do que a heroína. Inclusivamente o fumo dos cigarros provoca morte por cancro no pulmão e infartos, e as pessoas que morrem por esta razão são muito mais numerosas do que as que morrem por ingerir drogas "proibidas". Entre as drogas proibidas encontra-se o cânhamo indiano (o cannabis que se fuma sob forma de haxixe ou de marijuana), que tem uma toxicidade escassíssima e que não produz hábito. A cocaína também não produz hábito, no sentido de que o organis-

LOGIA DA DROGA

ENTREVISTA COM GIOVANNI JERVIS (x)



Por isso é absolutamente necessário que os jovens, e os menos jovens, dediquem um pouco de tempo a ler alguma coisa sobre este tema, a informar-se. Aqui, em Itália, publicou-se há pouco um livro claro e exaustivo de Gicancarlo Arnao, **Rapporto sulle droghe**. Também a **Stampa Alternativa** publicou uma série de folhetos úteis de contra-informação, e eu próprio escrevi recentemente um artigo em que trato de clarificar uma série de dados e, sobretudo, de examinar o significado ideológico dos mesmos(1)

Por que razão certas drogas estão proibidas e outras são legais?

— A resposta é histórica e varia de uma para outra droga. O álcool, por exemplo, é legal na medida em que a nossa cultura é uma "cultura do álcool", e hoje, para além do mais, há uma quantidade enorme de interesses industriais que favorecem o seu consumo. E no entanto há uma ignorância extrema acerca dos danos individuais e sociais que provoca. Pensa no significado dessa descarada publicidade que insinua que um pouco de alcoolismo não faz nenhum mal. Seria como se os placards publicitários estivessem cheios de anúncios às cores dizendo: "Heroína tailandesa Super-Flash, contra o desgaste da vida moderna...", ou ainda como na publicidade de muitos psicofármacos tranquilizantes: "Contra o stress citadino", etc. Não tem nada de lógico, não há nenhum motivo racional para proibir os opiáceos e tolerar o álcool. Para não falar na proibição do cannabis.

mo não se acostuma a ela e não a exige, no entanto é muito tóxica.

Os alucinogêneos não produzem hábito e em contrapartida estão proibidos. E poderíamos continuar a citar muitos exemplos. Os psicofármacos têm efeitos distintos e hoje constituem a verdadeira e principal "droga do sistema"; as pessoas que os usam diariamente, exactamente como o álcool ou outras drogas e não conseguem prescindir dos mesmos, contam-se por milhões.

Pensas que existe desinformação a este respeito inclusivamente entre os jovens?

— Os jovens são os que estão melhor informados, mas, em geral, as ideias das pessoas acerca deste tema são muito confusas; e sobretudo há muitos preconceitos, concepções irracionais, mitologias, ideologias... E o que é pena é que acerca disto haveria que articular um discurso muito vasto e complexo, não se pode clarificar o problema com umas quantas fórmulas lapidares ou com uma entrevista deste tipo.

Significa isso que a heroína virá a ser liberalizada?

— Não. Significa que é preciso lutar contra os produtos alcoólicos, contra os psicofármacos e contra a lógica implícita no seu consumo. Isto não significa que se deva proibi-los: quando na América proibiram o consumo do álcool, passou-se o que agora se passa com a heroína. O álcool converteu-se no símbolo do proibido, da transgressão, num paraíso artificial, e todos os seus consumidores passavam rapidamente de um uso moderado ao abuso; o tráfico cresceu e prosperou graças a isso, os poderes públicos sucumbiram à corrupção, etc. Exactamente o mesmo que se está passando agora com a heroína. No caso da heroína, no entanto, há também um interesse específico do poder estadual em difundir-la entre os militantes para os destruir. Seja como for, devido a uma série de mecanismos que seria demasiado vasto examinar aqui, a proibição de qualquer droga cria automaticamente uma cultura antagónica da própria droga,



incrementa a sua difusão ao mesmo tempo que se criminaliza o seu uso favorece-se o consumo clandestino, quando não coarctivo, desesperado e por vezes suicida. É certo, de qualquer modo, que no caso da heroína este processo se vê particularmente favorecido pela toxicidade da substância e pelo facto do seu uso provocar precocemente a aparição de penosos distúrbios cada vez que deixa de ser ministrada.

Acreditas que uma atitude mais tolerante em relação a quem consome drogas conduziria a uma diminuição da difusão das drogas proibidas?

— Sem dúvida nenhuma. Por um lado temos drogas que não só são permitidas, como activamente publicitadas, porque por detrás delas há interesses enormes, não só económicos como políticos; por outro lado, estão as drogas proibidas, algumas das quais, como é o caso da heroína, também há interesses industriais, comerciais e políticos, que se difundem clandestinamente.

Pois bem, as atitudes moralistas, punitivas, repressivas, disciplinares, fascistas, contra os consumidores de substâncias proibidas são a causa principal do alheamento destas pessoas em relação à política, às relações com os amigos; são as causas principais porque muitos jovens se “perdem”. Mas “perdem-se” em relação a quê? em relação à família que os aniquila, a umas relações sociais que são uma merda, a umas organizações políticas que não os compreendem, a uns “amigos” que, em vez de os ajudar, os repudiam.

És partidário da liberalização das drogas ligeiras?

— As drogas ligeiras como o cannabis e os produtos psicadélicos não têm nada em comum com as drogas duras como a heroína. Faço notar a propósito, que alguns psicofármacos, como os barbitúricos, as anfetaminas e vários analgésicos, devem ser considerados como drogas duras, altamente tóxicas, que criam habitude com muita facilidade, tal e qual como a heroína. Contudo são drogas lícitas e submetidas a um escassíssimo controlo. As drogas serão liberalizadas tarde ou cedo, sobretudo o cannabis. O cannabis só foi proibido a partir dos anos trinta; antes a ninguém tinha ocorrido compará-lo com substâncias altamente tóxicas como a heroína. Esta liberalização é já um facto em muitos estados ocidentais o que representa uma vitória do senso comum.

Mas, não será certo que ao mesmo tempo que existe uma cultura do álcool, de que já aprendemos a não abusar, existe uma cultura análoga das drogas proibidas?

— Não é verdade que tenhamos aprendido a não abusar do álcool. O alcoolismo está a sofrer um grande incremento, inclusive entre os militantes. Muitos deles



Pintura de Salvador Dalí

são toxicómanos sem o saber. São toxicómanos de álcool, e não há nenhuma diferença substancial com o sê-lo de outras substâncias. Alguém é toxicómano quando o tóxico passou a fazer parte, de um modo estável, da sua vida quotidiana, pelo que se torna muito difícil livrar-se dele, mesmo que o queira; é toxicómano na medida em que o tóxico produz danos no próprio organismo, na medida em que não consegue fazer o que deseja sem o tóxico, na medida em que o mesmo produz modificações psíquicas que em última instância se tornam nocivas para ele e para os demais. Para além disto, existe, e de que maneira, uma cultura das drogas proibidas. A cultura do cannabis existe e nem sempre é uma cultura “contracultural”, se me permites o jogo de palavras. Na América, centenas de milhares de adultos fumam marijuana em doses moderadas, e a sua é, sim, uma cultura da marijuana; no entanto é uma cultura “normalizada”, e não precisamente uma cultura de hippies ou de guedelhudos.

O consumo das drogas proibidas está particularmente difundido entre os estudantes da classe média?

— Não. Repito uma vez mais que o problema é mais complexo. No caso da heroína, por exemplo, os toxicómanos são sobretudo jovens proletários.

O consumo de drogas representa um obstáculo a um compromisso político activo?

— A tua pergunta, da forma como está posta, é um exemplo de como todo o problema é abordado de uma forma incorrecta. Que drogas? O cannabis? Que quantidade? Com que frequência? E, sobretudo, com que ideologia? O que conta, falei disso desenvolvadamente no artigo que citei atrás, é a ideologia da droga. Não é o consumo em si que conta, e, dentro de certos limites, nem sequer a própria substância que se ingere. Cada droga tem a sua própria ideologia. Muitos jovens assumem muitas drogas “proibidas” com muita ideologia, isto é, criam uma mística da sua droga. A mística da droga é sempre uma ideologia regressiva e a antipolítica. E aqui podiam-se acrescentar muitas outras coisas. Por exemplo, não há dúvida de que o uso constante do cannabis e de substâncias psicadélicas favorece uma ideologia contemplativa e abúlica.

No teu modo de ver, será que em geral as drogas constituem a eleição de uma forma de vida contraposta ao compromisso político?

— É preciso dar a volta à tua pergunta. Hoje existe, efectivamente, uma justa insatisfação massiva, sobretudo entre os jovens, em relação às formas tradicionais da militância política. Na minha opinião, esta insatisfação exprime-se pela busca de necessidades alternativas, de modos de vida

alternativos, de ideologias alternativas. Entre as muitas respostas provisórias, e entre as muitas formas de procura, surge por vezes o uso de certas drogas proibidas, como surgem outro tipo de coisas. É evidente que nenhum tipo de drogas é uma resposta; mas por vezes certas drogas, como as drogas ligeiras, cumprem de facto, quer se queira quer não, um papel nesta procura. O importante é não mitificá-las. O certo é que o problema das drogas remete para um problema muito mais vasto e sério: a crise da política tradicional e da ética tradicional. Neste sentido produziu-se um vazio. Repito que, na minha opinião, a solução não está na droga, da mesma maneira que também não é solução o espontaneísmo, nem sequer a mistificação da violência proletária. Porém, se as organizações políticas não se dão conta das tarefas e da mutação histórica que existe por detrás de tudo isto, em breve se verão ultrapassadas.

Pensas que numa sociedade livre as drogas não serão necessárias?

— Não sei como será exactamente uma sociedade sem classes, mas tenho a certeza que nem todas as contradições nem todos os sofrimentos serão abolidos. Talvez com o tempo se venham a ter drogas menos tóxicas, e o seu uso perderá importância. Mas aquilo que, sim, é evidente, é que estamos hoje a drogar-nos todos, com drogas lícitas ou ilícitas, porque não há outra maneira de “funcionar” nesta sociedade. ■



1) Refere-se ao artigo *L'ideologia della droga e la questione delle droghe leggere*, Quaderni Piacentini n.º 58-59, Piacenza, 1976.

(x) Giovanni Jervis nasceu em Florência em 1933 e diplomou-se em Medicina em 1957. É especialista em neurologia e psiquiatria e professor agregado de psiquiatria. Entre vários trabalhos é autor de *Manual critico de psiquiatria* (Faltrinelli, 1975) e *Il buon educatore* (Feltrinelli, 1977).

Entrevista publicada no *El Viejo Topo*, de Agosto 78. Tradução de F.P.M.

incrementa a sua difusão ao mesmo tempo que se criminaliza o seu uso favorece-se o consumo clandestino, quando não coactivo, desesperado e por vezes suicida. É certo, de qualquer modo, que no caso da heroína este processo se vê particularmente favorecido pela toxicidade da substância e pelo facto do seu uso provocar precocemente a aparição de penosos distúrbios cada vez que deixa de ser ministrada.

Acreditas que uma atitude mais tolerante em relação a quem consome drogas conduziria a uma diminuição da difusão das drogas proibidas?

— Sem dúvida nenhuma. Por um lado temos drogas que não só são permitidas, como activamente publicitadas, porque por detrás delas há interesses enormes, não só económicos como políticos; por outro lado, estão as drogas proibidas, nalgumas das quais, como é o caso da heroína, também há interesses industriais, comerciais e políticos, que se difundem clandestinamente.

Pois bem, as atitudes moralistas, punitivas, repressivas, disciplinares, fascistas, contra os consumidores de substâncias proibidas são a causa principal do alheamento destas pessoas em relação à política, às relações com os amigos; são as causas principais porque muitos jovens se “perdem”. Mas “perdem-se” em relação a quê? em relação à família que os aniquila, a umas relações sociais que são uma merda, a umas organizações políticas que não os compreendem, a uns “amigos” que, em vez de os ajudar, os repudiam.

És partidário da liberalização das drogas ligeiras?

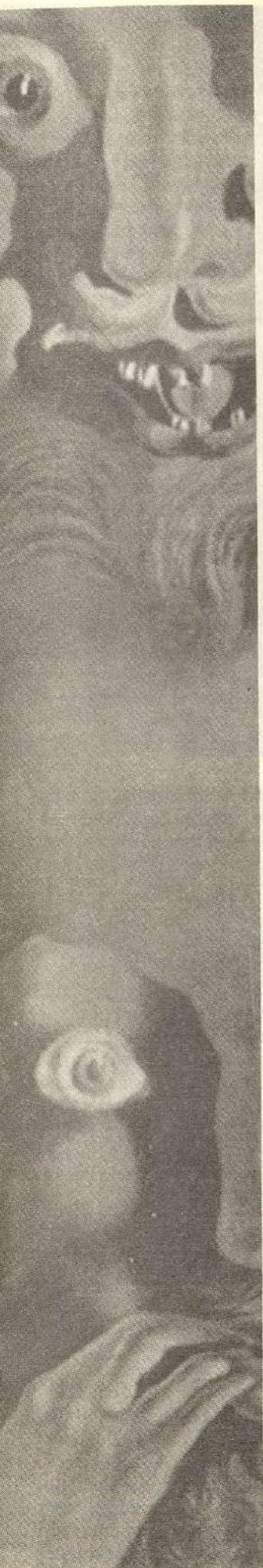
— As drogas ligeiras como o cannabis e os produtos psicadélicos não têm nada em comum com as drogas duras como a heroína. Faço notar a propósito, que alguns psicofármacos, como os barbitúricos, as anfetaminas e vários analgésicos, devem ser considerados como drogas duras, altamente tóxicas, que criam habituação com muita facilidade, tal e qual como a heroína. Contudo são drogas lícitas e submetidas a um escassíssimo controlo. As drogas serão liberalizadas tarde ou cedo, sobretudo o cannabis. O cannabis só foi proibido a partir dos anos trinta; antes a ninguém tinha ocorrido compará-lo com substâncias altamente tóxicas como a heroína. Esta liberalização é já um facto em muitos estados ocidentais o que representa uma vitória do senso comum.

Mas, não será certo que ao mesmo tempo que existe uma cultura do álcool, de que já aprendemos a não abusar, existe uma cultura análoga das drogas proibidas?

— Não é verdade que tenhamos aprendido a não abusar do álcool. O alcoolismo está a sofrer um grande incremento, inclusivamente entre os militantes. Muitos deles



Pintura de Salvador Dali



são toxicómanos sem o saber. São toxicómanos de álcool, e não há nenhuma diferença **substancial** com o sê-lo de outras substâncias. Alguém é toxicómano quando o tóxico passou a fazer parte, de um modo estável, da sua vida quotidiana, pelo que se torna muito difícil livrar-se dele, mesmo que o queira; é toxicómano na medida em que o tóxico produz danos no próprio organismo, na medida em que não consegue fazer o que deseja sem o tóxico, na medida em que o mesmo produz modificações psíquicas que em última instância se tornam nocivas para ele e para os demais. Para além disto, existe, e de que maneira, uma cultura das drogas proibidas. A cultura do cannabis existe e nem sempre é uma cultura "contracultural", se me permites o jogo de palavras. Na América, centenas de milhares de adultos fumam marijuana em doses moderadas, e a sua é, sim, uma cultura da marijuana; no entanto é uma cultura "normalizada", e não precisamente uma cultura de hippies ou de guedelhudos.

O consumo das drogas proibidas está particularmente difundido entre os estudantes da classe média?

— Não. Repito uma vez mais que o problema é mais complexo. No caso da heroína, por exemplo, os toxicómanos são sobretudo jovens proletários.

O consumo de drogas representa um obstáculo a um compromisso político ativo?

— A tua pergunta, da forma como está posta, é um exemplo de como todo o problema é abordado de uma forma incorrecta. Que drogas? O cannabis? Que quantidade? Com que frequência? E, sobretudo, com que ideologia? O que conta, falei disso desenvolvidamente no artigo que citei atrás, é a ideologia da droga. Não é o consumo em si que conta, e, dentro de certos limites, nem sequer a própria substância que se ingere. Cada droga tem a sua própria ideologia. Muitos jovens assumem muitas drogas "proibidas" com muita ideologia, isto é, criam uma mística da sua droga. A mística da droga é sempre uma ideologia regressiva e a antipolítica. E aqui podiam-se acrescentar muitas outras coisas. Por exemplo, não há dúvida de que o uso constante do cannabis e de substâncias psicadélicas favorece uma ideologia contemplativa e abúlica.

No teu modo de ver, será que em geral as drogas constituem a eleição de uma forma de vida contraposta ao compromisso político?

— É preciso dar a volta à tua pergunta. Hoje existe, efectivamente, uma justa insatisfação massiva, sobretudo entre os jovens, em relação às formas tradicionais da militância política. Na minha opinião, esta insatisfação exprime-se pela busca de necessidades alternativas, de modos de vida

alternativos, de ideologias alternativas. Entre as muitas respostas provisórias, e entre as muitas formas de procura, surge por vezes o uso de certas drogas proibidas, como surgem outro tipo de coisas. É evidente que nenhum tipo de drogas é uma **resposta**; mas por vezes certas drogas, como as drogas ligeiras, cumprem de facto, quer se queira quer não, um papel nesta **procura**. O importante é não mitificá-las. O certo é que o problema das drogas remete para um problema muito mais vasto e sério: a crise da política tradicional e da ética tradicional. Neste sentido produziu-se um vazio. Repito que, na minha opinião, a solução não está na droga, da mesma maneira que também não é solução o espontaneísmo, nem sequer a mistificação da violência proletária. Porém, se as organizações políticas não se dão conta das tarefas e da mutação histórica que existe por detrás de tudo isto, em breve se verão ultrapassadas.

Pensas que numa sociedade livre as drogas não serão necessárias?

— Não sei como será exactamente uma sociedade sem classes, mas tenho a certeza que nem todas as contradições nem todos os sofrimentos serão abolidos. Talvez com o tempo se venham a ter drogas menos tóxicas, e o seu uso perderá importância. Mas aquilo que, sim, é evidente, é que estamos hoje a drogar-nos todos, com drogas lícitas ou ilícitas, porque não há outra maneira de "funcionar" nesta sociedade.



1) Refere-se ao artigo *L'ideologia della droga e la questione delle droghe leggere*, Quaderni Piacentini n.º 58-59, Piacenza, 1976.

(x) Giovanni Jervis nasceu em Florência em 1933 e diplomou-se em Medicina em 1957. É especialista em neurologia e psiquiatria e professor agregado de psiquiatria. Entre vários trabalhos é autor de *Manual critico de psiquiatria* (Faltrinelli, 1975) e *Il buon educatore* (Feltrinelli, 1977).

Entrevista publicada no *El Viejo Topo*, de Agosto 78. Tradução de F.P.M.

PORTUGAL E A C.E.E.

(1) - Que integração

JOSÉ PEDRO PONTES

A ideologia subjacente à integração europeia funda-se sobre uma visão neoclássica do funcionamento do sistema económico. A supressão de discriminações entre unidades de produção pertencentes a quadros nacionais distintos (eliminação de barreiras aduaneiras, harmonização das políticas económicas dos Estados) conduziria a uma situação óptima, à maximização dos níveis de produção e bem-estar, cujas vantagens se repartiriam de modo "equitativo" entre todos os intervenientes no processo de integração. Como suporte teórico, recorre-se às categorias da estática concorrencial neoclássica, segundo a qual integração significa aumento da produtividade decorrente do aprofundamento da especialização internacional, da intensificação da concorrência e do aproveitamento de economias de escala em função do alargamento do mercado.

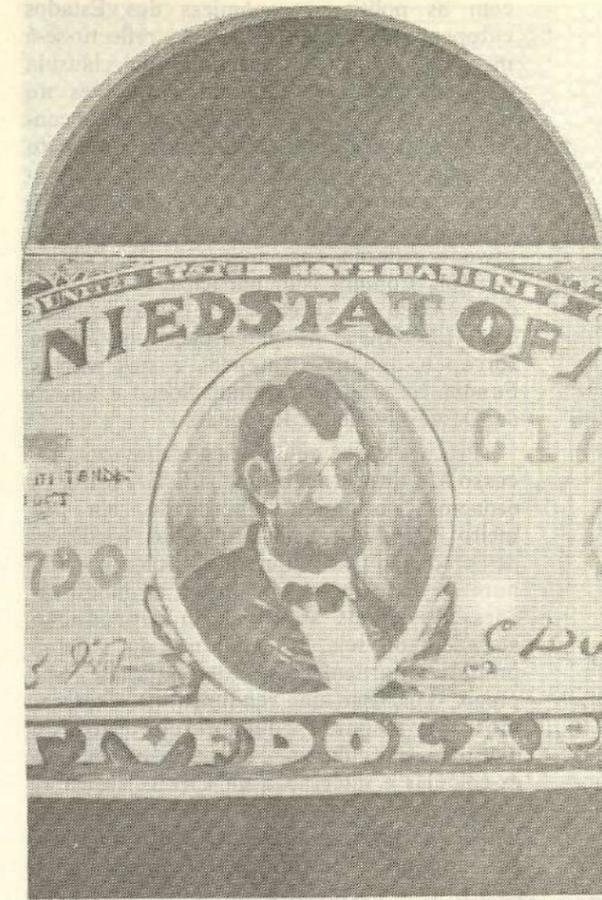
A ideologia da integração não resiste à prova do confronto com a realidade do desenvolvimento europeu nos últimos anos, caracterizado pelo aprofundamento dos desequilíbrios regionais. Assim, o relatório de 3 de Maio de 1973 da Comissão da C.E.E. sobre os problemas regionais na Comunidade alargada, fazendo o balanço da integração, nota que "... não é concebível que a Comunidade possa ter como efeito o reforço do processo de atracção da riqueza para os locais em que ela já se encontra". Utilizando como indicadores a situação dos rendimentos, a estagnação ou o declínio económico, o desemprego e os saldos migratórios



negativos, verifica que a diferenciação territorial da Europa se tem acentuado, reconhecendo que "... a Comunidade não teve, até ao momento, uma política regional global".

Em confronto com a ideologia da integração, a análise da realidade do capitalismo europeu permite descobrir, segundo a expressão de Marx, o "movimento real" dissimulado pelo "movimento aparente" — a integração não é uma iniciativa de autoridades nacionais procurando a constituição de um mercado em que a concorrência seria tão "pura e perfeita" quanto possível, em benefício de todos, mas um processo complexo que envolve elementos heterogêneos (regiões, firmas) cujo desenvolvimento desigual mantém e reproduz.

As perspectivas de integração de Portugal na C.E.E. não são de hoje, determinando a política económica do Estado Novo a partir do momento em que o esgotamento de um "desenvolvimento nacional" assente na substituição de importações e na construção de um espaço regional autónomo, definido pela exploração colonial, conduziu a uma integração mais estreita do capitalismo português no movimento geral de internacionalização da economia. A negociação, em 1972, pelo governo de Marcelo Caetano, de um Acordo Comercial Preferencial com a C.E.E. que previa a abertura do mercado europeu aos produtos industriais portugueses e a certos produtos agrícolas, segundo ritmos e prazos diferenciados, e uma redu-



ção progressiva — cuja etapa decisiva se localizava em 1980, devendo estar concluída em 1985 — de tarifas e restrições aplicadas aos produtos industriais importados da C.E.E., representa o culminar de um processo que se desenvolve ao longo da década de 60. Contudo, entre este Acordo, que foi objecto de renegociação (Protocolo Adicional de 1976), e a integração plena é referenciá-

vel um salto qualitativo que vai do sectorial ao global — a agricultura é abrangida apenas de um modo muito parcial e localizado no Acordo — e do simples alargamento do mercado de produtos, pelo levantamento de barreiras aduaneiras, ao alargamento do mercado de factores (mão-de-obra e capitais), à organização da concorrência e à coordenação da política económica nacional

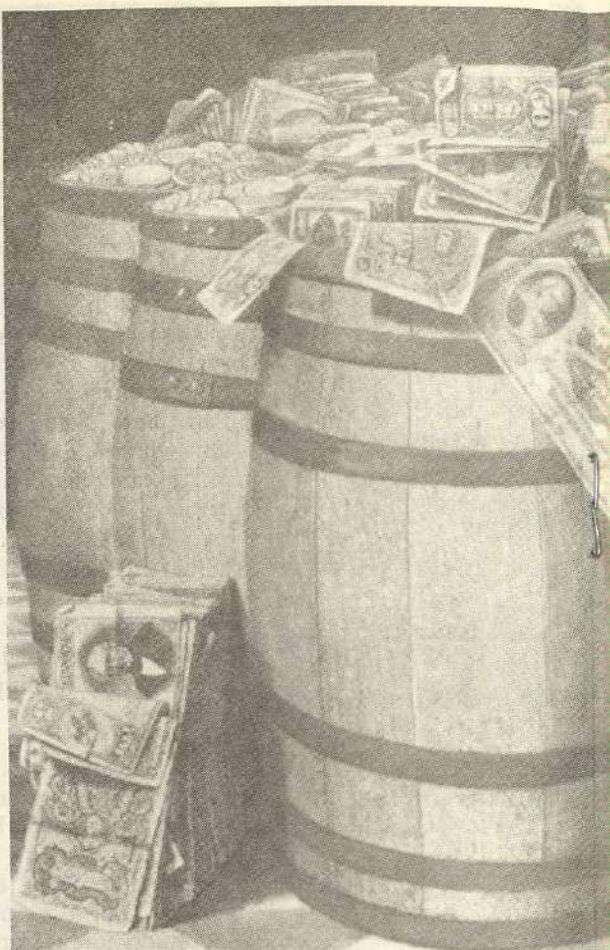
PORTUGAL E A C.E.E.

(1) - Que integração

JOSÉ PEDRO PONTES

A ideologia subjacente à integração europeia funda-se sobre uma visão neoclássica do funcionamento do sistema económico. A supressão de discriminações entre unidades de produção pertencentes a quadros nacionais distintos (eliminação de barreiras aduaneiras, harmonização das políticas económicas dos Estados) conduziria a uma situação óptima, à maximização dos níveis de produção e bem-estar, cujas vantagens se repartiriam de modo "equitativo" entre todos os intervenientes no processo de integração. Como suporte teórico, recorre-se às categorias da estática concorrencial neoclássica, segundo a qual integração significa aumento da produtividade decorrente do aprofundamento da especialização internacional, da intensificação da concorrência e do aproveitamento de economias de escala em função do alargamento do mercado.

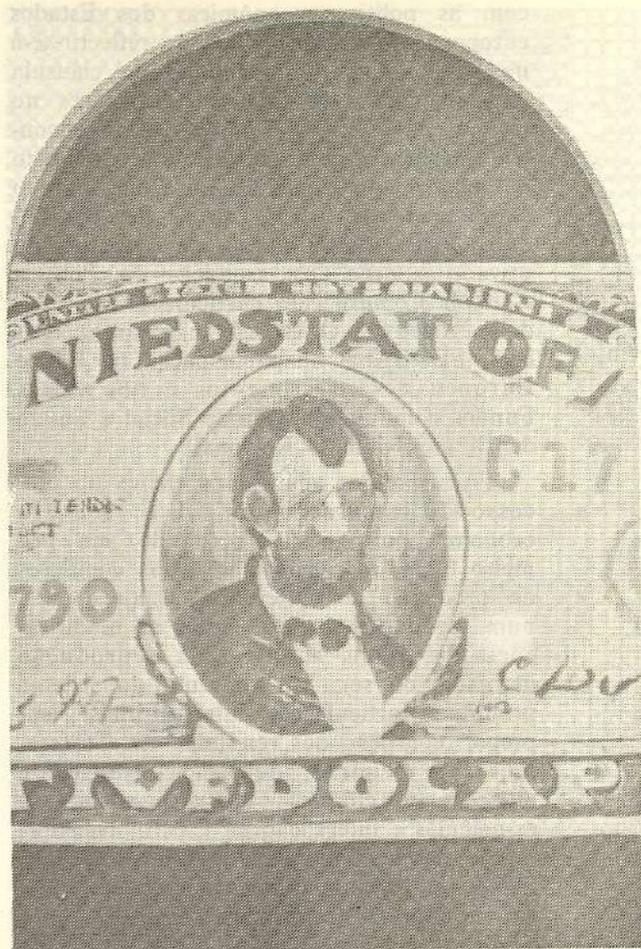
A ideologia da integração não resiste à prova do confronto com a realidade do desenvolvimento europeu nos últimos anos, caracterizado pelo aprofundamento dos desequilíbrios regionais. Assim, o relatório de 3 de Maio de 1973 da Comissão da C.E.E. sobre os problemas regionais na Comunidade alargada, fazendo o balanço da integração, nota que "... não é concebível que a Comunidade possa ter como efeito o reforço do processo de atracção da riqueza para os locais em que ela já se encontra". Utilizando como indicadores a situação dos rendimentos, a estagnação ou o declínio económico, o desemprego e os saldos migratórios



negativos, verifica que a diferenciação territorial da Europa se tem acentuado, reconhecendo que "... a Comunidade não teve, até ao momento, uma política regional global".

Em confronto com a ideologia da integração, a análise da realidade do capitalismo europeu permite descobrir, segundo a expressão de Marx, o "movimento real" dissimulado pelo "movimento aparente" — a integração não é uma iniciativa de autoridades nacionais procurando a constituição de um mercado em que a concorrência seria tão "pura e perfeita" quanto possível, em benefício de todos, mas um processo complexo que envolve elementos heterogêneos (regiões, firmas) cujo desenvolvimento desigual mantém e reproduz.

As perspectivas de integração de Portugal na C.E.E. não são de hoje, determinando a política económica do Estado Novo a partir do momento em que o esgotamento de um "desenvolvimento nacional" assente na substituição de importações e na construção de um espaço regional autónomo, definido pela exploração colonial, conduziu a uma integração mais estreita do capitalismo português no movimento geral de internacionalização da economia. A negociação, em 1972, pelo governo de Marcelo Caetano, de um Acordo Comercial Preferencial com a C.E.E. que previa a abertura do mercado europeu aos produtos industriais portugueses e a certos produtos agrícolas, segundo ritmos e prazos diferenciados, e uma redu-



ção progressiva — cuja etapa decisiva se localizava em 1980, devendo estar concluída em 1985 — de tarifas e restrições aplicadas aos produtos industriais importados da C.E.E., representa o culminar de um processo que se desenvolve ao longo da década de 60. Contudo, entre este Acordo, que foi objecto de renegociação (Protocolo Adicional de 1976), e a integração plena é referenciá-

vel um salto qualitativo que vai do sectorial ao global — a agricultura é abrangida apenas de um modo muito parcial e localizado no Acordo — e do simples alargamento do mercado de produtos, pelo levantamento de barreiras aduaneiras, ao alargamento do mercado de factores (mão-de-obra e capitais), à organização da concorrência e à coordenação da política económica nacional

A ECONOMIA PORTUGUESA E A INTEGRAÇÃO NA C.E.E.

com as políticas económicas dos Estados europeus. Na prática, a adesão reflectir-se-á na possibilidade de beneficiar da cláusula de livre circulação de trabalhadores no interior da C.E.E. — o que não se encontra assegurado, contudo, segundo o projecto de relatório da Comissão Europeia sobre o alargamento da C.E.E., de 19 de Abril — num fluxo mais intenso de investimento privado externo, na aceitação da Política Agrícola Comum com participação no Fundo Europeu de Orientação e garantia agrícola (FEOGA) e na participação no Banco Europeu de Investimentos e nos vários Fundos comunitários (Fundo Social e Fundo de Desenvolvimento Regional).

Procuraremos analisar os efeitos do processo de integração na C.E.E. sobre a economia portuguesa, abordando, em primeiro lugar, a transformação das condições de produção nos diferentes sectores para, num segundo momento, situar as modificações previsíveis ao nível da reprodução alargada, ou seja, do conjunto do sistema produtivo (articulações intersectoriais, emprego, repartição dos rendimentos). Trataremos, em seguida, de um conjunto de questões específicas — cooperação com as ex-colónias e integração na C.E.E.; transformação das modalidades de intervenção do Estado na economia; relação entre a política económica conjuntural imposta pelo F.M.I. e a perspectiva de longo prazo de adesão à C.E.E.

A entrada no Mercado Comum significará a aceleração do processo de “regressão” da agricultura, característico da evolução do complexo agro-alimentar no contexto do capitalismo maduro. “Regressão” que se caracteriza por acréscimos de produtividade conseguidos pela redução da superfície cultivada e do emprego, pela diminuição do número de explorações, pelo alargamento da sua dimensão média, pela “intensificação capitalística” (mecanização) do processo produtivo. Este processo, meio de sustentação do lucro industrial — em particular, da indústria alimentar — e do alargamento do mercado para a indústria fornecedora de inputs, desenvolve-se num contexto de internacionalização, ou seja, de unificação do mercado, com o alinhamento, ao nível dos preços, das pequenas unidades pela grande exploração racionalizada, das regiões de agricultura tradicional pelas de agricultura capitalista.

No contexto europeu, a “regressão” significa também estagnação ou, inclusivamente, decréscimo do produto, já que a agricultura comunitária apresenta excedentes consideráveis em cerca de 72% da produção, abrangendo produtos essenciais como os cereais, o açúcar, o leite, a carne de bovino, o vinho, certas frutas e legumes. A sobreprodução agrícola obriga a “intervencções” vultuosas, do ponto de vista financeiro (2011 unidades de conta em 1968/69; 4700 em 1975) do FEOGA, que procede à compra de excedentes de certos produtos

(principalmente cereais e açúcar) com o objectivo de impedir a descida do preço do mercado abaixo de um mínimo garantido, ou conduz, no caso de produtos não garantidos pelas “intervencções” (vinho, frutas), a graves crises de realização. A situação ao nível do mercado dos produtos agrícolas parecerá ainda mais crítica se tivermos em conta que desde 1972, e na sequência do relatório Mannsholt de 1968, o FEOGA TENDE a afectar os recursos de um modo diferente, reduzindo os encargos financeiros com as operações de garantia de preços mínimos, que atrasam o ritmo da “regressão”, desviando-os para operações ditas de “orientação”, ou seja, de apoio à reconversão das estruturas fundiárias.

A situação da agricultura comunitária permite compreender os motivos que levaram Bela Balassa na Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa promovida pelo M.I.T. a afirmar que Portugal não detinha uma “vocação agrícola” no quadro de uma especialização ao nível do espaço económico europeu, sendo de excluir a hipótese da expansão da produção de vinho ou de concentrado de tomate dada a deficiente capacidade e absorção externa. É também reveladora a perspectiva contida no relatório sobre Política Agrícola apresentado por Estácio e Egbert à referida Conferência, em que, atribuindo-se a prioridade ao aumento da produtividade com o objectivo de alinhar os preços nacionais pelos preços comunitários, se assinalava como um dos principais meios a redução da superfície cultivada, libertando-se cerca de 2 milhões de hectares de terras actualmente cultivadas, mas supostamente desprovidas de aptidão agrícola, para a florestação, a exploração silvo-pastoril ou outras utilizações. Esta proposta de “regressão” da agricultura tem como aspectos fundamentais:

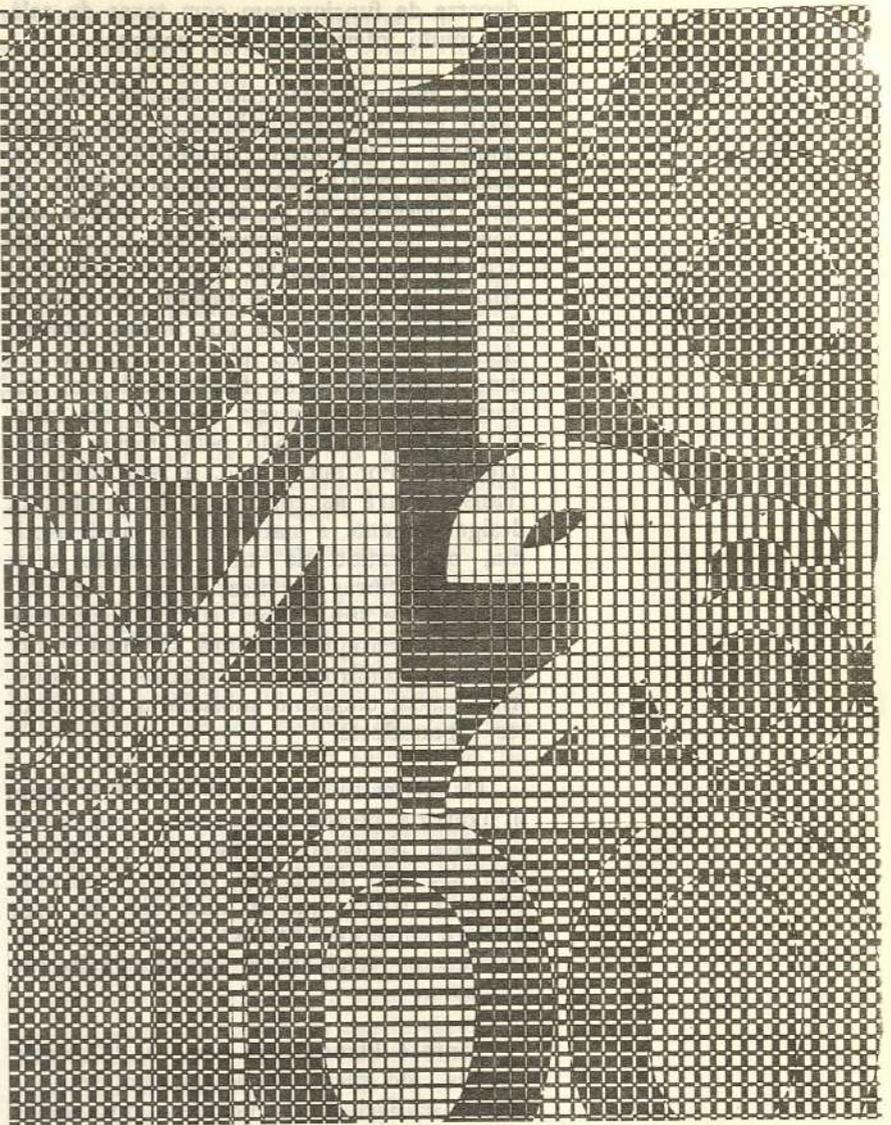
a) Impondo a quase-estagnação do produto nos sectores em que a C.E.E. é excedentária e impedindo a substituição de importações, implica a manutenção de taxas de auto-aprovisionamento alimentar particularmente baixas não só no domínio dos bens de consumo final, mas também ao nível das matérias-primas, como o milho e os bagaços, que entram no fabrico das rações necessárias à avicultura e à pecuária. A economia portuguesa depende totalmente do exterior para o aprovisionamento de açúcar e sorgo; em mais de 90% para os bagaços; em mais de 50% para os óleos comestíveis e o milho utilizado na alimentação animal; em 50% para o bacalhau; em mais de 30% para os cereais panificáveis a manteiga, o pescado e a carne de bovino.

A manutenção de baixas taxas de auto-aprovisionamento alimentar é um componente da escassa capacidade de importação e financiamento que explica, designadamente, a natureza recessiva da actual política económica conjuntural. Por essa razão, o documento de “Grandes Opções” do plano 79/84 refere-se à concretização de projectos

de substituição de importações no plano agrícola — “São de assinalar, nas duas hipóteses, as taxas de crescimento relativamente elevadas da agricultura e da pecuária, principalmente no último biénio (1982/84), das pescas e das indústrias extractivas. O crescimento elevado destes sectores resulta fundamentalmente da substituição de importações”, que permitiria, nos anos finais do período do plano, dissociar a taxa de crescimento do produto (5,1% na Hip. 1, 6,1% na Hip. 2) da progressão das importações (0,4% na Hip. 1, 1,4% na Hip. 2). Esta política agrícola não parece, contudo, compatível com a perspectiva de integração na C.E.E. subjacente à elaboração do documento. Como refere o relatório sobre “Relações externas” anexo ao Plano 77/80 — “A fundamentação de uma estratégia de produção agrícola conduzida na perspectiva de adesão à C.E.E. pode sintetizar-se nos seguintes termos: teremos que ser prudentes em relação a culturas e respectivas produções que, fomentadas internamente para se substituírem de imediato a importações onerosas, venham a colidir frontalmente (e, mesmo que a perspectiva do mercado mundial seja favorável) com idênticas culturas e produções em relação às quais a C.E.E. seja excedentária e possa reduzir em melhores condições de custo e produtividade.” (pág. 65)

b) A internacionalização da produção, o alinhamento dos preços nacionais pelos preços comunitários, que, por sua vez, tendem a aproximar-se dos preços da agricultura americana, determinará acréscimos de produtividade obtidos pela redução da superfície cultivada, do produto e do emprego. A. Ramos dos Santos em “O emprego nos anos 80: a hipótese de integração na C.E.E.” (Economia e Socialismo, n.º 25 e 26) adopta a previsão do IV Plano de Fomento — estabilidade do actual nível de emprego até 1980 e uma saída líquida média anual de 29 mil nos anos consecutivos. As “Grandes Opções” do Plano 79/84 prevêem um êxodo de 39,9 milhares de activos na Hip. 1 e 10,1 na Hip. 2. A estagnação do produto torna impensável a elevação dos níveis de consumo alimentar da população que se situam entre os mais baixos da Europa Ocidental — em 1970, a disponibilidade de carne por habitante era de 95 g diárias em Portugal, contra 136g em Itália, 256 g em França e 209 g em Inglaterra. Aparece, assim, como claro que a subordinação da agricultura nacional à agricultura comunitária e ao lucro industrial agrava a dependência alimentar, a situação do mercado de trabalho e comprime os níveis alimentares da população.

A situação dos sectores “tradicionais” da indústria, como o alimentar e o têxtil, num quadro de integração rápida na C.E.E. é semelhante — reestruturação industrial pressupondo concentração produtiva e contracção da base ocupacional. A. Ramos dos



Santos (art. citado) estima a redução líquida do emprego nos sectores “tradicionais” da indústria em 20.000 activos no período 1978/80, 50.000 no período 1980/85 e 60.000 entre 1985 e 1990. As “Grandes Opções” calculam em 53,1 milhares na Hip. 1, e 40,9 na Hip. 2 a redução do emprego no sector “têxteis, vestuário e calçado” durante o período 79/84.

O sector têxtil e a indústria alimentar são sectores “dispersos” com um valor reduzido de produto per capita (48,1 contos por trabalhador na têxtil algodoeira, contra 98,8 no conjunto da indústria transformadora, em 1971), apresentando, contudo, acentuados desníveis de dimensionamento e composição orgânica do capital. A reestruturação industrial associada ao processo de integração não decorrerá tanto da concorrência do sector têxtil de alta produtividade dos países industrializados, como das indústrias localizadas em países subdesenvolvidos, designadamente nos países do Norte de África — Marrocos, Tunísia e Argélia, com que a C.E.E. assinou acordos preferenciais de cooperação em 1976 — e nos países africanos que integram a Convenção de Lomé. Indústrias cuja competitividade

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CRESCIMENTO

decorre de funcionarem com taxas de salário muito inferiores à taxa nacional.

A reestruturação de sectores como o têxtil e a indústria alimentar, que correspondem a uma parte significativa das exportações, não revestirá apenas a forma de uma concentração ao nível do espaço económico nacional, desenvolvendo-se no quadro de um processo que passará pela criação de filiais ou a tomada de controle de empresas existentes por firmas transnacionais. No caso do têxtil, assistir-se-á a uma subordinação da fição/tecelagem, suporte de uma burguesia nacional em crise, ao vestuário, dominado pelas firmas transnacionais. Por outro lado, a reestruturação transformará as condições de produção, designadamente a natureza da matéria-prima, no sentido de uma utilização mais intensa de fibras sintéticas. Com o estabelecimento de uma nova fileira produtiva refinação/petroquímica/fibra sintética/têxtil/vestuário, confirma-se a vocação da indústria pesada, enquanto subsidiária dos sectores exportadores.

Os efeitos da integração na C.E.E. sobre a indústria pesada (siderurgia e metalurgia de base, refinação, petroquímica, cimento) não são tão fáceis de prever. Podemos, contudo, supor que a indústria de base oscilará entre uma relativa estagnação e um crescimento tendente à internacionalização do sector.

Tanto o Plano 77/80 como as "Grandes Opções" do plano 79/84 prevêm um aumento sensível da participação dos ramos "pesados" no produto industrial. Segundo o primeiro, o sector das "Químicas e derivados do petróleo" (13,6% do P.I. em 1975) passará a representar 16,5% do P.I. em 1980, enquanto que o sector da "metalurgia, máquinas e material de transporte" (31,2% em 1975) corresponderá a 32,4%.

A internacionalização que caracteriza este crescimento revela-se na importância do mercado imperialista, como destino de uma fracção apreciável do produto. Objectivo explícito do Plano 77/80 — constituição de um "núcleo moderno de exportação" — a reorientação para o mercado externo encontra-se presente nas "Grandes Opções" do plano 79/84, em 18% para a metalurgia de base, 9% para as químicas. Contudo, a função decisiva do crescimento da indústria pesada, no contexto do processo de internacionalização, não consistirá na exportação directa, mas num papel subsidiário em relação a sectores exportadores que, como o têxtil, a metalomecânica ligeira e a construção naval, marcam o lugar da economia portuguesa na distribuição internacional das funções. (I) Vimos que o estabelecimento de uma nova fileira produtiva petroquímica/têxtil era um dos aspectos centrais da reestruturação do sector têxtil, não sendo difícil concluir que o aumento e a diversifi-

cação da produção nacional do aço visam apoiar o crescimento de sectores exportadores, com um acentuado grau de internacionalização, como o automóvel, a construção naval e a metalomecânica ligeira. Esta "substituição de importações", que não contraria o processo de internacionalização, instituindo-se enquanto articulação necessária do seu desenvolvimento, alarga a capacidade de importação do sistema produtivo nacional, atenuando as tensões ao nível da balança de pagamentos e reduzindo as necessidades em crédito externo. Por outro lado, insere-se no movimento de redistribuição internacional das tarefas industriais.

Contudo, a par das perspectivas de crescimento numa base de internacionalização, verificam-se sinais de estagnação — indecisão oficial relativamente ao Plano Siderúrgico Nacional, "crise" latente do complexo industrial de Sines. As perspectivas de estagnação derivam da sobreprodução que se regista ao nível do mercado mundial nestes sectores. Durante 1976, a taxa de subutilização da capacidade instalada na C.E.E. no sector siderúrgico foi a de 31%, enquanto que a situação do mercado de refinados e produtos petroquímicos se caracteriza por uma acentuada deficiência da procura, relacionando-se os excedentes de produção, pelo menos parcialmente, com a industrialização dos países árabes, centrada sobre este sector.

Na Conferência sobre Economia Portuguesa, Balassa exclui a hipótese de continuação do crescimento interno da indústria pesada. A ausência de "vocação" da economia nacional para os ramos pesados decorreria de factores diversos — não-correspondência entre a natureza dos projectos e a dotação interna de factores produtivos, caracterizada por uma escassez de capital e uma abundância relativa de trabalho; escassez de força de trabalho com o nível de qualificação exigido pela indústria pesada; impossibilidade de concretizar a plena ocupação das instalações fabris, dada a incapacidade de o mercado externo absorver uma fracção significativa da produção. Em particular, o crescimento das indústrias petroquímica e de fertilizantes localizadas nos países árabes seria um factor inibidor da afirmação da capacidade competitiva das unidades do complexo industrial de Sines ao nível do mercado mundial.

Não sendo a indústria pesada a vocação do aparelho produtivo nacional e encontrando-se os sectores "tradicionais" expostos à concorrência dos países subdesenvolvidos, este papel caberia aos sectores ditos de "tecnologia intermédia", em particular os sectores metalúrgicos — produtos metálicos, máquinas não-eléctricas, máquinas e material eléctrico, material de transporte. É notável a coincidência de fontes diversas — Balassa, informação jornalística, Plano 77/

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CRESCIMENTO

80 — na atribuição do papel “motor” no desenvolvimento económico dos anos 80 aos sectores metalúrgicos, que, nas “Grandes Opções” do Plano 79/84, são o único grupo de actividade a registar uma franca expansão do emprego — 69,7 milhares de activos na Hip. 1, em que se verifica um decréscimo de 12,5 milhares no total do emprego; 71,7 milhares na Hip. 2, que prevê um acréscimo total do emprego de 106,3 milhares.

Um artigo de Lúdero Marques, presidente da Associação dos Industriais do sector, publicado no Expresso de 17/6/78, é particularmente significativo em relação às coordenadas fundamentais da reestruturação dos ramos metalúrgicos. Para além da afirmação repetida das perspectivas de expansão do ramo (o artigo intitulava-se “40% do P.I. na década de 90?”), focavam-se como aspectos fundamentais:

a) A internacionalização das fontes de aprovisionamento da matéria-prima. Recomendava-se, assim, a eliminação do protecção aos produtos da Siderurgia Nacional.

b) A concentração e centralização do capital, que não poderia deixar de passar pelo reforço da implantação das multinacionais. Note-se que estas detêm uma posição decisiva no subsector de “máquinas e material eléctrico”.

c) Suportado pela concentração, dever-se-ia proceder ao alinhamento das condições de produção (processos tecnológicos, normas de qualidade do produto) pelos padrões europeus, condição do aumento da produtividade. A unificação das condições de produção implica o reforço da dependência pela tecnologia que, neste momento, é já sensível no âmbito do sector. Segundo um inquérito realizado por J. Manuel Rolo (Análise Social n.º 42/43), o sector de produtos metálicos correspondia a 29,6% das “royalties” pagas por empresas industriais nacionais a empresas estrangeiras, sendo apenas ultrapassada pela indústria química, que representa 43%.

d) Ao nível da realização do produto, a reestruturação consistiria na reorientação da produção do mercado interno (substituição de importações ao nível do consumo final, mercado da construção civil) para a exportação. É, contudo, simplista e incorrecto caracterizar esta modificação como pura “reconversão do mercado”. Uma fracção significativa das exportações não será constituída por produtos finais mas por semiacabados, funcionando as unidades produtivas em regime de subcontrato em relação a firmas estrangeiras. Assim, a reestruturação não se limita a substituir o mercado externo ao mercado interno, mas coloca em jogo, reestruturando-as, as formas da unidade entre a esfera da circulação e a esfera da produção, transformando elementos de

mercado em articulações internas de um ciclo produtivo dominado pelas firmas transnacionais de que a maioria tem, neste sector, a base localizada na R.F.A. Balassa acentua este aspecto (Conferência, Tomo I, pág. 236) — “Mas, as melhores possibilidades parecem residir em indústrias que produzem maquinaria e equipamentos em que trabalhadores qualificados e semiquificados podem utilizar técnicas modernas. Algumas destas indústrias, como a de máquinas-ferramenta, podem produzir bens finais para o mercado europeu; outras podem dedicar-se à subcontratação. Portugal pode, assim, beneficiar da tendência à deslocação da importação de trabalho para a de partes, componentes e acessórios nos países europeus mais desenvolvidos”.

O processo de internacionalização das indústrias não dispensa a constituição de novas formas de circulação internacional do capital-dinheiro e, em particular, dos fundos de empréstimo, materializada na constituição da sociedade de investimento Melo/Deutsche/Morgan. As notícias do “Tempo” e do “Expresso” permitem caracterizar as funções desta instituição, enquanto:

a) Meio de circulação internacional do capital de empréstimo. Trata-se de identificar “zonas de investimento” para as quais se orienta o capital estrangeiro.

b) Capital financeiro. A sociedade de investimento não se limita a funções bancárias, ao nível da gestão do capital-dinheiro, mas procura organizar a transferência de tecnologia ao fornecimento dos equipamentos simplificados pela concretização dos projectos. Assim, trata-se de um verdadeiro capital financeiro que marca, enquanto sucursal de grupos transnacionais, a “fusão” do capital bancário e do capital industrial.

c) Embora desconhecida da informação corrente, uma função central da instituição de investimento será a mobilização da poupança interna pelo capital transnacional, na forma de créditos a prazo, de emissão de obrigações ou de apoio à constituição de “joint ventures” com firmas nacionais. ■

(1) Estes dois aspectos da internacionalização da indústria pesada — a reorientação para o mercado externo e o apoio ao crescimento de sectores exportadores — não são incompatíveis mas complementares. Na medida em que o mercado interno de bens de produção é, na generalidade dos sectores, insuficiente em relação à escala de produção exigida pelas tecnologias dominantes no sistema imperialista, o investimento na indústria pesada e indispensável da realização de uma parte do produto no mercado externo, no contexto de uma rede internacional de circulação conseguida pela associação com o capital transnacional, ainda que uma outra fracção do produto se destine a substituir importações ou a promover o crescimento interno de outros sectores produtivos.

N.B. — Concluída no dia 1 de Setembro a elaboração deste artigo, apoiou-se em previsões referentes ao Plano a Médio Prazo de 1979-84. Posteriormente o D.C.P. publicou um novo documento com alterações relativamente ao texto utilizado. O que contudo não invalida as conclusões e o conteúdo geral do artigo.

CRISE ECONÔMICA, CRISE DA DEMOCRACIA A REPRESSÃO NO "CAPITALISMO AVANÇADO"

5
POR JAMES F. PETRAS

Durante muito tempo, nos meios de esquerda e mesmo de extrema-esquerda, admitiu-se que, exceptuando a eventualidade de uma crise económica e de um conforto das classes maiores, a coerção física e a repressão exercidas pelo Estado-pólicia nos países capitalistas avançados eram fenómenos puramente episódicos devidos à influência de certas personalidades ou a excessos burocráticos. A hegemonia ideológica e a manipulação do aparelho ideológico e político eram consideradas como "norma" nas democracias capitalistas(1), enquanto que a violência política e os actos ilegais ou "extra-legais" das autoridades faziam parte de "regimes de excepção".

De algum tempo a esta parte estas hipóteses têm vindo a ser desmentidas por um considerável número de informações(2). Por detrás do ritual das eleições e dos debates públicos, uma vasta rede de serviços oficiais está implicada na violação dos direitos democráticos dos cidadãos, dos partidos e dos movimentos, exercendo actividades políticas legais.

Concebidas em grande escala, de forma burocrática, executadas clandestinamente e visando objectivos a longo termo (estas actividades do Estado-pólicia) fazem já parte da rotina da vida política nos países capitalistas, em especial nos Estados Unidos. Desta forma, tende a atenuar-se a distinção entre as actividades políticas relativamente bem estabelecidas e os movimentos "subversivos" marginais ou pouco organizados, sendo ambos igualmente possíveis de serem tomados como alvos da acção dos serviços de vigilância e de espionagem (o caso Watergate é disso exemplo).

Quando, há três anos, eu tentei que me fosse comunicado o meu dossier político, ao abrigo da lei sobre a liberdade de informação, o meu advogado teve de escrever a mais de dezoito agências do governo americano: serviços secretos, departamentos do Estado, FBI... Algumas responderam que não tinham qualquer dossier a meu respeito. Outras enviaram esclarecimentos limitados. A massa das informações proveio do FBI e da CIP, encontrando-se a maior parte dos documentos censurados por razões de "segurança nacional".

Estes dois organismos constituem, com os serviços de informações do exército, a

Agência de Informações da defesa nacional, a Agência de segurança nacional, a direcção dos impostos, as câmaras de acusação e dúzias de organismos políticos locais (O Chicago Red Squad admitiu que detinha perto de cem mil dossiers) a panóplia das agências de informação paralelas (e fazendo, por vezes, jogo duplo) implicadas na repressão da actividade política. A importância dos esforços consagrados por estas agências à repressão política (por oposição à luta contra o crime organizado) foi revelada por estudo que demonstra que 40% do tempo, numa unidade médica do FBI é absorvida por assuntos de vigilância política(3).

O crescimento do aparelho policial nos Estados Unidos foi acompanhado dum proliferação das suas actividades estimulada pelo desenvolvimento das técnicas informativas. Em 1968, só dez estados entre os 49 dispunham de um sistema de informações automatizado; em 1972 já 47 estados possuíam tal sistema por sua vez conectados com o sistema central do FBI(4). Por outro lado, os organismos existentes politizam-se cada vez mais: a comissão da função pública classificou centenas de milhares de nomes de pessoas consideradas como sendo de esquerda; o Departamento de Narcóticos combina uma actuação política (provocação) com a sua tarefa oficial. O Departamento dos passaportes detém listas políticas; a Divisão das informações dos correios controla todo o correio político; finalmente o ministério da justiça, acumula espessos dossiers sobre os contestatários. Crê-se que o FBI dispõe só em Washington, de mais de quinhentos mil dossiers de informações sobre grupos ou indivíduos presentes nos Estados Unidos(5).

As actividades do Estado polícia têm por fim declarado "denunciar, desmantelar, desviar, desacreditar e neutralizar"(6) toda a oposição política, venha ela dos Negros, da esquerda em geral, ou de qualquer grupo que tenha incorrido no epíteto de "subversivo". Estas actividades enfraqueceram efectivamente a capacidade dos indivíduos (Negros, estudantes...) de exercer os seus direitos democráticos para atingir os seus objectivos políticos e sociais. É assim possível, sem revogar nenhuma das leis existentes, impedir a oposição de exercer efectivamente os seus direitos cívicos.



REPRESSÃO
INTERNACIONAL
LUTA
DE CLASSES E
CONFLITOS
NACIONAIS

A DOUTRINA
DA SEGURANÇA
SOCIAL

CRISE ECONÔMICA, CRISE A REPRESSÃO NO "CAPITAL

Durante muito tempo, nos meios de esquerda e mesmo de extrema-esquerda, admitiu-se que, exceptuando a eventualidade de uma crise económica e de um conforto das classes maiores, a coerção física e a repressão exercidas pelo Estado-polícia nos países capitalistas avançados eram fenómenos puramente episódicos devidos à influência de certas personalidades ou a excessos burocráticos. A hegemonia ideológica e a manipulação do aparelho ideológico e político eram consideradas como "norma" nas democracias capitalistas(1), enquanto que a violência política e os actos ilegais ou "extra-legais" das autoridades faziam parte de "regimes de excepção".

De algum tempo a esta parte estas hipóteses têm vindo a ser desmentidas por um considerável número de informações(2). Por detrás do ritual das eleições e dos debates públicos, uma vasta rede de serviços oficiais está implicada na violação dos direitos democráticos dos cidadãos, dos partidos e dos movimentos, exercendo actividades políticas legais.

Concebidas em grande escala, de forma burocrática, executadas clandestinamente e visando objectivos a longo termo (estas actividades do Estado-polícia) fazem já parte da rotina da vida política nos países capitalistas, em especial nos Estados Unidos. Desta forma, tende a atenuar-se a distinção entre as actividades políticas relativamente bem estabelecidas e os movimentos "subversivos" marginais ou pouco organizados, sendo ambos igualmente possíveis de serem tomados como alvos da acção dos serviços de vigilância e de espionagem (o caso Watergate é disso exemplo).

Quando, há três anos, eu tentei que me fosse comunicado o meu dossier político, ao abrigo da lei sobre a liberdade de informação, o meu advogado teve de escrever a mais de dezoito agências do governo americano: serviços secretos, departamentos do Estado, FBI... Algumas responderam que não tinham qualquer dossier a meu respeito. Outras enviaram esclarecimentos limitados. A massa das informações proveio do FBI e da CIP, encontrando-se a maior parte dos documentos censurados por razões de "segurança nacional".

Estes dois organismos constituem, com os serviços de informações do exército, a

Agência de Informações da defesa nacional, a Agência de segurança nacional, a direcção dos impostos, as câmaras de acusação e dúzias de organismos políticos locais (O Chicago Red Squad admitiu que detinha perto de cem mil dossiers) a panóplia das agências de informação paralelas (e fazendo, por vezes, jogo duplo) implicadas na repressão da actividade política. A importância dos esforços consagrados por estas agências à repressão política (por oposição à luta contra o crime organizado) foi revelada por estudo que demonstra que 40% do tempo, numa unidade médica do FBI é absorvida por assuntos de vigilância política(3).

O crescimento do aparelho policial nos Estados Unidos foi acompanhado dum proliferar das suas actividades estimulada pelo desenvolvimento das técnicas informativas. Em 1968, só dez estados entre os 49 dispunham de um sistema de informações automatizado; em 1972 já 47 estados possuíam tal sistema por sua vez conectados com o sistema central do FBI(4). Por outro lado, os organismos existentes politizam-se cada vez mais: a comissão da função pública classificou centenas de milhares de nomes de pessoas consideradas como sendo de esquerda; o Departamento de Narcóticos combina uma actuação política (provocação) com a sua tarefa oficial. O Departamento dos passaportes detém listas políticas; a Divisão das informações dos correios controla todo o correio político; finalmente o ministério da justiça, acumula espessos dossiers sobre os contestatários. Crê-se que o FBI dispõe só em Washington, de mais de quinhentos mil dossiers de informações sobre grupos ou indivíduos presentes nos Estados Unidos(5).

As actividades do Estado polícia têm por fim declarado "denunciar, desmantelar, desviar, desacreditar e neutralizar"(6) toda a oposição política, venha ela dos Negros, da esquerda em geral, ou de qualquer grupo que tenha incorrido no epíteto de "subversivo". Estas actividades enfraqueceram efectivamente a capacidade dos indivíduos (Negros, estudantes...) de exercer os seus direitos democráticos para atingir os seus objectivos políticos e sociais. É assim possível, sem revogar nenhuma das leis existentes, impedir a oposição de exercer efectivamente os seus direitos cívicos.



E DA DEMOCRACIA ISMO AVANÇADO”

5
POR JAMES F. PETRAS



REPRESSÃO
INTERNACIONAL
LUTA
DE CLASSES E
CONFLITOS
NACIONAIS

A DOUTRINA
DA SEGURANÇA
SOCIAL

Os alvos principais do aparelho repressivo do Estado são as minorias étnicas, as mulheres, os movimentos para a paz e os estudantes. O FBI consagra 95% do seu tempo a importunar a esquerda(7).

Na Alemanha Ocidental, a política do "Berufsverbot" (interdições profissionais) tende a punir toda a actividade de protesto presente ou passada com o fim de prevenir toda a oposição futura. Esta política traduz-se pelo "não-recrutamento, o despedimento e a recusa de efectivação além de outras medidas disciplinares aplicadas a funcionários de todos os níveis cuja lealdade é considerada duvidosa. Esta dúvida é geralmente fundada sobre um presumível comportamento que é perfeitamente legal" (8). Por causa desta legislação mais de quatro mil pessoas perderam o emprego e um número ainda mais elevado de livreiros, de editores ou de pais foram alvo de tentativas de intimidação que provocaram protestos mesmo dos sociais-democratas europeus mais moderados. Entre as profissões mais afectadas, contam-se as profissões liberais, os professores, os assistentes sociais e os advogados... O S.P.D. (partido social-democrata alemão) tenta agradar agora ao eleitorado de direita, depois de ter destruído qualquer solução de reserva organizada pela esquerda por meio da admissão no seio dos comités do partido e da repressão. dada a falta de um movimento de massas à esquerda, capaz de intervir de maneira organizada e coerente em favor da defesa das liberdades democráticas, dá-se livre curso ao sistema da "maior oferta" entre os dois partidos para obter o apoio da direita na base de uma política de repressão.

O peso da intervenção do Estado fez-se sentir quer sobre os movimentos políticos em declínio quer sobre os que estavam em ascensão.

A utilização de "plummers" (N.T.) nos Estados Unidos, onde artigos constitucionais como o artigo 18 na Alemanha Ocidental reflecte a diferença dos contextos políticos em que são tomadas tais medidas autoritárias. Nos Estados Unidos, durante os anos 60 e começo dos anos 70 um vasto movimento de protesto reuniu milhões de cidadãos, incluindo desde políticos de Washington a G.I. de Saigão. Nessa altura o recurso a meios legislativos para quebrar este movimento teria significado o fim da imagem de marca democrática atrás da qual o estado polícia escondia os seus primeiros passos. A denúncia deste Estado polícia e as revelações que se seguiram sobre as suas actividades ilustram o conflito e as lutas que podem surgir contra o aparelho democrático e o aparelho de Estado quando uma força popular se manifesta activa e agressivamente.

Apesar da tendência constante à erosão dos direitos democráticos no seio dos países capitalistas avançados, existe nestes países uma necessidade não menos constante de renovar as crenças que sustentam a ordem

política existente(9). A base ideológica da dominação da classe capitalista no Ocidente está ligada à noção de democracia, assim como à eleição e ao controle pelos cidadãos dos seus representantes políticos. Sem hegemonia ideológica(10) a sociedade seria confrontada com a alternativa hobesiana: guerra civil destruidora ou ditadura coerciva e custosa. O perigo para a classe capitalista e as suas instituições ancilares (o exército e a polícia) é que esta estrutura "ideológica" se torna a base de um desafio contínuo às prerrogativas do capital. Daí que haja uma constante procura de outras armas ideológicas susceptíveis de limitar a aplicação efectiva dos direitos democráticos e de criar os laços de coesão interna que cortem ao longo da estrutura de classes.

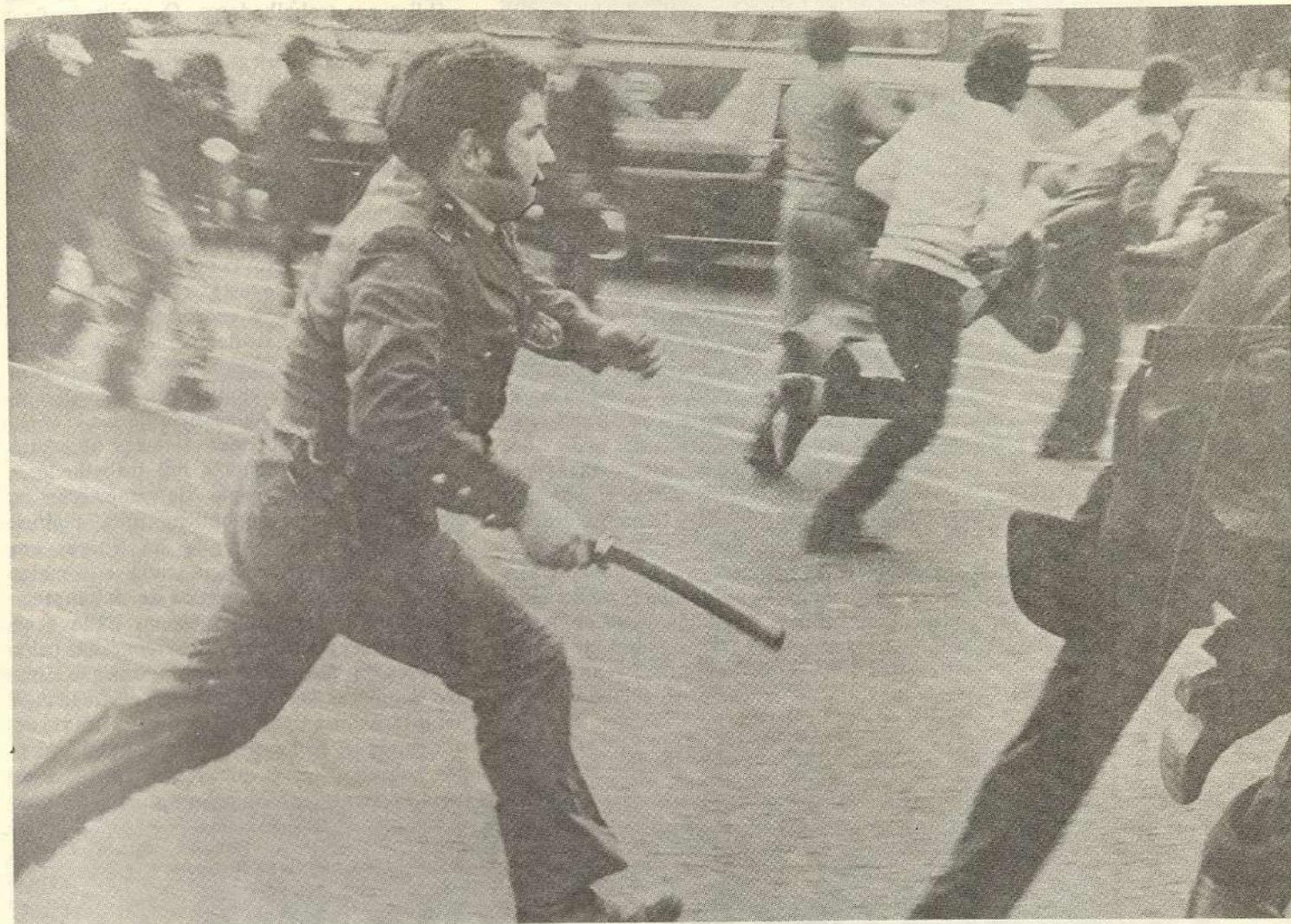
Desde o momento em que os Estados Unidos começaram a opôr-se às revoluções sociais e nacionais no mundo (fins dos anos 40), a razão mais invocada para justificar a repressão interior e exterior foi a doutrina da segurança nacional(11). Este termo, em si mesmo, é um eufemismo para descrever a repressão de classe. A doutrina consistia em explorar as lealdades ultra-nacionalistas e os sentimentos de insegurança pessoal e política; assim, os problemas de classe — exploração, desemprego, racismo, sexismo, etc. — desapareciam num sistema de pensamento legitimando a ordem social existente e querendo que o problema fundamental seja o reforço do aparelho de Estado contra a "agressão dos Estados estrangeiros".

Todos aqueles que desafiassem a ordem social do Estado tornavam-se por definição "agentes de potências estrangeiras" ou ainda em linguagem burocrática "ameaças para a segurança nacional". A imagem, assim como a própria doutrina, criava a justificação da repressão: as autoridades repressivas e os seus adeptos eram descritos como "patriotas" e os "defensores" de uma noção abstracta da lei e da ordem (mesmo se eles próprios violavam essa lei) enquanto que os seus adversários eram qualificados de xerófilos simpatizantes secretos de terroristas sem fé nem lei.

A chave da doutrina da segurança nacional era a insistência na invocação da "unidade nacional" como era concebida pela classe dirigente desprezando a realidade da exploração e dos conflitos de classe. Contribuindo para mistificar as relações sociais, a doutrina fornecia argumentos para declarar fora da lei qualquer oposição política e social à classe dirigente: a oposição de classe via-se assimilada às ameaças do estrangeiro e a partir de então dispunha-se de um arsenal sem limites para fazer guerra política a qualquer tipo de oposição interior.

Esta doutrina da segurança social difundiu, na maioria da opinião pública, um conjunto de ideias políticas, predispondo-a a aceitar uma política autoritária, expansionista e elitista. Não foi por acaso que o macartismo floresceu durante a guerra da

A DOCTRINA DA SEGURANÇA SOCIAL



Coreia e antes da guerra do Vietnam, permitindo a marginalização dos militantes sindicais e favorecendo o crescimento do império americano. Foi somente quando o aparelho repressivo do Estado entrou em conflito com os movimentos populares de massas, nos Estados Unidos e no estrangeiro, e por que o custo destas práticas antidemocráticas e imperialistas começou a afectar o sistema, que foi posta em questão a importância e as técnicas do aparelho repressivo.

Na realidade, a doutrina da segurança nacional e a expansão do estado polícia nasceram do desafio à dominação capitalista que viu a luz do dia depois da 2.ª guerra mundial: graças a elas foi consolidada, nos países do centro, a coesão nacional necessária à procura da expansão. Nos países da periferia, a mesma doutrina servia para justificar as ligações dos Estados Unidos às ditaduras mais retrógradas e mais repressivas do Mundo.

No começo dos anos 60, um número cada vez maior de ditadores pro-ocidentais começou a legitimar o seu poder com a ajuda da doutrina dita de segurança social. A subordinação da sociedade ao exército foi o resultado lógico da transplantação desta

doutrina na periferia. Enquanto que no centro ela servia para criar uma certa coesão entre o capital e o trabalho, na periferia o seu efeito foi a fragmentação da classe operária e a subordinação da burguesia nacional ao capital internacional. A contradição entre a adesão dos militares à doutrina de segurança nacional, e a sua política de subordinação económica ao capital estrangeiro, diminuiu a sua eficácia, excepto no interior do complexo militar/multinacional em que se tornou palavra de evangelho.

O principal traço da economia mundial capitalista, hoje em dia, é o carácter permanente da crise, revelado por um desemprego maciço e crónico e pela subida das taxas de inflação(12). Recessão e inflação são utilizadas pelo Estado capitalista para justificar políticas de limitação de salários e de racionalização do processo de trabalho (despedimentos, intensificação da exploração).

O impacto desigual da crise capitalista suscitou uma repressão selectiva contra os grupos e os segmentos da classe operária mais directamente visados. Na Alemanha e nos Estados Unidos, controles, investigações

REPRESSÃO INTERNACIONAL, LUTA DE CLASSES E CONFLITOS NACIONAIS

policiais e expulsões visam sistematicamente os trabalhadores ditos "estrangeiros"(13). Na Itália a polícia persegue os jovens desempregados sob o pretexto de luta anti-"terrorista". As medidas autoritárias visando estas categorias de trabalhadores são as primeiras ofensivas do Estado capitalista para tentar enfraquecer o poder colectivo da classe operária e para restaurar a capacidade do capital para sair da sua crise de acumulação.

Na sua função repressiva contra certos sectores da classe operária o aparelho policial do Estado foi largamente ajudado por certos movimentos sindicais. Nos Estados Unidos, a direcção da A.F.L.-C.I.O. minou, sem descanso, as bases de um movimento operário verificado, concentrando a sua acção sobre problemas restritos de trabalho e sobre questões salariais, e colaborando abertamente com a política estrangeira do Estado imperialista, pelas suas tomadas de posição "proteccionistas" marcadas por um profundo chauvinismo para com os trabalhadores de outros países. Cada uma destas tomadas de posição teve um efeito apreciável: o apoio dado aos ditadores anticomunistas estrangeiros facilitou o êxodo dos capitais americanos para os países de mão-de-obra barata; a campanha contra os trabalhadores em situação irregular obrigou-os a aceitar salários mais baixos, favorecendo assim uma pressão tendente à queda geral de salários; a incapacidade de se

baterem por algo que não fossem contratos salariais específicos, levou à deterioração dos serviços sociais e do apoio da opinião pública aos trabalhadores. O resultado final e a dificuldade crescente de organizar os trabalhadores americanos: a percentagem de trabalhadores sindicalizados, no total da força de trabalho, passou de 40% nos anos 40 a 20% em 1978.

Tradicionalmente, as políticas levadas a cabo pelas burocracias sindicais na Europa, não foram tão conservadoras nem tão indulgentes para com o capital como nos Estados Unidos. No entanto parece que a mesma evolução se está a começar a dar. Confrontadas com a recessão, as direcções dos partidos sociais-democratas e mesmo dos comunistas já foram, em alguns casos, levadas a aceitar a política de despedimentos, de bloqueio e baixa de salários.

Os sociais-democratas alemães apoiaram a expulsão de quinhentos mil trabalhadores estrangeiros como meio de amortecer os efeitos da crise económica; uma política semelhante foi praticada na Suíça; em França há uma tendência cada vez maior para as restrições. A política de desemprego dos jovens e dos estudantes em Itália e na Europa em geral, continua ignorada pelos partidos da "esquerda", e o apoio que estes dão às novas leis repressivas destinadas a proibir as manifestações das vítimas do sub-emprego e do desemprego é esclarecedor sobre os laços que ligam as burocracia



cias, afastadas das massas e o Estado capitalista. A atitude que consiste em saldar os interesses duma parte da classe operária para proteger os de outra parte (os trabalhadores nacionais adultos empregados contra os trabalhadores estrangeiros, os jovens e os desempregados) cria condições para uma escalada da repressão.

O Estado capitalista que hoje utiliza a legislação repressiva e "anti-terrorista" contra uma parte da classe operária poderá utilizá-la amanhã contra a outra parte, em função do agravamento eventual da crise económica e da capacidade dos trabalhadores para desencadear uma contra-ofensiva de massas para a defesa das liberdades democráticas.

O agravar da concorrência entre países capitalistas, a crise energética, a impressionante acumulação de excedentes de capacidade nas indústrias de base à escala mundial, exacerbaram as dificuldades de reprodução do capital: a rivalidade para conquistar os mercados e os recursos obriga cada classe capitalista a redobrar os esforços para comprimir os custos salariais a fim de tentar obter vantagens marginais. O papel do Estado capitalista torna-se cada vez mais decisivo na definição das condições duma busca de expansão. Onde quer que a burocracia trabalhadora possa ser controlada e se encontre na posição de conservar a direcção da maioria dos trabalhadores, a legislação repressiva é dirigida contra os "outsiders": sindicatos "dissidentes" pretensamente "extremistas", minorias nacionais, etc.. Quando este é impossível e quando a burocracia perde o controle dos seus militantes, o aparelho de segurança nacional entrará em acção com a sua panóplia repressiva.

Assim, quando se entra em período de crise aguda dos regimes democráticos, as estruturas formais da democracia podem manter-se, é certo, mas o conteúdo e a substância do sistema político serão cada vez mais modelados pelo aparelho burocrático, a não ser que um movimento democrático de massas imponha uma ligação entre os problemas da repressão socio-económica e os da repressão política(14). Condição prévia seria a desmistificação da doutrina da segurança nacional, a denúncia da sua verdadeira natureza de instrumento de repressão de classe no interior e no estrangeiro. Uma contra-ofensiva das forças populares democráticas deveria rejeitar os apelos para uma "mobilização por trás de um Estado forte" como as que se ouvem na Itália e que se ouvirá, sem dúvida, em breve, nos países em que, se não existem terroristas, será preciso inventá-los. O combate pelos direitos democráticos deveria ser associado, sobretudo, a uma defesa clara e enérgica dos direitos específicos da classe operária, em particular dos sectores mais duramente afectados: desempregados, jovens, minorias nacionais e trabalhadores imigrantes.

(Texto cedido por
Le Monde Diplomatique e
traduzido por H.A.)

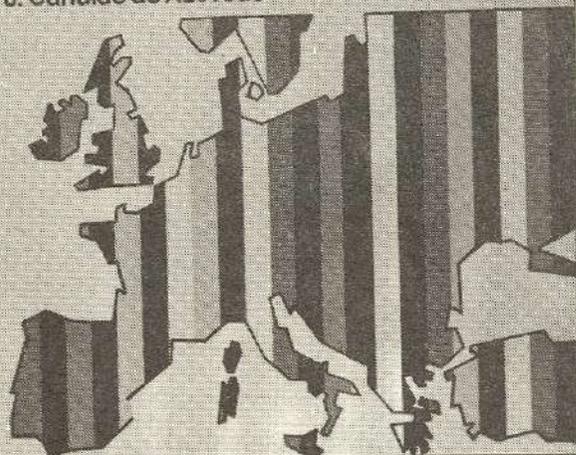
NOTAS

- (1) Cf. Nico Poulantzas: Pouvoir Politique et classes sociales. Maspero, Paris, 1971, dois tomos de 200 páginas, 14 Fr. cada volume.
- (2) Entre os numerosos testemunhos e estudos sobre o Estado polícia fazem-se notar: Morton Halferin e outros; The Lawless State: the crimes of the U.S. Intelligence Agencies (Penguin, New York, 1977); Center for research on Criminal Justice, The Iron First and the Velvet Glove (1975); David Wise, The American Police State (Vintage Books New York, 1976). Para uma análise histórica entre a lei e o desenvolvimento do capitalismo cf. Michal Tiger e Madeine Levy: Law and the Rise of Capitalism (Monthly Review Press, New York, 1976).
- (3) Center for Research on Criminal Justice, op. cit., capítulo 8.
- (4) Ibid.
- (5) Halferin, op. cit., página 121.
- (6) Center for Research on Criminal Justice, op. cit., capítulo 8.
- (7) Ibid.
- (8) Martin Oppenheimer "The criminalization of Political Dissent in the Federal Republic of Germany", Contemporary Crises, outono 1977, página 97.
- (9) Sobre a história da repressão política cf. Alan Wolfe, The Seamy Side of democracy (David Mackay, New York, 1973) e The Limits of Legitimacy: Political contradictions of Contemporary Capitalism (Free Press, New York, 1977).
- (10) Michael Parenti, Power and the powerless (St. Martin's Press, New York, 1978) capítulo 7. Ver também no Le Monde diplomatique de Julho 1978 o artigo de Gintis e Bowles sobre "capitalismo e democracia".
- (11) Halferin op. cit., capítulo 7) analisa o funcionamento da muito secreta Agência de Segurança nacional que foi a incarnação desta doutrina.
- (12) Paul Sweezy "The present global crises of capitalism", Monthly Review, Abril 1978, páginas 1-3.
- (13) Sobre a exploração e a repressão dos trabalhadores imigrados na Europa, cf. Kosack e Castles, Immigrant worker's class struggle in Western Europe, Oxford University Press, Londres, 1973. Para os Estados Unidos, cf. NACLA, n.º 8 de Novembro-Dezembro de 1977, onde é estudada a prática da contratação temporária na agricultura americana.
- (14) Sobre a noção de repressão económica, cf. Michel Chosséidowsky, Capital Accumulation in Chile and Latin America, Faculdade das Ciências Sociais da Universidade de Ottawa, pp. 1 — e Patricia Weiss Fagen, "The Links Between Human Rights and Basic Needs" em Background, Center for International Policy, Primavera de 1978.

N.T. — "Plummers" foi o nome dado na imprensa aos homens que instalaram os aparelhos de escuta no edifício Watergate.

PORTUGAL EUROPA FACE AO MERCADO COMUM

J. Cândido de Azevedo



Livraria Bertrand (x)

PORTUGAL
EUROPA
FACE AO
MERCADO
COMUM
POR J. CANDIDO
DE AZEVEDO

Como está indicado no subtítulo deste livro recentemente posto à venda, o mesmo constitui de facto um **dossier** oportuno e bem documentado, sobre os diversos problemas levantados pela adesão de Portugal ao Mercado Comum, tema candente em relação ao qual necessário se torna ultrapassar, quer os **a priori** primários, quer a demagogia leviana de certos argumentos necessários à justificação de determinadas opções políticas. Os elementos pelo autor compilados, assim como os vários documentos transcritos, permitem-nos recolher dados importantes sobre a atitude das diversas forças políticas nacionais e europeias face à questão, os interesses que se jogam, as estratégias políticas dos Estados que constituem os Nove — e não só —, assim como sobre o estádio actual e a realidade do projecto de Europa Unida que em 1957 levaria ao Tratado de Roma, posteriormente alargado a outros países.

No entanto, menos sucedido nos pareceu o livro no que concerne à fundamentação do apoio à integração de Portugal na CEE. Fundamentação que sabemos de facto espinhosa se se não se quiserem perder de vista os interesses reais do povo português.

Na verdade, se a nossa leitura for correcta, retira-se em síntese, do que se

pode ler, a seguinte argumentação, aliás correntemente enunciada: a situação de dependência de Portugal em relação ao resto da Europa capitalista é já um facto, o acordo comercial assinado pelo Governo de Marcelo em 1972 representa, quer se queira quer não, uma primeira fase na integração de Portugal na CEE, trata-se agora de levar este facto irreversível até às últimas consequências, tentando negociar as condições mais vantajosas para o nosso país.

Ora, a questão está em que, tendo em conta o agravamento brutal da dependência acima enunciada, não só no plano económico como também político e até militar, em grande parte devido à política prosseguida pelo PS enquanto foi governo, não se consegue perceber como e com que trunfos se poderão negociar essas tais condições mais vantajosas para o nosso país. Será que se espera por uma modificação da actual relação de forças existente no seio da CEE, que conduza a governos de esquerda pelo menos nos países mais importantes que a integram? A verdade é que — admitindo que isso é perspectivável em tempo útil — enquanto se espera, a adesão surge-nos de facto, aqui e agora em Portugal, como integrando-se numa dinâmica mais geral de relançamento integral do sistema capitalista, de consolidação das forças da burguesia e de recuperação da sua hegemonia, processo este cuja lógica terá por consequência natural, a destruição das conquistas estruturais e institucionais mais avançadas que a Constituição formalmente consagra... até ver.

Por outro lado, o interesse político manifestado por países como a República Federal Alemã na adesão de Portugal, assim como pela da Espanha e da Grécia — mas convém sempre ter presente a especificidade do nosso caso —, explica-se pela estratégia por esse país encabeçada de institucionalização do domínio dos interesses transnacionais que se exprimem actualmente através da social-democracia, mas também da democracia-cristã, sobre os países dependentes, sobretudo aqueles que se inscrevem naquilo a que se chama a Europa do Sul. Institucionalização donde uma outra fase é representada pelas próximas eleições directas para o Parlamento Europeu (sobre este assunto falaremos no próximo número numa nota de leitura do livro há pouco editado pela Forja, *A Farsa da Europa*, de Claude Bourdet).

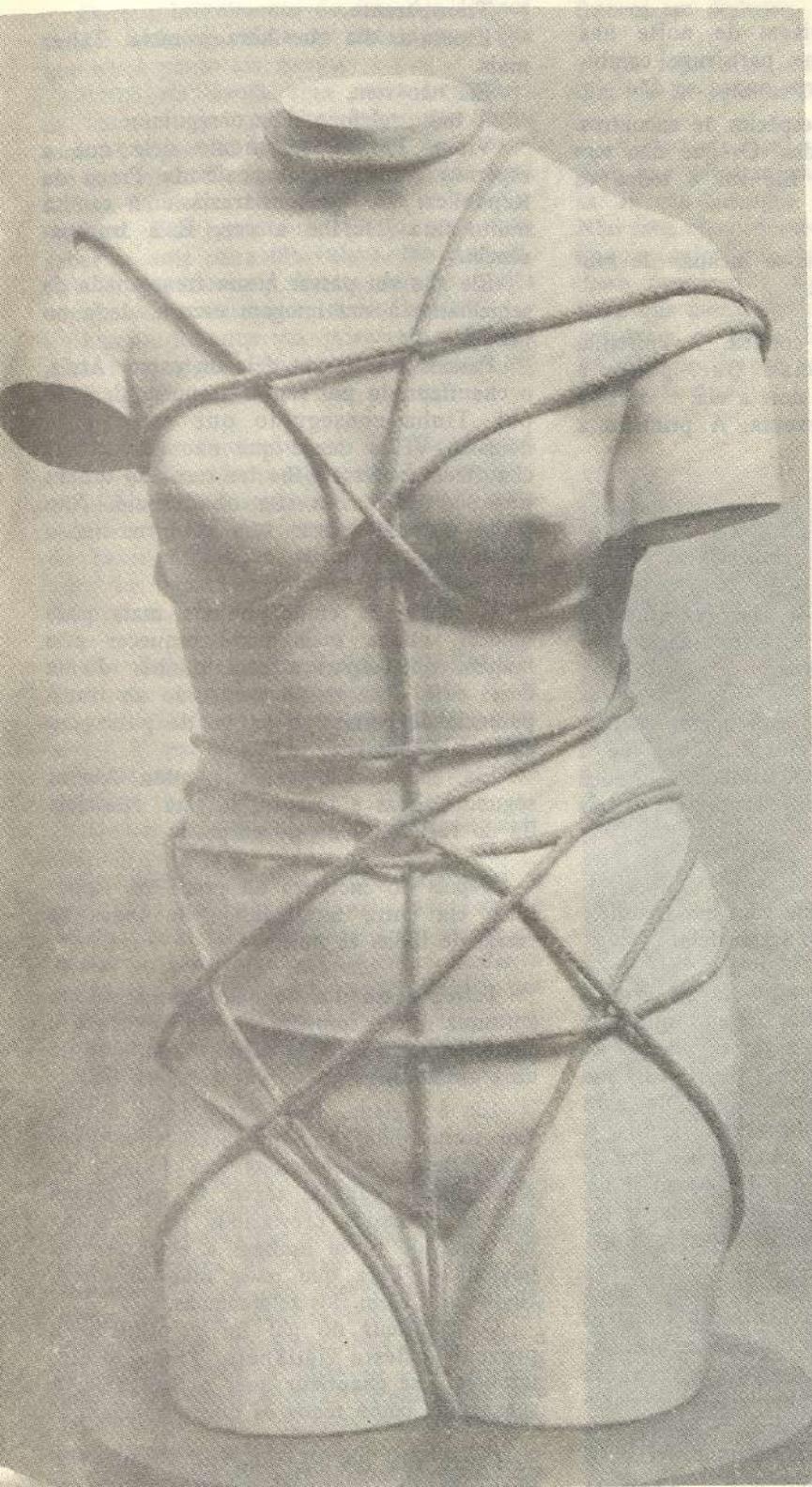
Feitas estas considerações forçosamente breves, sobre um tema particularmente importante que *Abril* aborda noutra lado em artigo do seu colaborador José Pedro Pontes, resta-nos sublinhar de novo o interesse do trabalho do jornalista J. Cândido de Azevedo.

Fernando Pereira Marques

(x) "*Abril*" passará a incluir notas de leitura de edições que julgue oportuno comentar desde que lhe sejam enviados pelo menos dois exemplares.

O NAVIO "NIGHT"

MARGUERITE DURAS



"Vénus restaurada", de Man Ray

Quando a história começa, J.-M., de vinte e oito anos, trabalha nos telefones. Está encarregado da vigilância do material de rádio das comunicações internacionais. Estamos em 1973. Uma tarde de primavera. J.-M. aborrece-se. Falaram-lhe das redes não utilizadas do telefone. Até aqui não as utilizou. Utiliza-as. Dá com ela.

A primeira conversa deles é assaz banal. Falam do trabalho dele. Descrevem-se fisicamente. Ela diz ser nova e morena. O telefonema dura um quarto de hora.

Ele pede-lhe para ela lhe telefonar, dá-lhe o seu número de telefone. Ela telefona-lhe segunda-feira à noite.

Ele diz ter escrito um diário nesse período da sua vida e ter anotado muitas coisas.

Na segunda-feira a história começa.

Ela telefona-lhe uma vez por semana. Este ritmo mantém-se durante algumas semanas.

Tem uma voz que se gosta de ouvir. Como ele diz: fascinante.

Dá-lhe um nome para ele a chamar: F.

Fala-lhe do que faz. Da primeira vez diz que trabalha numa fábrica. Outra vez diz que veio há pouco da China, conta-lhe uma viagem à China. Outra vez ainda diz estar a estudar medicina, para vir a fazer parte dos Médicos sem fronteiras. Poderia parecer que depois manteve sempre esta versão. Que não a mudou mais. Que nunca mais disse nada além de que estava a acabar o curso de medicina como interna num hospital de Paris.

Ele diz que ela fala muito bem. Com facilidade. Que é impossível deixar de a ouvir. De acreditar nela.

O ritmo das chamadas acelera-se. Ela faz cada vez mais chamadas. É de noite que ela chama. Ela chama com a noite. As conversas são cada vez mais longas.

Acabam por durar até ser dia. Oito horas. Dez horas de seguida.

Continua sem saber o nome dela, a direcção dela, o número de telefone dela. Só sabe o nome que dá a si própria quando ele levanta o telefone: sou eu, a F.

Noites inteiras ao telefone. A dormir de encontro ao auscultador. A falar ou calados. Fruem um do outro. Orgasmo negro

sem contacto nem rosto. Olhos fechados. Só a voz, o texto das vozes diz os olhos fechados.

É ela a primeira a querer vê-lo. Encontrá-lo.

Muitos encontros combinados. A última hora desmarcados. Há sempre circunstâncias imprevistas a impedir o encontro. Ele não se admira com a permanência do impedimento dos encontros. Acredita sempre que são possíveis. Acredita nela.

Todos os que gritam de noite nas catacumbas do telefone parisiense combinam ver-se. Os encontros nunca se dão.

Ela combina duas espécies de encontros. Os que são desmarcados. Os que não tem tempo de desmarcar. Ele vai a todos os encontros.

Em breve, ele torna-se incapaz de mudar o rumo à história.

É ela, F., que a conduz. A enfrenta. Que evita imprudências. Que, pouco a pouco, os habitua aos dois a ela.

Não sabe nada. Inventar. A primeira a **enlouquecer**.

Passam meses. Um ano.

Três anos.

A história começa a abrir cavernas, a aprofundar-se. Quanto mais o cenário cresce, mais obscura se torna.

Um dia ela diz-lhe: está doente. Leucémica. Condenada à morte. Sobrevive à custa de tratamentos, de dinheiro, há dez anos, desde os dezasseis. Tem vinte e seis anos.

Outro dia diz-lhe:

O sítio é uma grande casa em Neuilly. Neuilly sem fim, em torno dela.

Durante um certo tempo ela deixa de o querer ver. Em absoluto. Rejeita qualquer encontro. Rejeita a ideia de se verem. Ao mesmo tempo não se cansa de repetir que está louca de amor por ele. Que está pronta a deixar tudo por ele, a família, a casa de Neuilly. O que não **implica** que se vejam. Podia deixar tudo por ele sem ir ter com ele. Deixar por causa dele e não ir ter precisamente com nada. Inventar essa genial fidelidade à **história** deles.

Ele insiste. Quer VER. Porque a ideia de VER faz cada vez mais medo ele quer VER. Uma maneira de liquidar a história, de lhe pôr fim. Ambos sabem que de agora em diante há uma distância infinda entre aquela que grita na noite, fundida na generalidade do desejo, a desfigurada, a do abismo geral, e aquela outra, seja ela quem for, que ele não reconhecera no VER. Que

só reconhecera de olhos fechados no escuro do mundo.

Não promete fechar os olhos quando ela se aproximar, quando ela aparecer, muito decente, vestida com um Chanel branco na esquina de uma rua de Neuilly. Não, não prometeu não olhar.

Ela cede. Marcam um encontro. Devia ser num café da Praça da República às três da tarde. Estamos em Julho de 1973. **Nesse dia, fazia em Paris, imenso calor.** Ele traz uma camisa de algodão muito fina, de mangas curtas.

Transparente.

Espera-a, diz que hora e meia. Talvez mais.

Ela não vem.

A noite telefona. Diz o seguinte:

Viu-o. Passou em frente dele que a esperava em frente do café da Praça da República. Viu que ele trazia uma camisa muito fina. Diz-lhe a cor. E a **transparência**.

Ele não viu passar à sua frente nada de semelhante à sua imagem escura, dada no primeiro dia.

Passara em frente dele de carro. Atrás, o chauffeur do pai seguia-a, por ordem do pai. Tinha conseguido que esse pai a deixasse VÊ-lo desde que não parasse. O chauffeur confessara-lhe ter recebido ordens para comprovar a sua obediência. Não podia portanto parar sem comprometer o chauffeur.

A partir de então, nunca mais pôde ignorar, nunca mais pôde esquecer esse homem que esperava essa mulher diante desse café. Esse corpo percebido na transparência da camisa, o tempo da passagem, enche-a de loucura.

Ela, ela viu-o a partir de então. Alguns segundos. Mas a imagem lá está. Não fala da do rosto mas da do corpo.

Depois do encontro da praça da República ela entra num desejo de todas as vezes, de todas as noites.

Talvez nesse dia de calor tenha sido a leucemia que a impediu de sair do carro e caminhar para ele. Ou talvez tenha sido de uma ambulância que o viu à espera dela.

Ela é vigiada. Pelo pai e pelos outros. Em torno dela, a inquietação cresce por causa desses telefonemas tão longos, de noite, que a cansam tanto. O pai ordena que os desgastes provocados pela história na saúde de F. se **limitem** a esses tempos telefônicos. Para que **nada mais** aconteça. Nada para além dos telefonemas.

O chauffeur do pai foi o primeiro a preveni-la desta vigilância. Também ele, também esse chauffeur quer o bem dela, a sua saúde, como todos os que a rodeiam.

Outro dia diz-lhe: tem duas mães. É bastarda. A sua mãe oficial não é a verdadeira. A sua mãe verdadeira é uma

antiga criada da casa de Neuilly. Agora reformada nos arredores.

A casa é em Neuilly, entre sebes de ligustro, o Sena, esse Bosque.

A casa de Neuilly afasta-se, fende-se. Vê-a cada vez menos como o feudo da sua única herdeira, de nome desconhecido, leucêmica e bastarda, sua amante. Se ainda vê essa deriva entre as sebes de ligustro, o Sena, esse Bosque, já deixou de ver que lá se morra.

Duvida brutalmente de um dos termos dados: a doença. Fala de estratagemas. Diz que nesse ponto ela mente.

Então ela invoca uma prova irrefutável de leucemia: os cabelos loiros que tem, muito compridos, muito bonitos, essa enorme e espantosa massa dentro da qual dorme. Se ele a pudesse ver. Ele continua a duvidar. Ela espanta-se. Como pode não saber de uma coisa tão vulgar, tão conhecida? Que a leucemia faz os cabelos muito compridos, muito loiros, muito bonitos?

Lembra-lhe que na primeira noite ela disse ser morena. Ela responde que deve ter ouvido mal.

As datas confundem-se. O diário deixa de ser escrito tão regularmente. A cronologia deixa de ser segura. Resta apenas uma memória global dos acontecimentos. Deixa de haver separação entre os dias. Cada uma das vezes testemunha pela totalidade da história.

Ela diz que sofre. Fisicamente. Muito. Cada vez mais. Que está muito fraca. Cada vez mais fraca. Tão fraca que passa a vida a cair. E que se magoa. E que tem o corpo todo marcado de marcas e feridas das quedas.

Que o seu prazer se confunde com essa dor.

A doença agrava-se. Diz continuar a trabalhar no hospital parisiense onde é interna. Mas estar cada vez mais retida na cama, a soro, não se aguentar senão à custa de soro, de transfusões. E depois, por vezes, renascer, reviver. Por vezes.

O balançar entre a vida e a morte.

Desaparece, morre, cala-se e depois regressa à vida.

Ele diz que a começa a amar.

Reina o medo na casa de Neuilly. Recebe telefonemas da senhora, da mãe ilegítima. Suplica-lhe que deixe F. em paz, que as noites passadas ao telefone lhe matam a filha, lhe consomem a vida. Como, de que maneira deixá-la em paz? Não lhe pode telefonar. Não sabe nem o nome dela, nem a direcção dela, nem o número de telefone dela. Pergunta-lhe: que fazer? Ela diz-lhe: deixá-la em paz consiste em recusar-se a falar-lhe.

Fá-lo. Desliga assim que a ouve. Ela volta a telefonar. Disfarça a voz. Ele reconhece-a. Não lhe resiste mais. Responde-lhe.

Uma mulher vem a casa dele trazer um envelope da parte de F. Diz ser a engomadeira da casa de Neuilly. Talvez a mulher do chauffeur.

O envelope contém duas fotografias: é uma mulher jovem num parque. Tem uns cabelos loiros muito longos, muito belos. É bastante alta. Bastante magra.

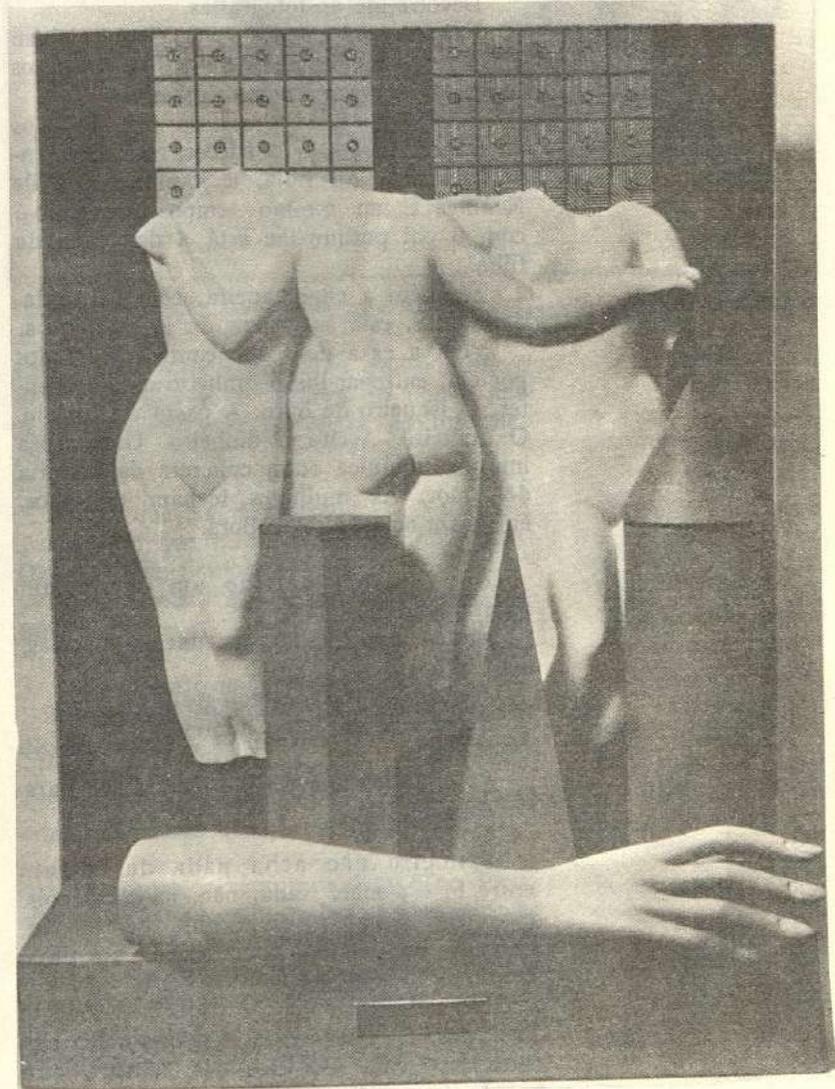
Tem um rosto banal.

Foi fotografada entre árvores, relvados. Sebes.

O envelope contém também um lenço com as suas iniciais bordadas e três mil francos em dinheiro.

As fotografias acabam com tudo. Ele diz: até as devolver e esquecer.

A história acaba com as fotografias. Tem que devolver essas fotografias. Depressa. Já não consegue responder ao telefone. Não sabe como devolvê-las. Nem a quem. A engomadeira que lhe trouxe o envelope disse conhecer a verdadeira mãe de F., disse que moravam as duas num prédio dos arredores de Paris. Deu-lhe o seu número de telefone. Nunca se sabe, se alguma vez precisasse dela.



"Target", 1935 de Man Ray

O número de telefone da engomadeira é o único que alguma vez terá. Num impasse. É através dela, da engomadeira, que pode encontrar a mãe verdadeira. O encontro é marcado por ela, a engomadeira.

É um prédio para os lados de Vincennes. Um apartamento comprado pelo pai.

A mãe:

Sessenta anos. Ar de criada. Depois da reforma, deixou Neuilly. O apartamento é estilo operário dos arredores. Móveis feitos em série. Impecável de limpeza.

Teve F. antes do casamento do pai com a outra mulher. E depois do casamento foi contratada como ama e depois como criada de quarto da casa de Neuilly. Para não se separar da filha.

Foi no dia do seu casamento que F. soube que a mãe era aquela que dormia na cave de Neuilly.

Que a única mulher amada pelo pai fora ela.

Também ela vive no pavor que ele mate a sua filha. Fala do pai, diz-lhe para ter cuidado com ele, que tem o "braço comprido" e que "se arrisca demais" se continuar as suas relações com F. Também ela não lhe mostra como acabar.

Devolve-lhe as fotografias.

Voltará a vê-la mais vezes. Será também ela que, por ordem da filha, lhe trará os outros presentes, o outro dinheiro.

Regularmente virá a casa dele com os envelopes. Dá-los-á, obedecerá rigorosamente às ordens da filha, a jovem patroa de Neuilly. E ao mesmo tempo ameaçá-lo-á com o pai porque lhe está a dar cabo da filha.

Também a engomadeira, como a verdadeira mãe, está às ordens da jovem patroa.

Vêm a casa dele a encontros marcados por ela, entregar-lhe o dinheiro e os presentes. O isqueiro de ouro. A pasta de lagarto. O dinheiro. Aceita o dinheiro. Uma troca imunda, a única coisa concreta da história de amor. As mulheres fecham os olhos, entregam-no, vão-se embora.

Ela fala em dar-lhe um carro, um apartamento. Tudo.

Nunca mais voltará a dar fotografias, doutras ou dela própria.

Ele diz: esqueci as fotografias.

Recomeçaram como dantes.

As quantias que ela lhe manda são para ele consideráveis.

Primeiro não acha nada de comum entre F. e a mãe. Nada, não, nada. Depois, de repente, sim: a voz, as inflexões da voz. Quando lhe telefona por ordem da filha, confunde-lhes as vozes.

Pede-lhe várias vezes o número de telefone da filha. Dá-lho, diz sempre que aquele é que é o certo. É sempre de um cinema.

Ela continua a marcar-lhe encontros. Ele vai sempre. Marca-lhe dez encontros. Nunca vem.

Os encontros são sempre marcados em sítios tão grandes que as pessoas lá se perdem: na Praça da República, na Praça da Bastilha, nos Campos Elísios. E em horas de ponta.

Ele pensa sempre que é possível ela vir. Como certamente ela pensa ser possível vir, até ao último momento. Ele pensa que ela não é responsável por esta incapacidade em vir. Que é vítima de antagonismos mais fortes do que ela e que o seu estar à disposição desses antagonismos é precisamente a sua força. Que o seu abandono a essas forças brutais testemunha por ela quanto a ele.

Fala-lhe do pai. Fala-lhe do dinheiro. Muitas vezes.

O pai. Terrível e venerado. Venerado por todos. Temido por todos. Bem situado. Director de um organismo superior do Estado. Conselheiro financeiro do presidente da República francesa. É ele o fornecedor de dinheiro. O dinheiro parece não ter fundo. Ridículo.

Uma propriedade junto ao lago Maior. Outra em Sainte-Marie-de-Provence. Outra em Bormes-les-Mimosas. E a casa de Neuilly. Os legumes que se comem em Neuilly vêm todas as semanas das propriedades do Sul. Única herdeira, ela, F., a filha condenada à morte.

O pai, esse, nunca telefona. Ameaça por intermédio das mulheres da casa de Neuilly:

É preciso que a história não avance para lá dos telefonemas.

Acredita que a história é menos nefasta para a saúde de F. se esta permanecer invisível. Este atraso do pai em relação à filha testemunha pelo pai, pela sua enfermidade essencial quanto ao desejo.

Uma vez, está ela a telefonar-lhe de dia, ouve alguém na casa a chamar um nome a que ela responde. É a mãe ilegítima que chama pela filha. É assim que fica a saber o seu nome de baptismo e de estado civil.

Passa a chamá-la por esse nome.

O apelido do pai, esse diz-lhe que é ele que tem de o descobrir. A partir daquilo a que chama: investigações.

Há diversas espécies de investigações. As investigações secundárias. E a investigação principal.

A investigação principal deve fazer-se no cemitério do Père-Lachaise.

Ela diz-lhe como chegar ao local da investigação dentro do Père-Lachaise. É numa esquina do templo da morte. O local não é muito visitado. As pedras são verdes. Monumentais. É um caixote do lixo de marechais do Império nobilitados nos grandes lugares da morte do início do século XIX, de Duques da Dalmácia e de Auster-

litz, de França e de Waterloo, de uma linhagem devassa de financeiros corruptos, de uma canalha emigrada em Neuilly com medo da Comuna, e do montão das suas mulheres e filhos.

É aí, nesse caixote do lixo, que é preciso procurar. O apelido da mãe lá está, pois ela descende em linha recta do conluio do exército napoleónico com os financeiros do reino. Mas é também no mesmo ferrolho que se encontra o apelido do seu avô paterno. Portanto, o nome do pai. Portanto, o dela.

Não explica porque, mesmo antes de nascer, os apelidos do pai e da mãe já se encontram unidos nas pedras tumulares do Père-Lachaise. A explicação perdeu-se.

Ele não vai ao Père-Lachaise.

Ela, ela acredita que sim, que ele faz as investigações que lhe indicou. Acredita que ele sabe quem ela é. Que, com o apelido, saberá encontrar a casa de Neuilly.

Ele não lhe diz não ter ido ao Père-Lachaise.

Por vezes, já não podem passar um sem o outro. Por vezes, já não podem suportar-se. Discutem. Berram. Deixam-se.

O amor, sempre, de noite. Sem saída.

Um dia o ciúme explode subitamente, imprevisível, terrível.

Ela disfarça a voz, telefona da parte de outras raparigas. Para saber se ele "vai nisso".

Ele reconhece-a sempre.

Ela segue-o. Ou manda segui-lo. Ele não saberá. Ainda não compreende como era possível. A noite, quando telefona, ela diz-lhe a que horas saiu, entrou, os lugares a que foi, as ruas que de bicicleta percorreu para voltar a casa.

Ele diz nunca ter visto ninguém a segui-lo. Uma vez, no entanto, repara num automóvel com chauffeur de patrão parado diante do seu local de trabalho. Vazio.

Ela não mentiu a respeito da riqueza. Uma vez, enquanto ela lhe telefonava, ouviu, depois do jantar, no silêncio de Neuilly uma voz de mordomo perguntar à senhora "se podia levantar a mesa".

Ele disse-lhe que a casa em que nasceu é em J., uma aldeia de Saône-et-Loire.

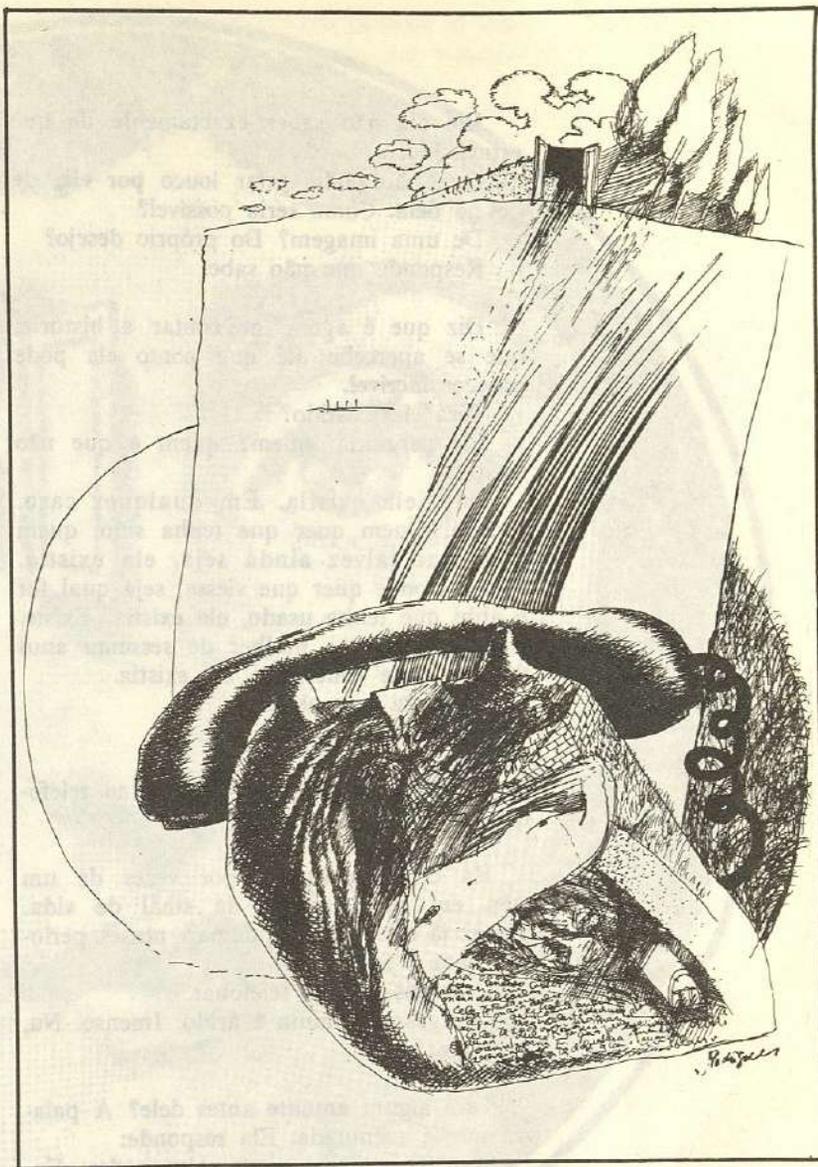
Ela vai lá. Percorre a região até encontrar a casa. Encontra-a. A volta descreve-lha, perfeitamente. Encontra também o apartamento da mãe numa cidade próxima. Telefona-lhe. Diz-lhe que está louca de amor pelo filho.

Sabe se ela ainda está viva?

Ele diz que não, não sabe nada.

Pode sabê-lo?

Sim. Podia telefonar à engomadeira, a outra mulher do prédio dos arredores. Mas



Navio "Night": desenho de José Rodrigues

não o pode fazer agora. Não traz o número dela consigo. Não se lembra do nome, não pode portanto telefonar para as informações.

Pensa que ela já morreu?

Ele diz que talvez sim. Que não sabe. Que não faz a mínima ideia.

Com certeza. Ela estava tão doente no fim.

No fim?

Sim, quando tudo acabou.

Ela tinha tomado muitas vezes a decisão de não voltar a telefonar.

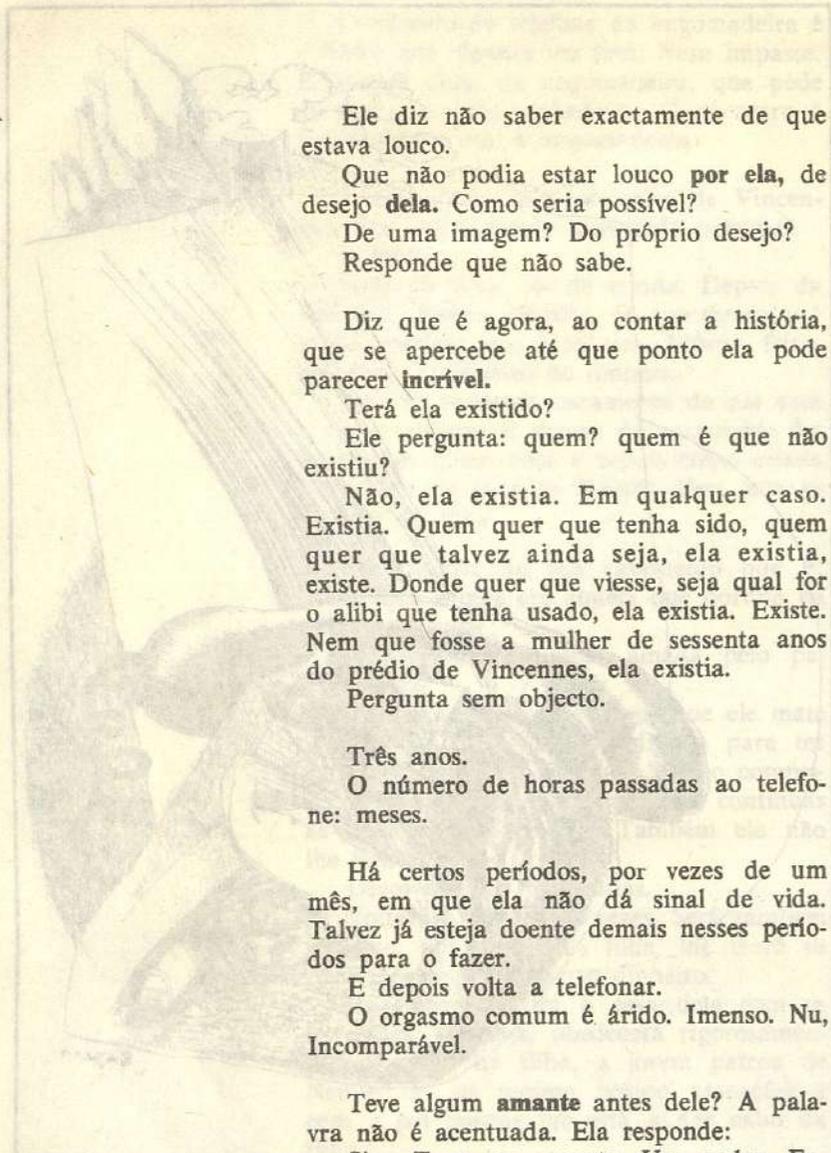
Depois, uma vez fê-lo.

Devia ser-lhe mais fácil nessa altura, estava tão fraca que já não se levantava.

Se morreu, a sepultura dela é no Père-Lachaise. Nesse caso, poderia saber-se onde está pela frescura do corte das pedras tumulares e da terra remexida. Nesse caso, o apelido, seguido do último nome conhecido, seria o dela.

Ele diz: "Estava louco. Estávamos loucos".

De que estava louco? De desejo por ela?



Ele diz não saber exactamente de que estava louco.

Que não podia estar louco por ela, de desejo dela. Como seria possível?

De uma imagem? Do próprio desejo?
Responde que não sabe.

Diz que é agora, ao contar a história, que se apercebe até que ponto ela pode parecer incrível.

Terá ela existido?

Ele pergunta: quem? quem é que não existiu?

Não, ela existia. Em qualquer caso. Existia. Quem quer que tenha sido, quem quer que talvez ainda seja, ela existia, existe. Donde quer que viesse, seja qual for o alibi que tenha usado, ela existia. Existe. Nem que fosse a mulher de sessenta anos do prédio de Vincennes, ela existia.

Pergunta sem objecto.

Três anos.

O número de horas passadas ao telefone: meses.

Há certos períodos, por vezes de um mês, em que ela não dá sinal de vida. Talvez já esteja doente demais nesses períodos para o fazer.

E depois volta a telefonar.

O orgasmo comum é árido. Imenso. Nu, Incomparável.

Teve algum amante antes dele? A palavra não é acentuada. Ela responde:

Sim. Teve um amante. Um padre. Encontrara-o num combóio. Tinha-o enlouquecido de amor e tinha-o deixado.

Chora ao contar a história do padre louco de amor.

Nos últimos tempos está quase sempre deitada. A morrer. Sempre com soro. Chega a desmaiar ao telefone. Como é que ele sabe? Pela sua voz. Distingue as suas vozes das suas vozes. A sua voz deitada. A sua voz moribunda. Encurralada ou de criança. A sua voz quando fala do pai adorado. A sua voz de sociedade, mentirosa. A sua voz desnaturada, fora do timbre, do desejo. Ela já não lhe consegue mentir.

Dá-lhe uma indicação sobre a casa de Neuilly: estão a construir uma fonte no parque.

Um dia inteiro percorre as ruas de Neuilly de bicicleta. Um dia inteiro. Procura a fonte no parque. E, por detrás, um pormenor imprevisto mas significativo, uma cor de parede, de grade. Uma certa disposição das janelas dos quartos, uma certa luz velada por cima de tudo, um sinal do céu.

Não encontra nada. Diz que não percorreu todas as ruas e Neuilly.

Ela deixa-o procurar.

Ele diz agora que pensa que podia ter encontrado a casa de Neuilly se tivesse querido ver.

Tem alguma imagem dela?

Ele diz: ao princípio sim, uma imagem escura, de mulher de cabelos escuros. E depois que a seguir essa imagem foi substituída pela das duas fotografias. E depois que a seguir quando esqueceu as fotografias voltou a encontrar a imagem escura dada por ela.

Diz já não ter agora qualquer imagem dela.

Dele, ela sabia tudo, repete, o nome dele, o apelido dele, a direcção dele, o número de telefone dele, a direcção e o número de telefone do trabalho dele.

Tudo? Sim.

Disse-lhe que tinha uma ligação muito séria e antiga com outra mulher?

Ele diz que não.

Verão de 1975. Ela casa-se. Ele está em férias quando o casamento se dá. Ela tinha-o prevenido que se ia casar. Tinha-lhe dito a data. O lugar não.

Ele vê o casamento em Sainte-Marie-de-Provence.

Dor.

O marido é um médico parisiense que a trata há dez anos, que a conhece desde sempre, que a viu nascer.

Fecha-se sobre ela a lista das pessoas que a conhecem desde sempre. A tratam. A protegem. A mantêm viva.

Telefona-lhe pela última vez.

Diz-lhe estar cada vez mais doente. Diz estar sequestrada. Não ter tido prazer senão com ele, só com ele, o seu verdadeiro amante.

O marido telefona. Diz que é preciso acabar com a relação. Também não lhe diz como acabar.

O marido é o único a pronunciar acerca dela a palavra loucura.

Dezembro de 1977. Fez-se este escrito.

Há um ano que ela não dá sinal de vida.

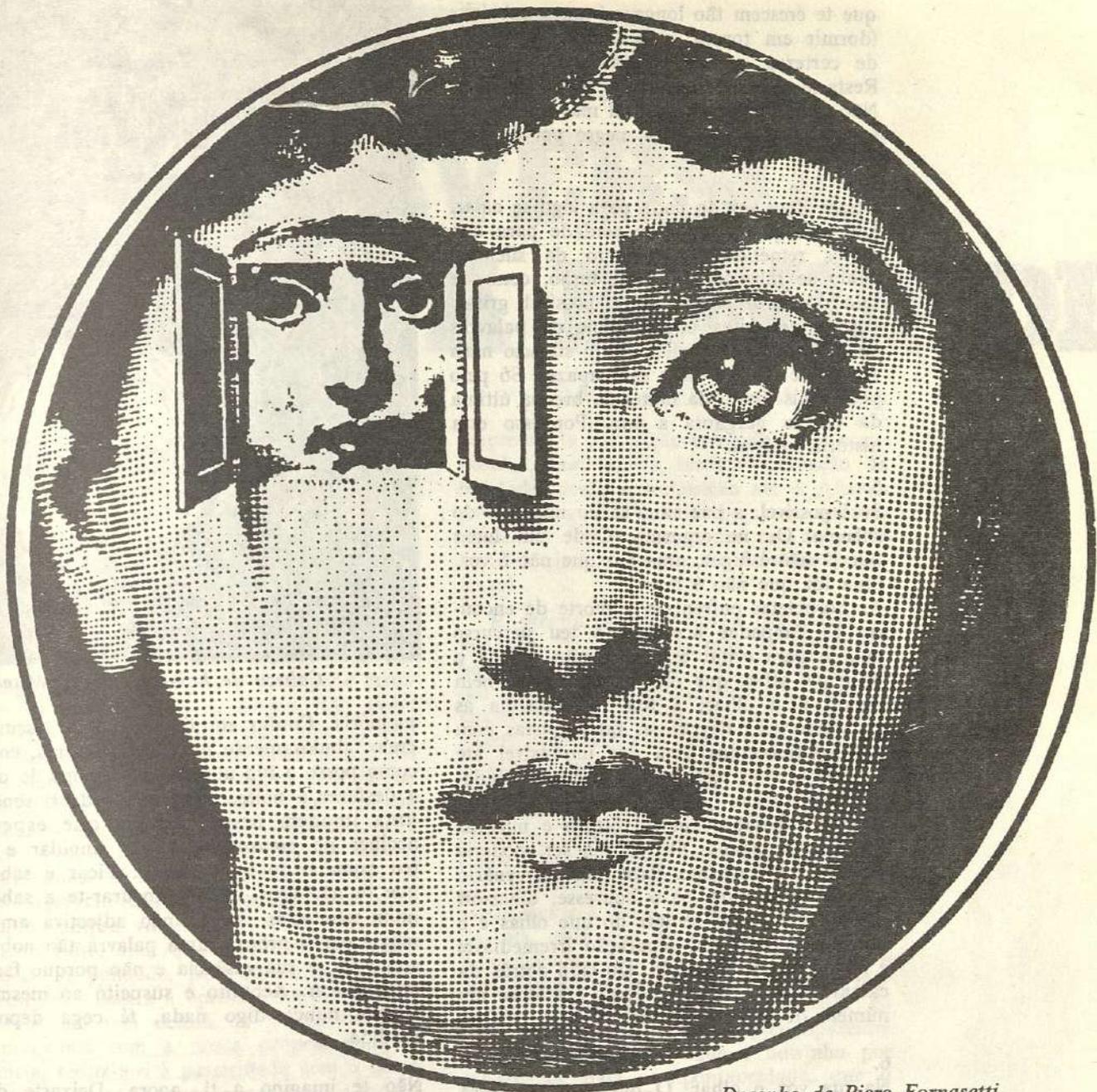
Aceitaria agora vê-la?

Ele diz: talvez, agora, sim.

Palavras de J.-M. recolhidas e redigidas por Marguerite Duras.

Estado do texto em 10 de fevereiro de 1978

Tradução de Joana Morais Varela



Desenho de Piero Fornasetti

TAÃO LONGA SEDUÇÃO

JOANA MORAIS VARELA

1. quantas vezes o sono deslizava até à vertigem vagarosa e angustiada pela página inferior da luz, tangência dolorosa sempre adiada, a proximidade do dia, essas escadas, o limite para que tende, só por explosão, só por corte o fim da queda.

2. Falar do sonho branco aqui, de como a luz nos fere num quarto e é manhã. Experimentamos então essa cegueira muito especial e partilhada: toupeiras, mochos, borboletas funestas, animais que constroem o seu próprio percurso nas catacumbas da noite enquanto as humanas criaturas nos

movemos na memória. É por dentro da noite que esta história se visita e quem não for capaz de a enfrentar não conhece silêncio nunca.

3. Os contornos esbatem-se, fundem-se numa única e toda superfície branca. O deserto cresce, nasce súbito das coisas, invade os lugares familiares, como dizer ainda os lugares familiares se as marcas se apagaram e nem o afago da mão, as rugas do tecido ou a crosta dos móveis. Alguns chamam leucémia uma doença clara, aos hospitais, a esse médico-marido, os cabelos

que te crescem tão longa e branca cabeleira (dormir em torno), a tua oferta comovida de certezas, a tua imagem mais de dia. Resta-te a voz, restam-te os olhos fechados. Não uma sucessão temporal mas apenas um estado: deserto por fora, negro por dentro.

4.

Cresce uma voz do nada para logo se calar. Suponho que o lugar de verdade para que somos remetidos é o ponto de silêncio, como se fala do ponto de fusão, como se fala do zero. Donde só é possível gritar: penso que gritas uma espécie de palavras ou de urros ou de silêncio, do silêncio mais escuro de que as vozes são capazes. Só pelo poço mais fundo da noite, na brecha última da última garganta a tua. Por isso esta história incrível.

5.

Se é possível, a paz situa-se no negrume do silêncio. Ou no orgasmo. Onde um lugar que já não é lugar, uma voz que não é voz, uma luz que não é luz.

As borboletas enfrentam a morte de encontro às lâmpadas acesas e o teu percurso guia-lo para evitar esse momento. Desde o princípio sabes que não há encontros, nem rostos, nem olhar; a tua voz desenha as encantatórias palavras, as falsas pistas com que adormecemos uma dor impossível até aos ossos. Não resta senão inventar fabulosas personagens que te fogem, ir deixando marcas a desabrochar de futuro e mostrar como a voz apenas diz: virá a ser, poderia ter sido e é o mesmo. Para falar do cenário que te cerca num, se o houvesse, olhar-off como a voz. Falas sempre do que olhas e o outro não pode ver, separação irremediável e inicial que te alimenta. Do lado detrás da câmara escura porque o écran é sempre um número de telefone errado.

6.

Na tua voz o olhar. O que te cerca, essa hipotética casa, Neuilly, as árvores, o que não se pode tocar nem cheirar. Notícias do bloqueio: exactamente no extremo oposto dessa casa fala-se das testemunhas visíveis, as outras mulheres, o isqueiro, o dinheiro, o mais concreto, às avessas do teu olhar em volta. Ele não se pode projectar senão numa triste presença de objectos, marcas, nomes bordados.

O único olhar é ficar à espreita, no escuro, a vigiar.(bichos). Olhas por ele num banco vazio e luxuoso de automóvel e olham por ti criaturas que se movem no branco pavor do dia, no hospital os médicos, nessa demência terna que faz coincidir o estrito rigor da vigilância e o cuidado de uma mãe louca com um filho nos braços: aqui está o cuidado, aqui está tu, mas o cuidado perdeu para sempre o seu objecto — nos meus braços.

7.

Uma suspeita que a confiança atravessa tal é este texto que se foge entre os dedos da



Cabeça de homem Edvard Munch

memória. Confio em ti, oiço-te no escuro, creio fabulosamente nas tuas mentiras, coso como posso a tua ausência, Penélope de dia a desfazer a noite, não guardo de ti senão uma imagem negra, aquela que espera acolher no escuro um ponto singular e é teu nome o de uma estrela. Ficar e saber que tu não vens, fingir procurar-te a saber onde não estás. Louco não adjectiva amor mas é em si próprio uma palavra tão nobre como ele, a sua essência e não porque faça enlouquecer. Acredito e suspeito ao mesmo tempo, nunca digo nada, fé cega depois perdida.

Não te imagino a ti, agora. Deixaste de escapar e assim nos possa a paz voltar acontecer agora.

8.

Folha branca a encher-se de negro: alguém introduz ainda a possibilidade de abrir em infinitas combinações essa suspeita. Lemos o preto no branco, a noite no dia, ainda? Este final de peça — como chegar até ela, descobrir o seu olhar, suspeita de que as palavras flutuam e há sempre **mais** uma testemunha: inaugura uma nova objectividade, o teu olhar subjectivo. Falar por ele que fala por ela, falar do que não fala: está, solitário, por dentro da noite a quem o acolher.

9.

(As histórias de amor são impossíveis: nunca se parte para nada e estamos sempre de volta à nossa própria perdição.

Como este texto)

Lisboa, 19 de outubro de 1978

TEXTOS PERVERSOS: SOBRE A BONDADÉ

JOÃO ESTEVES DA SILVA

Não há nada mais terrível do que a bondade. Que todo o vício é prejudicial, é algo tão tautológico que dificilmente carecerá de demonstração; mas, de um modo geral, um vício começa por ser eminentemente prejudicial para quem o contraiu e, por isso mesmo e por força de hábito, o traz consigo; só muito indirectamente a mormente por via de contágio ou por efeito de demonstração — para utilizar uma linguagem mais técnica —, o vício pode resultar em prejuízo para os outros. Não assim da bondade. Eis aí um vício que é, sem sombra de dúvida, muito mais prejudicial aos outros do que para quem desgraçadamente o contraiu. É certo que também podemos considerar o crime como um vício, vício que se exerce a expensas do alheio; mas contra o crime, contra a ameaça de uma agressão explicitamente assumida como tal, é sempre viável opôr, com maior ou menor êxito, uma qualquer forma de resistência. A bondade, pelo contrário é quase irresistível; contra a opressão da bondade, a vítima não tem defesa. A pessoa bondosa esmaga-nos com a nossa própria complacência, reduz-nos à passividade com o nosso agradecimento, rebaixa-nos com a nossa cumplicidade reconhecida. Contra quem se dedicou à tenebrosa tarefa de fazer o bem, a resistência encontra as mais árduas dificuldades. É fácil e construtivo tentar resistir a quem nos agride; mas como resistir a quem só pretende fazer-nos bem? Contra quem procura forçar-nos a submeter-nos aos seus interesses, notórios ou mais ou menos camuflados, podemos sempre procurar opor os nossos próprios interesses; mas contra quem vem junto a nós, despido de todo o egoísmo, com o exclusivo propósito de nos ajudar, o que é que podemos opor? É relativamente fácil recusar uma ajuda interesseira, mas como repudiar um auxílio inteiramente desinteressado? Como nos será possível esbofetear quem nos beija, escorraçar quem nos acarinha, agredir quem não pretende senão salvar-nos?

É por isso que nada, neste mundo, tem causado maiores devastações do que a bondade. Desde todas as degradações pessoais, sistematicamente conduzidas ao longo do plano inclinado da gratidão, até às

empresas de destruição colectivamente organizadas, por via da institucionalização da bondade, desde a Inquisição até à Aliança para o Progresso, quantas baixezas, quantos massacres foram perpetrados em nome da bondade indignada ou da bondade triunfante?

É preciso aprendermos a desconfiar da bondade. Não da falsa, mas da verdadeira bondade; não daquela que acaba sempre por denunciar a sua insinceridade, mas da autêntica bondade, da bondade completamente desinteressada, inteiramente devotada à salvação das suas vítimas; não daquela que se trai a si mesma em cada gesto pretensamente magnânimo, mas da pura bondade, da bondade integral, sem mácula e sem desfalecimento, daquela que premeditada e deliberadamente entendeu devotar-se inteiramente à causa do Bem e que à força da sua dedicação persistente aprendeu a esquadrinhar, em toda a sua extensão e profundidade, o domínio das potências malélicas, que sabe detectar a presença do mal em todas as manifestações aparentemente mais inocentes, que o adivinha por debaixo de toda a espontaneidade, que o cheira à distância como a uma pestilência comprometedora.

É urgente iniciarmos uma aprendizagem difícil e espinhosa sobre todas, de resistência à bondade. Há que desmontar toda uma patologia da bondade; começar a conhecê-la, apercebermo-nos, pouco a pouco, de como se desdobra toda a sua sordidez, de como, a partir da sua pureza ideal, a bondade se afunda nos tenebrosos abismos da baixeza. Sondemos a bondade, perguntemos-lhe, de frente e sem evasivas, o que quer e avaliamos toda a amplitude da resposta: a bondade quer realizar o Bem. Efectivamente, a verdadeira bondade é aquela que subordina todas as suas manifestações à vontade de fazer o bem, que ordena todos os seus actos à ideia do Bem como princípio regulador. Daí que não suporte quaisquer motivações que não decorram da obediência estrita àquele princípio. Quem me ajuda ou me defende porque se identifica com os meus motivos, porque partilha os meus objectivos ou se opõe aos

THAT MY SHIP WAS BELOW THEM...



ROYLICHTENSTEIN *As I opened Fire...*
1964

mesmos inimigos, não o faz por bondade, mas por coincidência das nossas posições de partida: a sua generosidade é o reverso da confiança que faz em mim e uma simples consequência do facto de me aceitar tal como eu sou; a sua dádiva não envolve sacrifício, nem comporta qualquer submissão ao princípio de fazer o bem. Não assim da pessoa autenticamente boa, a qual não suporta quaisquer impulsos que não sejam controlados pela ideia de realizar o Bem, e, se para tanto, se dispõe a violentar-se até às últimas agruras do sacrifício. Do ponto

de vista da verdadeira bondade, um acto é tanto mais valioso quanto maior for a parcela de sacrifício que implicar; a bondade suspeita eminentemente de tudo quanto seja susceptível de dar prazer por si mesmo, de todo o acto que não envolva uma certa violência sobre si, uma dose redentora de sacrifício que constitua penhor da fidelidade das suas motivações ao princípio ordenador de toda a sua actividade.

A bondade é uma paixão; mas uma paixão que não encontra prazer em satisfazer-se, uma paixão fria que desconhece o

entusiasmo positivo da realização, que se despojou de toda a atitude emocional perante aquilo que a confirma, para concentrar todo o seu "pathos" sobre aquilo que a contraria. Observai a pessoa bondosa e vêde como jamais se entusiasma perante aquilo que a satisfaz, e como se exalta, até ao ponto de ficar fora de si perante aquilo que a desgosta. O pathos da bondade é a indignação moral. A bondade reparte todas as suas energias entre o sacrifício e a indignação. Destituída de todo o entusiasmo positivo da confirmação, a bondade cultiva o entusiasmo negativo da indignação; gelada pela violência acumulada no culto do sacrifício, só atinge uma incandescência quando tomada pelo fogo da cólera indignada.

É então que toda a violência pacientemente exercida sobre si mesmo é extrajectada na luta sem quartel contra as potências malélicas que assolam o mundo da bondade. É então que a bondade, que começou por tentar reduzir as suas vítimas à passividade, através da degradação do reconhecimento, investe contra elas com todo o furor da sua indignação. Observe-se que, também aqui, como na física, a frieza separa e individualiza os corpos, e é o fogo que os funde e os aglutina; enquanto a bondade conserva a sua face gelada, o olho frio e o sorriso contido e complacente, o Exército do Bem não chega a constituir-se como tal, a sua institucionalização aparece fruste e embora a bondade seja, como o bom senso, das coisas do mundo melhor repartidas, as forças do Bem permanecem dispersas numa multidão de soluções individuais. Uma paixão gelada não é mobilizável: uma associação de beneficência ou de benemerência é por definição, uma organização instável sempre pronta a desagregar-se tão pronto lhe falte a caução pessoal de qualquer benfeitor insigne. Mas que a bondade se entusiasme — o que só pode dar-se pela sua vertente negativa — e eis que se torna militante; que a indignação moral se apodere do coração dos bondosos e eis que uma dispersão de solidões individuais se funde num conjunto homogéneo cimentado pelo ardor incandescente do espírito de cruzada. Atingida esta etapa sublime da União Sagrada, a bondade está pronta para todos os massacres, disponível para toda a casta de violências, capaz de suscitar a colaboração de toda a sorte de assassinos para a sua santa tarefa de destruir o mal que tão enraizado se mostra na alma das suas vítimas, que só mortas poderão ser salvas contra si mesmas das potências malignas que delas se apoderaram.

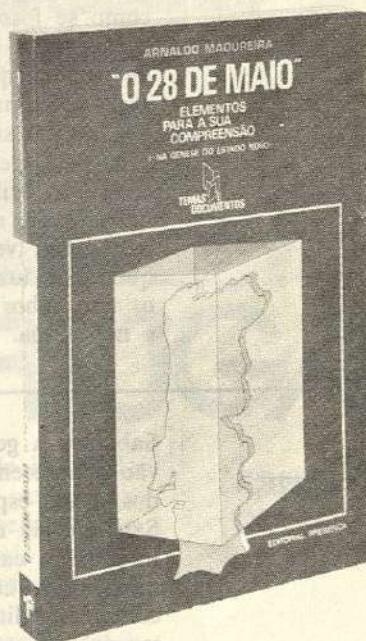
Quando nos encontramos perante este extremo, é fácil apercebermo-nos com alguma clareza do carácter tenebroso da bondade. Só que é tarde; o que precisamos é de saber que este extremo já está implicado nas manifestações aparentemente mais inócuas da bondade, que o acto autenticamente bondoso já traz dentro de si todas as

virtualidades da violência declarada; é preciso que saibamos que quem pretende ajudar-nos em nome de um Bem abstracto e de uma Humanidade abstracta, sem cuidar de saber quem somos e sem nos dizer quem é, sem procurar averiguar do que queremos, certo como está daquilo que devemos querer, quem se propõe defender-nos sem que o tenhamos solicitado, já que pressupõe que há que defender-nos acima de tudo contra nós próprios e contra os nossos autênticos desejos, é preciso que saibamos que esse benfeitor estará pronto a desprezar-nos à primeira manifestação de ingratidão; a esmagar-nos ao primeiro sinal de que queremos ser nós próprios a decidir da nossa vida, a matar-nos, como a um verme, se tanto for necessário, para nos salvar da pestilência da nossa própria autonomia.

Sim, eu sei que é difícil resistir à bondade, mas agora que a conhecemos melhor vou dizer-vos um segredo: há uma defesa contra a bondade — o riso. A bondade não resiste ao riso.

"O 28 DE MAIO"

ELEMENTOS PARA A SUA COMPREENSÃO
POR ARNALDO MADUREIRA



Uma visão lúcida e documentada do 28 de Maio. Uma obra que abre caminho à clarificação de uma época.

À venda nas livrarias o primeiro Volume — Na Génese do Estado Novo.



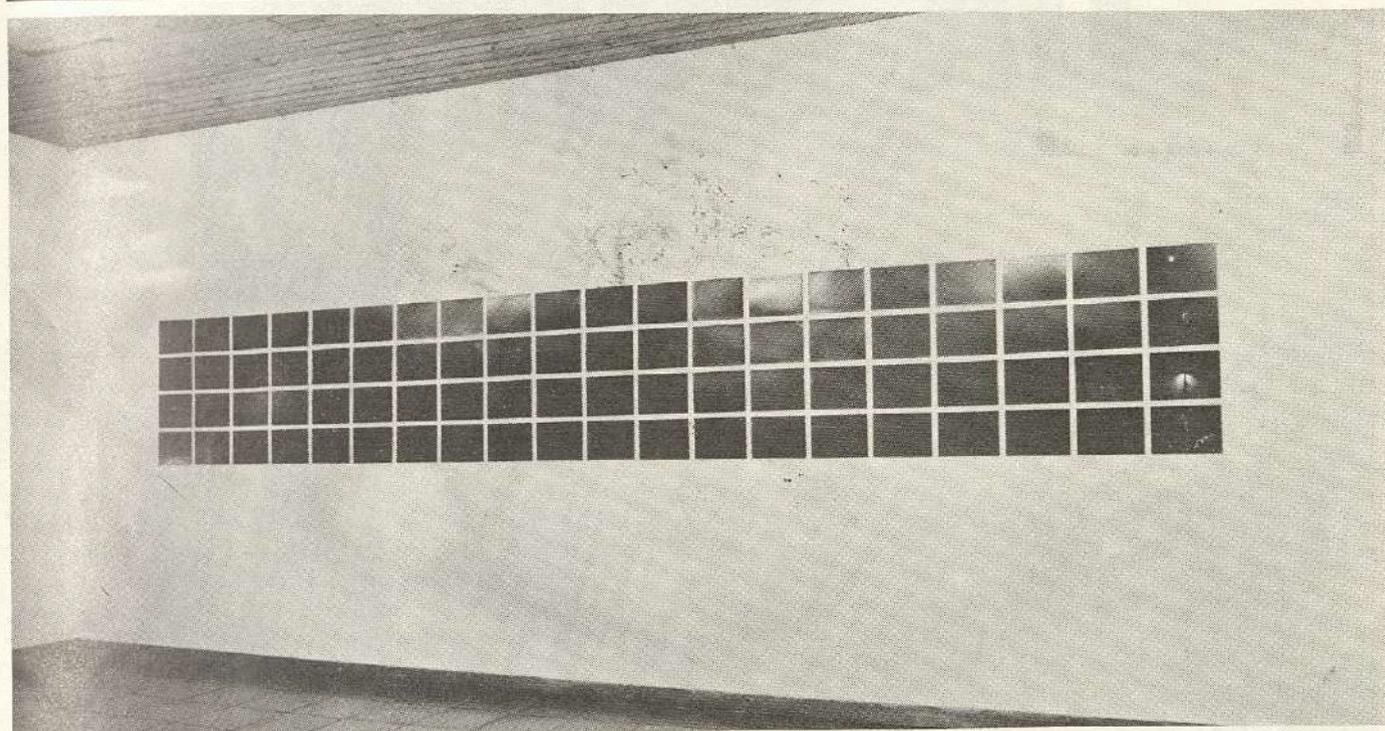
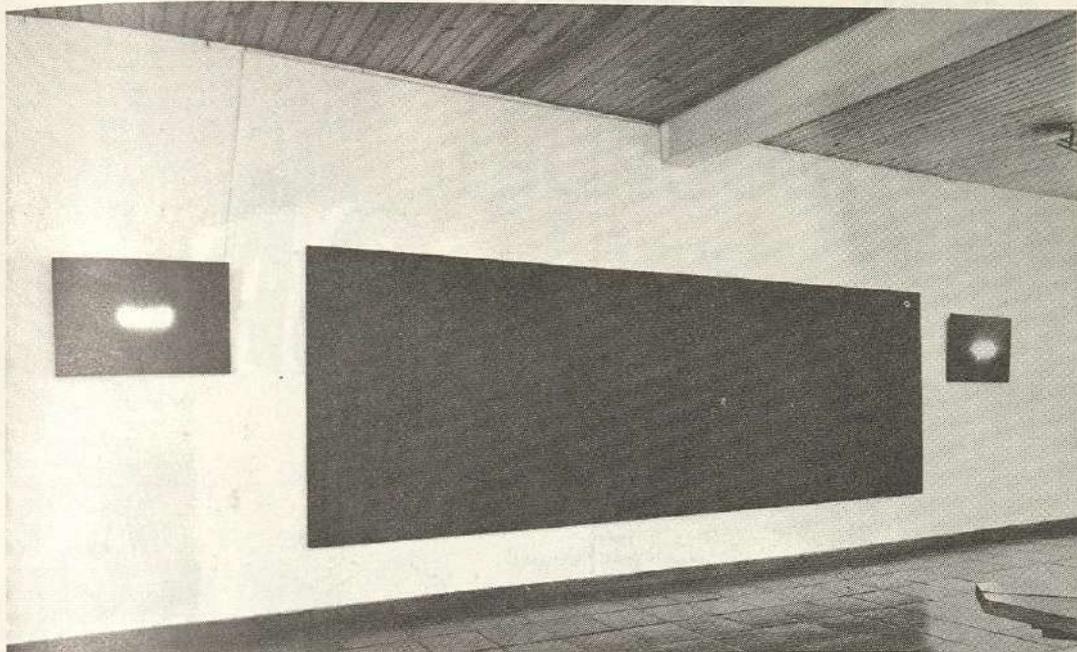
EDITORIAL PRESENÇA

RUA AUGUSTO GIL, 35-A TELEFONES 766912 - 763060 LISBOA 1

DOIS POEMAS DE AURA AMARAL

Depois da noite, uma brisa suave percorre as esquinas e as ruas, entra de repente nos cafés e nas tabernas e nos cabelos despenteados dos amantes e sobe, sobe como se quisesse morder as nuvens ou os mastros dos navios. não te assustes. nada é mais importante que os teus olhos leves (verdes ou azuis?) e os teus dedos. depois da noite as coisas tornam-se distantes e passam a ficar fora de nós como se não as tivéssemos vivido. depois da noite o corpo é uma árvore onde a brisa se insinua e desaparece como se o corpo não estivesse lá ou fosse um aquário de brisas e dos teus olhos (verdes ou azuis?). de noite todas as coisas são possíveis e todos os cafés cheiram a quente, como se fossem a cozinha das casas da infância onde uma avó acendia o lume. as noites são a única forma possível de vida porque tudo se torna, de repente, real quando anoitece. uma vez, em minha casa, o peixe azul que estava no aquário saltou, durante a noite, e veio dormir para a carpete. de manhã estava a dormir calmamente na carpete, muito brilhante, mas não respirava. tinha pensado que a noite era um aquário. como os peixes que povoam os teus olhos (verdes ou azuis?) que parecem assustados quando a luz vem. nada é mais importante que a música e os teus olhos e a brisa que sopra levemente de oriente e nos afaga.

Sabemos a geografia das coisas pelas coisas que vão acontecendo. Pelas mãos, pelos dedos semeados, pelos espaços verdes e vazios, por nada. Sabemos de memória cada passo e pouco mais. Sabemos agora cada coisa, se algum dia, antes, tivermos sabido cada letra do nosso nome e do nome das coisas interditas, mesmo que soletrado para dentro ou em voz baixa. Sabemos as coisas que soubermos mas nada de novo saberemos. Era preciso saber tudo antes para entender a geografia das coisas pelas coisas que vão acontecendo. No teu nome há o mistério dos nomes sem sentido. Podias ter esse ou qualquer outro, mas nunca podias chamar-te liberdade. Porque liberdade é nome de mulher e de navio.



IMAGINAR PORTUGAL

Com estas duas fotografias sugerimos dois aspectos da última instalação de Fernando Calhau, conjunto de fotografias (algumas com vagos aspectos “nocturnos”: candeeiros, reverberos, etc.), quadros em negro e em vazio, dois dos quais com as palavras em “neon”, **dark, blue**. A obra intitulada “Night Works” constituiu na temporada passada um dos acontecimentos mais rigorosos num domínio das artes visuais portuguesas que classificaremos provisoriamente de minimal-conceptual.

O trabalho de Fernando Calhau tem-se notabilizado, de resto, por um consciencioso rigor redutivo uma aparente segura de gesto ausente e silencioso. O a-parente reverso da imaginação; como se esta nos fosse devolvida quase por inteiro num gesto vazio que aponta. O quê? Parece-me (mas o **mínimo** é o **máximo** de responsabilidade no a-parecer) que este gesto aponta em primeiro lugar este agora, aqui. Não será por acaso que a longa série de quadros monocromáticos de Calhau se referiam a um verde fantasma vegetal. Que as suas primeiras miras conceptuais foram o mar, a areia, as nuvens — como as brisas, o litoral. Que uma certa noite desceu (de fora, em estrangeiro”) nos seus últimos trabalhos. Para imaginar Portugal, é preciso saber e é tão complexo!, os muito emigrados no seu próprio país. Quanto mais dentro, mais **de fora**.

ERNESTO
DE SOUSA

Deposito
UM LIVRO DESMISTIFICADOR

CLAUDE BOURDET

A FARSA DA EUROPA



forja

Rua da Emenda, 30-3.º-Lisboa-2-Tel. 32 23 34